

**Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUCMG**

**Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais**

**O ESPAÇO URBANO ITABIRANO:**

práticas sócio-culturais e identidade no contexto da implantação  
da Companhia Vale do Rio Doce (1930-1965)

Cecília Maria Viana Camilo de Oliveira

Belo Horizonte

2008

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Cecília Maria Viana Camilo de Oliveira

**O ESPAÇO URBANO ITABIRANO:**  
práticas sócio-culturais e identidade, no contexto da implantação  
da Companhia Vale do Rio Doce (1930-1965)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica  
de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do  
título de Mestre em Ciências Sociais

Orientadora: Juliana Gonzaga Jayme

Belo Horizonte

2008

Cecília Maria Viana Camilo de Oliveira

**O espaço urbano itabirano:**

práticas sócio-culturais e identidade, no contexto da implantação da Companhia Vale do Rio Doce (1930-1965)

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Belo Horizonte, 2007.

---

Profa Dra Juliana Gonzaga Jayme – PUC Minas

---

Profa Dra Lucilia de Almeida Neves Delgado – PUC Minas

---

Prof. Dr Ignacio José Godinho Delgado - UFJF

A meu pai que viveu em Itabira, terra que amava.

## **AGRADECIMENTOS**

Ainda que ocorrendo o risco de omissão, início por Juliana Gonzaga Jayme, orientadora que me acompanhou em todas as fases da pesquisa e na elaboração da dissertação e a professora Lucilia de Almeida Neves Delgado pela sua disponibilidade e contribuição nas discussões relativas à memória e a história.

Aos professores do mestrado por partilharem o conhecimento e contribuírem para meu crescimento acadêmico.

A Ângela e a Valéria sempre atenciosas e prestativas nos serviços relativos à secretaria.

A Maria Alice, Abel, Cristina, Elisa, Dora e Patrícia que de maneira diversa colaboraram com a pesquisa de campo e com a elaboração da dissertação.

À Professora Graça Lima que generosamente fez a revisão do texto e à Funcesi que investiu em meus estudos.

Agradecimento especial se faz a todos os entrevistados, nativos e migrantes, que abriram as portas de suas casas e narraram suas histórias de vida.

Registra-se, ainda, o agradecimento a todos aqueles que embora aqui anônimos configuraram-se como colaboradores desse projeto.

*Quando vim da minha terra  
Se é que vim da minha terra  
(não estou morto por lá?)  
A correnteza do rio  
Me sussurrou vagamente  
Que eu há via de quedar  
Lá donde me despedia.  
(Carlos Drummond de Andrade)*

## **RESUMO**

Esta dissertação teve como objetivo identificar as alterações processadas na identidade cultural de Itabira, no período da implantação da Companhia Vale do Rio Doce (1930-1965). Para alcançá-lo foi empreendido um estudo sobre as manifestações culturais, as redes sociais e a delimitação da identidade entre os nativos e os trabalhadores da mineração no espaço urbano de Itabira. Foi realizada uma série de entrevistas com atores sociais e levantamento de fontes documentais textuais, iconográficas e literárias referentes a personagens e a acontecimentos que se processaram no espaço urbano da cidade no período citado. O espaço urbano foi analisado como um produto das relações sociais que nele se instituíram. Os depoimentos orais, obtidos por meio de entrevistas, permitiram que se discutisse a percepção individual e coletiva dos migrantes que se dirigiram e se estabeleceram na cidade para se inserirem nos quadros funcionais da Companhia e a dos nativos que vivenciaram o que consideravam uma invasão do espaço urbano e uma reorganização de suas teias de sociabilidade. Os narradores, pelo trabalho de memória, expuseram suas representações do que foi experimentado no tempo e no espaço. Por pertencerem a um grupo social reproduziram idéias e valores que remetiam à identidade de uma determinada classe. Pela percepção da diferença nativos e migrantes definiram sua especificidade perante o outro, ou seja, sua identidade.

**Palavras chaves:** Itabira, Espaço, Memória, Identidade.



## **ABSTRACT**

This dissertation aims at identifying changes that occurred in Itabira's cultural identity, during the establishment of the Vale do Rio Doce Company (1930-1965). In order to achieve this objective, a study about cultural manifestations, the relationship within members of the community and the identity between natives and the iron ore mine workers in Itabira's urban area has been done. Interviews with social actors were done and also a research on textual documents, iconographical and literary sources related to characters and events that occurred in the city's urban area at the referred time. The urban area was analyzed as a product of the social relations that were established then. Oral testimonies obtained through interviews, made it possible to discuss the individual and collective perception of migrants that had come and stayed in the city to work for the Company, and also the native people's perception, who had been through what they considered an invasion of the urban area and the reorganization of their net of social relations. The narrators, through their memory, expressed their feelings in what they had experienced in that time and place. As subjects of a social group, the narrators reproduced ideas and values of their social class. By noticing such differences, natives and migrants defined their essence before the others, that is, their identity.

**Key words:** Itabira, Area, Memory, Identity.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1.</b> Representantes do governo brasileiro e inglês, respectivamente, o ministro Oswaldo Aranha e o embaixador Noel Charles, ratificam os termos do acordo de março de 1942. ....	28
<b>FIGURA 2.</b> Vista da Rua Tiradentes, centro da cidade.....	29
<b>FIGURA 3.</b> Vista do antigo bairro Campestre .....	30
<b>FIGURA 4.</b> Vista do antigo bairro Pará .....	30
<b>FIGURA 5.</b> Praça do Centenário, ao fundo o Pico do Cauê.....	37
<b>FIGURA 6.</b> Vista do Paredão, localizado na área central da cidade .....	47
<b>FIGURA 7.</b> Vista altar-mór da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.....	51
<b>FIGURA 8.</b> Recepção ao Pracinha brasileiro .....	53
<b>FIGURA 9.</b> Procissão Semana Santa, década de 50.....	54
<b>FIGURA 10.</b> Técnicos americanos e ingleses .....	65
<b>FIGURA 11.</b> Missionários em Itabira – MG .....	99
<b>FIGURA 12.</b> Comemoração do centenário de Itabira-MG: comitiva do governador do estado inaugurando placa comemorativa.....	109
<b>FIGURA 13.</b> Posse do prefeito de Itabira-MG, Daniel de Grisolia.....	110

## **LISTA DE SIGLAS**

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

IBGE – Instituto Brasileiro Geografia e Estatística

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDN – União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 - O ESPAÇO URBANO ITABIRANO: CENTENÁRIO, MUTÁVEL E COLETIVO</b>	20
2.1 - A origem de Itabira e a consolidação da indústria extrativa mineral.....	20
2.2- Espaço urbano: simbolismo e práticas coletivas .....	29
2.3 – Representações sociais e culturais no espaço urbano.....	39
<b>3 – REDES SOCIAIS E IDENTIDADES: MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS</b> .....	62
3.2 - Percursos e vida cotidiana dos forasteiros .....	70
3.3 – Relações sociais entre nativos e migrantes .....	81
<b>4 – NATIVOS E MIGRANTES: A TENSÃO ENTRE O TRADICIONAL E O NOVO NAS PRÁTICAS CULTURAIS</b> .....	91
4.2 - Política Municipal: interferências da União no poder local.....	103
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	129
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	134
<b>APÊNDICE A</b> - Roteiro de Entrevistas .....	143
<b>ANEXO A</b> - Dados dos Entrevistados .....	147

## INTRODUÇÃO

A expressão “*o espaço urbano de Itabira*” que compõe a parte inicial do título desta dissertação determina a intenção de privilegiar o estudo do espaço urbano, entendido como um espaço social representativo e relacionado às práticas sociais dos habitantes de uma cidade. A seqüência do título, “práticas sócio-culturais e identidade no contexto da implantação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)” se refere ao interesse em analisar as relações sócio-culturais entre os antigos habitantes da cidade e os trabalhadores da empresa, que se instalaram no município a partir de 1942, ano de instalação da Vale. Essa Companhia, criada pelo governo federal, se estabeleceu em Itabira com o intuito de explorar e exportar o minério de ferro para a Inglaterra e os Estados Unidos.

Devido à necessidade de recrutamento de mão-de-obra de outras regiões, o espaço urbano passou a ser invadido paulatinamente por migrantes que almejavam se inserir nos quadros sociais da empresa. Os nativos que possuíam seus próprios códigos de conduta e suas especificidades sociais e culturais tiveram que dividir seu território com pessoas que eles consideravam forasteiras, que carregavam hábitos e valores diversos.

Discutir as mudanças sócio-culturais que se processaram em Itabira, após a instalação da empresa estatal, foi uma forma de se conhecer o modo de vida e as diferentes percepções dos grupos sociais que se viram incluídos num processo de ruptura e desagregação de uma ordem instituída. Uma nova dinâmica de desenvolvimento monoindustrial estava sendo determinada pelo Estado.

O período em que se inicia a análise – 1930 - foi determinado pela necessidade de retroceder na história do município para se conhecerem as características sociais e culturais dos nativos, na época anterior à criação da estatal. Reconhecidas as singularidades dos itabiranos ampliou-se o foco do estudo até 1965, década em que já se torna perceptíveis as novas formas de coexistência social entre os nativos e os migrantes.

Definiu-se como objeto desta dissertação a cultura, as redes sociais e a identidade de Itabira, entre 1930 e 1965, levando em conta a interação entre os nativos e os trabalhadores da Vale do Rio Doce, que procediam de outros lugares. A cidade foi vista como um espaço de manifestações culturais e sociais, que constituem uma identidade coletiva demarcada por símbolos instituídos pelas pessoas que nela viveram. Os lugares, concebidos como resultados da ação humana, foram construídos pelos usos e pelas relações que os sujeitos, portadores de códigos sociais e culturais coletivos, estabeleceram entre si. Os migrantes, trabalhadores da

empresa, e os nativos foram percebidos como atores individuais e coletivos que se projetaram no espaço urbano, criando significados e interferindo, por meio de suas distintas concepções culturais, nas formas de circulação, sentidos e na apropriação do espaço.

Para proceder a essa investigação buscou-se identificar e analisar as alterações processadas na identidade sociocultural do município de Itabira após a instalação da Companhia Vale do Rio Doce (1930-1965). Para alcançar esse objetivo, e sendo o espaço o local onde se deram as mudanças, foi discutido o processo de reorganização e ocupação do espaço urbano, após a implantação da Companhia Vale do Rio Doce e as sucessivas entradas de trabalhadores que se engajaram na indústria extrativa. Partiu-se da hipótese de que o contingente populacional que afluía para Itabira para se inserir nos quadros de trabalho da indústria extrativa, que se implantava no município, levou os órgãos públicos e a empresa estatal a reorganizarem o processo de ocupação do espaço urbano.

Para identificar as relações sociais que se estabeleceram na cidade após a entrada da CVRD, foram analisadas as novas redes sociais e identitárias entre a população nativa e os migrantes que chegaram à cidade em busca de novas perspectivas de vida e trabalho. Trabalhou-se com a hipótese de que a convivência e a interação entre os nativos e os trabalhadores da CVRD contribuíram para que ocorressem substanciais modificações no caráter das relações sociais já existentes, descaracterizando os costumes e os sentimentos comuns que demarcavam a identidade itabirana.

Em um terceiro momento procurou-se investigar se os migrantes, ao introduzirem e difundirem novos valores, hábitos e crenças na comunidade itabirana, concorreram para que emergissem novos significados às manifestações e práticas culturais da sociedade. Para confirmar a dada hipótese, foi definido que se buscaria identificar as manifestações culturais dos itabiranos e as práticas e significados que emergiram na cidade, perante a introdução de novos valores, hábitos e crenças difundidos pelos migrantes.

Para subsidiar a discussão teórica da pesquisa empírica foram delimitados como principais conceitos: o espaço, a memória e a identidade.

Buscou-se analisar o espaço urbano como expressão dos processos sociais e culturais que nele se desenvolvem, a partir de um período específico. Orientando-se pelos estudos de Leite (2002/2006), Magnani (2000/2007), Matta (1997) e Santos (1997), o espaço urbano foi percebido como um produto das relações sociais que nele se instituem, são as pessoas que dão ao espaço uma função e uma significação social e cultural. Para compreender essa organização, foram investigadas as características das estruturas sociais anteriores ao processo de monoindustrialização determinado pelo Estado e a permanências dessas a nova organização

social estabelecida, destacando o surgimento de novos segmentos sociais que passam a dividir e a reestruturar o espaço urbano e a interferir na estrutura de valores coletivos e das práticas sociais.

O novo grupo social que se insere na sociedade é percebido como o "outro", o que se diferencia dos antigos moradores da cidade que mantêm hábitos de vida ainda presos à tradição de seus antepassados, atribuindo-lhes legitimidade. Pretendeu-se reconhecer, por meio dos depoimentos orais dos sujeitos históricos, como esses grupos sociais que carregam códigos culturais distintos, elaboraram o seu sistema simbólico, ou seja, a forma como os indivíduos atribuem valores aos acontecimentos, aos objetos e às relações entre pessoas, já que os símbolos surgem tanto para representar quanto para explicar a realidade, atribuindo-lhes sentido por meio da presença humana no mundo.

Para realizar essa discussão contou-se- principalmente com os estudos de Bosi (2003), relativos à memória. A memória é percebida como um elemento que orienta a experiência do passado humano e constitui-se uma representação daquilo que foi experimentado pelo homem em uma determinada dimensão temporal e espacial. Bosi (2003) afirma que a memória dos velhos é a mediadora informal da cultura. O narrador oral expõe os símbolos criados em seus percursos e em suas práticas cotidianas. A memória coletiva que foi produzida no interior de um grupo social se nutre e propaga por meio dos sentimentos, das idéias e dos valores que dão identidade à determinada classe. Como afirma Le Goff (1996b), a memória representa a identidade do indivíduo e da coletividade.

O conceito de identidade se baseou nos pressupostos teóricos de D'alelssio (1998), Delgado (2006), Hall e Silva (2000). A identidade se constrói pela diferença e pela comparação com outros. Se a identidade também demarca condutas, hábitos e auto-reconhecimento, ela pode propiciar aos sujeitos um sentimento de pertencimento.

A delineação teórica desta investigação compreende incursões no campo da Antropologia, da Sociologia e da História e suas interfaces com a Literatura. Isso porque, em se tratando de um estudo cuja temática está voltada para Itabira, muito se perderia caso não se considerasse a obra poética de Carlos Drummond de Andrade.

Esse poeta itabirano (re)construiu, ao longo de sua obra, a história de sua terra, a vida de sua gente. Nesse sentido, destacam-se "Boitempo I" e "Boitempo II" - coletâneas constituídas de poemas notadamente memorialísticos. A partir deles, Drummond dá testemunho de espaços, personagens e acontecimentos da Itabira de seu tempo. O escritor retrata a percepção pessoal de determinados acontecimentos e fatos que foram por ele presenciados na cidade. Reverencia personagens que se imortalizaram em sua memória,

valoriza a intimidade que prevalecia entre os grupos sociais e as relações sociais duradouras que existiam na cidade, ao mesmo tempo em que julga e ataca o conservadorismo imposto pelo poder espiritual e familiar no plano moral. Se o passado experimentado em Itabira lhe escapa, o que lhe resta é a memória, que dá luz a uma diversidade de aspectos. Para Andrade (2004), a obra de Drummond enfatiza o saudosismo, a tradição e o apego ao passado. A cidade retratada é envolvida em mistérios, particularidades que somente se explicitam àqueles que partilharam o cotidiano que se configurava em uma identidade. Por intermédio de um discurso autobiográfico, imprime sua visão dos costumes e hábitos interioranos. O poeta seleciona, registra e oculta parte de sua experiência de vida. Cabe ao leitor interpretar essa narrativa que se funde numa representação do real e do imaginário.

Segundo Pesavento (2006), o imaginário é o sistema produtor de idéias e imagens que comporta formas de apreensão do mundo: o conhecimento racional e conceitual e o mundo das sensibilidades e emoções. Trata-se de uma construção social dessa forma, uma construção histórica que carrega especificidades e assume configurações e sentidos diferentes ao longo do tempo e do espaço. É por meio da linguagem oral, escrita, sonora e visual que os indivíduos exprimem o mundo do visto e do não visto. Pela literatura, reconhecida como fonte, o pesquisador da área das ciências humanas e sociais tem acesso ao imaginário, o que lhe permite enxergar as imagens secretas e sensíveis. Essa fonte de pesquisa revela pistas sobre os modos de vida, as formas como as pessoas agiam, pensavam e sentiam. Para Mendonça (2007), o literato, em sua obra, que é estética e uma manifestação cultural, registra sua condição de pertencimento a uma determinada época e manifesta em seu trabalho os seus anseios e a sua visão de mundo. Apesar das obras de literatura não terem um compromisso explícito com a veracidade dos fatos narrados, elas criam imagens que se referem a acontecimentos distintos da realidade. O escritor faz emergir do esquecimento um discurso desordenado de acontecimentos do real a narrativa literária é uma forma de conhecimento do mundo e atribui sentidos aos fatos.

Além de um estudo bibliográfico e literário, foi realizado um trabalho de campo, a partir do qual foram levantados os relatos orais, obtidos por entrevistas realizadas com os atores sociais participantes do processo de mudanças citadas. Os indivíduos, que cederam seu testemunho, expuseram fragmentos de suas histórias de vida e as suas percepções do processo histórico que vivenciaram na localidade. Esses depoimentos são representações particulares de uma realidade social e preenchem os dados sociais e culturais que se perderam no tempo. As entrevistas, percebidas como um documento a ser lido e interpretado num contexto histórico específico, se tornaram úteis à reconstituição dos acontecimentos da sociedade



itabirana. De acordo com Bosi (2003), as fontes orais representam um meio de captar as representações, as formas de convivência e os interesses que uniram ou distanciaram determinados segmentos sociais. Por meio dos relatos dos indivíduos anônimos, que se cruzam e se diferem, pode-se conhecer o que foi experimentado e valorizado por certas comunidades.

Para Benjamin (1994), o narrador cria o diálogo entre o passado e o presente. Narrar é contar uma história e contar uma história é ter a habilidade de tecer a experiência humana no tempo. Aquele que narra reflete sobre seu passado e localiza imagens dadas como perdidas. O discurso do narrador mostra, expõe sua arte do lembrar que revela seus intermináveis conhecimentos particulares e sua experiência passada partilhada em uma sociedade. O narrador situa os objetos materiais e lhe dá valor, julga os comportamentos das pessoas e dos grupos com quem conviveu num determinado espaço. Segundo Bosi (2003), a forma de uma narrativa permite que o pesquisador acesse o discurso que privilegia determinada realidade e chegue à produção de sentidos que os indivíduos dão à sociedade e à cidade. Os dados orais, ao serem coletados, transmitiram a consciência individual e coletiva sobre os processos culturais e sociais experimentados em uma cidade. As entrevistas permitiram que se recriasse uma multiplicidade de pontos de vista ligada por símbolos e mitos, que puderam ser analisados e comparados paralelamente com outras fontes de pesquisa, como os textos científicos e documentais.

Os entrevistados foram divididos por gênero, origem e segmento social. O objetivo inicial era realizar quatro entrevistas com migrantes: duas mulheres e dois homens que se dirigiram para Itabira até a década de 1950, para que se pudesse obter registro oral de como foi o início das relações sociais entre os empregados da Vale e entre esses e os nativos. Pretendia-se encontrar trabalhadores masculinos que ocupassem distintos níveis de hierarquia dentro da Companhia. Porém não foi possível obter depoimento de funcionário que tivesse trabalhado no período citado e que ocupasse um cargo de nível superior na empresa. Os migrantes localizados por essa característica faleceram ou não quiseram prestar seu depoimento por motivos particulares. Diante de tal fato, optou-se por entrevistar mais uma mulher que tivesse vivido em Itabira e cujo, marido tivesse ocupado um alto cargo na empresa. Portanto, no decorrer desta pesquisa, foram realizadas cinco entrevistas com mulheres: três migrantes e duas nativas e quatro entrevistas com homens: dois migrantes e dois nativos. Além dessas entrevistas foram utilizados mais três depoimentos de nativos –

uma mulher e dois homens – registrados em um trabalho<sup>1</sup> realizado pela pesquisadora em Itabira. Eles se justificam neste trabalho por serem depoimentos de pessoas já falecidas, que revelaram importantes ângulos das relações interpessoais e do processo de modernização que ocorria na cidade. Os testemunhos dos narradores utilizados nesta pesquisa não esgotam a veracidade do processo histórico e social que se iniciara em Itabira. Eles constituem percepções individuais e sociais, os narradores expuseram seu trabalho de memória a partir do lugar social que ocuparam na coletividade.

A escolha da temática da pesquisa refere-se ao fato de eu ter nascido e residido na cidade de Itabira, o que contribuiu para me identificar com o objeto de estudo. A minha observação inicial foi, de certa maneira, participativa, uma vez que já estava integrada à sociedade estudada, ou seja, não era uma investigadora externa aos acontecimentos. Meu grupo familiar tomou parte ativa nos acontecimentos que se iniciaram nas primeiras décadas do século XX. Por ser uma nativa, ter um convívio estreito com alguns segmentos da sociedade e ser uma historiadora, que já havia tido acesso a dados orais, documentais e literários relativos à história da cidade, busquei compreender os acontecimentos que se registraram em Itabira em um determinado momento histórico. Observei que a implantação da CVRD e o conseqüente aumento populacional produziram sucessivas mudanças na estrutura urbana e social da localidade. Pelos dados iniciais levantados, percebi que na cidade os nativos buscavam se distinguir dos migrantes, indivíduos portadores de outra identidade. Grupos sociais passaram a se diferir por sua origem, seus códigos de comportamento e de valores. As observações, advindas desse processo aqui chamado de observação participante na sociedade estudada, foram comparadas com fontes documentais e orais e apoiadas em discussões teóricas.

O levantamento de documentos (textuais, iconográficos e cartográficos) foi também um meio valioso para construir e reconstruir o conhecimento a partir dos registros das ações humanas e das instituições públicas e privadas. De acordo com Le Goff (1996a), as fontes documentais permitem aos indivíduos provar, manter ou restabelecer direitos e analisar retrospectivamente os testemunhos dos atos da coletividade. Os estudos e as análises dos dados do passado se fazem com documentos escritos, mas se esses não existem e demonstram ser insuficientes como fontes, buscam-se outras que atestam e exprimem a presença e as atividades dos homens.

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada em Itabira, 1990-1992, com o objetivo de analisar a dependência social e econômica de Itabira perante a CVRD. Financiada pela Câmara Municipal de Itabira e apoiada pela Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade.

A leitura e a análise dos documentos devem ser feitas no presente em direção ao passado. Paoli (1991) afirma que todo documento é produto das relações sociais que se revestem de uma temporalidade definida, ao mesmo tempo em que as revela. Os documentos transmitem a identidade, representam as imagens dos grupos e dos indivíduos que os produziram. Testemunham, o que é real ou o que é manipulado, pois são portadores de um discurso que não se faz transparente. Os documentos são o resultado de uma seleção, consciente ou inconsciente, da história de um período e também das épocas que a sucederam, quando os sujeitos continuaram a lhe forjar sentidos.

Para Paiva (2002), a fotografia, como outras imagens, representa marcas culturais de uma época deixadas pelos homens e é considerada fonte de leituras e objeto de estudo. A fotografia representa arte, documento e realidade, e é fruto de um trabalho social. Como imagem registra detalhes do momento em que foi concebida e revela os vestígios da forma de ser e agir de uma sociedade. Percebida como um documento histórico-cultural, detalha minúcias dos aspectos materiais de um determinado tempo. O uso da tecnologia pode determinar ou não a reprodução de determinadas imagens. A fotografia marca a insistência inegável da modernidade, representa o domínio técnico dos indivíduos sobre a produção de imagens. O olhar fotográfico revela detalhes que os textos não conseguem exprimir. Por meio do olhar e da sensibilidade, o fotógrafo escolhe o momento que deixa marcas, descortina o que sobreviveu do passado, por isso se torna uma memória explícita.

Materialização da experiência vivida, as imagens devem ser inseridas no contexto histórico em que foram produzidas. Segundo Borges (2005), é necessário percebê-las como a realização de uma escolha efetivada de acordo com a visão de mundo de quem as encomendou e as produziu. Elas transmitem visões que a sociedade desejou perenizar de si mesma para o futuro dessa forma, podem ser vistas como uma representação que transmite uma mensagem, que pode se transformar em imagem/monumento. Para Cardoso e Mauad (1997), ao pesquisador cabe ultrapassar aquilo que não foi revelado pelo olhar fotográfico, como os significados sócio-culturais que induziram a sua produção e a sua revelação. A imagem representa a realidade ou a renúncia do que não se almejou retratar. Aquele que a produziu registra sua arte e sua emoção, bem como sua interpretação cultural do mundo. A importância das imagens não deriva apenas da representação das cenas passadas, mas sim do que elas fazem emergir de um outro tempo para a realidade do presente.

Esses elementos da memória foram problematizados a partir de uma reflexão sobre a forma como foram construídos em meio aos conflitos de interesses e diferenças. Tais documentos levantados e selecionados no Arquivo Público Municipal de Itabira e arquivos

particulares em poder da comunidade itabirana, Arquivo Público Mineiro (B.H.), Casa Rui Barbosa (R.J.), Arquivo Nacional do Rio de Janeiro foram posteriormente analisados.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro "O espaço urbano itabirano: centenário, mutável e coletivo", foi destacada a estrutura do espaço urbano centenário de Itabira e sua posterior reorganização - a partir de 1942 - para atender às necessidades da empresa estatal e dos trabalhadores que se inseriram na nova indústria extrativa mineral. Discutiram-se as marcas culturais e as condutas coletivas dos nativos e dos migrantes, trabalhadores da indústria extrativa mineral, que usufruíram dos lugares públicos e privados, de forma diversificada. Nos espaços da cidade analisaram-se os novos marcos territoriais, criados pelas pessoas e instituições privadas e públicas, que segregavam e uniam os grupos sociais que nele habitavam.

No segundo capítulo, "Redes sociais e identitárias: múltiplas perspectivas", foi realizada uma análise da estrutura social existente entre os antigos moradores da cidade e a elaboração de novas redes sociais que nasceram após a sucessiva entrada dos trabalhadores da Companhia. Privilegiou-se a visão dos antigos moradores e migrantes a respeito da convivência social que se estabeleceu entre eles e os "conflitos" que emergiram entre esses grupos de moradores que carregam laços identitários distintos.

No terceiro capítulo, "Nativos e migrantes: a tensão entre o tradicional e o novo nas práticas culturais", foi empreendido um estudo sobre as antigas manifestações culturais dos itabiranos e a difusão de novos hábitos e crenças introduzidos pelos migrantes. Buscou-se discutir se os valores disseminados pelos novos moradores contribuíram para a construção de novos significados coletivos às práticas culturais que se faziam presentes no cotidiano dos itabiranos.

Nas Considerações finais, foram sintetizados os principais resultados do trabalho empírico e teórico.

## 2 - O ESPAÇO URBANO ITABIRANO: CENTENÁRIO, MUTÁVEL E COLETIVO

### 2.1 - A origem de Itabira e a consolidação da indústria extrativa mineral

A história de ocupação do espaço de Itabira iniciou-se no século XVIII, após a descoberta do ouro por bandeirantes. Para Eschwege (1948, p.43) "a primeira Itabira, a Itabira do ouro, essa não tinha forma senão a que lhe traçaram, com a ponta do pé, os desbravadores sequiosos, na sua exploração insensata e ruinosa das lavras."

O arraial de Itabira, segundo Guimarães (1961), constituiu-se em virtude do ouro de aluvião que se encontrava no córrego denominado Penha. Os mineiros, nômades, acamparam nos arredores e edificaram uma capela símbolo de sua crença espiritual. A escassez do ouro d'aluvião levou os homens a procurarem nas entranhas da terra a lavra. Aberta a mina, os exploradores se enraizaram definitivamente no espaço, a topografia acidentada fez com que as ruas se caracterizassem por um traçado irregular.

Saint-Hilaire (1938), botânico francês em viagem pela região de Minas Gerais no século XVIII, previu o destino das áreas mineradoras. Suas riquezas enriqueceriam a quem delas se apropriasse e a sociedade local, enquanto se encantava pelo progresso aparente, deixava de se preocupar com o desenvolvimento sustentável de sua economia e com o futuro da cidade após a mineração. Os recursos minerais não representavam uma fonte inesgotável de riqueza:

[...] a história das povoações que tiveram origem na presença do ouro é sempre a mesma. Florescem enquanto as minas são fáceis de explorar; quando se esgotam, os habitantes retiram-se para outra parte. [...]. O ouro que retiram da terra só serve à prosperidade de estranhos, e seus descendentes ficam pobres. (SAINT-HILAIRE, 1938, p 137).

A agricultura tornou-se uma atividade complementar à mineração. A exploração do ouro fez com que surgissem no meio das matas algumas fazendas que, por meio da prática das derrubadas, iniciaram as culturas de milho, cana-de-açúcar, tabaco, dentre outras. A criação de suínos e gado para corte, transporte e leite atendia à necessidade de consumo local.

Tropas passavam pela cidade, comercializando mercadorias de outras regiões e levando produtos fabricados no município. De acordo com Guerra e Mota (2007), os tropeiros traziam escravos para as minas, gêneros alimentícios e artigos importados da Europa. A atividade tropeira foi essencial para a formação de caminhos e estradas na região. Para Zemella (1990), a mineração na região sudeste e centro-sul foi a responsável pelo movimento das tropas. As regiões íngremes e montanhosas de Minas Gerais eram inapropriadas para a circulação de carros de bois. Fazia-se necessária a utilização de animais de carga para o transporte de mercadorias. Percorrendo trilhas, os tropeiros se arrastavam até alcançar as fazendas e as vilas, locais onde comercializariam seus produtos, pousariam e dariam descanso a seus animais.

De acordo com os dados da Fundação João Pinheiro (1981), predominavam em Itabira dois tipos de atividades manufatureiras: a doméstica, realizada nas residências urbanas e propriedades rurais e as de beneficiamento da produção agropecuária como a confecção de tecidos rudes, produtos de couro e fabricação de açúcar para consumo local.

Com o declínio da exploração do ouro no século XIX, foram instaladas forjas no município destinadas à fabricação de ferro e seus artefatos, o que propiciou uma nova perspectiva econômica para o município. Segundo Oliveira (1992), com a gradativa transição para o trabalho livre e assalariado, no final do século XIX, as fábricas de ferro começaram a apresentar sinais de decadência. Vários proprietários não conseguiram arcar com os custos da mão-de-obra assalariada. A implantação das estradas de Ferro Pedro II e a Estrada de Ferro Central do Brasil também contribuíram para o declínio das forjas. Pelas vias ferroviárias, os produtos estrangeiros chegavam ao Estado de Minas Gerais com preços inferiores aos produtos locais. A implantação das ferrovias no Brasil, que contribuiu para a estagnação das forjas, estava ligada ao ideal de modernidade almejado por setores do governo imperial e por particulares. Arias Neto (2003) afirma que a criação de ferrovias e o investimento em equipamentos para a industrialização do país expressavam um dos meios de fazer presente a desejada modernidade e o desenvolvimento da nação. Para que o país se tornasse moderno, deveria seguir a lógica desenvolvimentista do capitalismo industrial. O capital cafeeiro gerou divisas que foram em parte aplicadas no processo de modernização do Brasil. Esse processo que geraria o progresso do país, também se articulou à entrada expressiva de capitais oriundos dos países industrializados, que investiam nas regiões menos desenvolvidas.

Em Itabira, a perspectiva de desenvolvimento econômico não se fazia presente. Com o declínio das atividades ligadas à extração e à transformação dos minerais desenvolveu-se na cidade uma economia voltada para o consumo local, baseada em produtos agrícolas e de

utensílios de ferro como enxadas, machados, ferragens para animais e para a construção civil. Nesse contexto de estagnação econômica, foram implantadas na cidade duas fábricas de tecidos na cidade - Gabiroba (1874) e Pedreira (1888). Nesse período, as fábricas têxteis começaram a se desenvolver em Minas Gerais devido à política protecionista do governo imperial que isentava de impostos os equipamentos a serem utilizados na indústria, à articulação entre o governo e os investidores, à disponibilidade de mão-de-obra assalariada, que também se tornava consumidora, e a presença de estrangeiros que traziam o conhecimento técnico (*know-how*) necessário à produção industrial.

Essas atividades têxteis impulsionadas por pessoas proeminentes da sociedade, como fazendeiros, comerciantes locais e o pároco do município, tiveram a intenção de criar perspectivas econômicas para a região. A ata da primeira reunião realizada na Câmara Municipal em 11 de outubro de 1874, com o intuito de constituir a fábrica de tecidos Cia União Itabirana, Gabiroba, enfatizava a necessidade de tirar o município do abatimento econômico. Domingos Guerra, um dos fundadores da Companhia, que se localizava na área rural de Itabira, ressalta a importância dessa atividade econômica:

a grande conveniência que há na criação de uma fábrica de tecidos, não só no sentido do interesse material, como no interesse de elevar-se o espírito de associação e de indústria, únicos capazes de elevar-nos do abatimento em que havemos cahido. - Sendo tão justo motivo apoiado por todos os presentes, resolveu-se empregar todos os meios afim de obter tão importante desideratum. (CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRA, 1874)<sup>2</sup>.

As duas fábricas de tecido localizadas fora do perímetro urbano, devido à proximidade de recursos hídricos que produziam força motriz, produziam algodão cru e seus produtos eram comercializados no mercado de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara. A orientação para a montagem das máquinas foi realizada por um técnico inglês, já que a implantação de um sistema industrial requeria a transferência de tecnologia dos países industrializados e de habilidade para operá-las. Segundo Magalhães<sup>3</sup> (2006), o maquinário da fábrica da Gabiroba, desmontado para aliviar o peso, foi transportado até a estação ferroviária mais próxima e o restante do caminho em carros de boi e lombos de burro. O progresso tecnológico representado pelo maquinário da fábrica de tecidos, demonstrou que seu deslocamento para a

---

<sup>2</sup> Domingos Guerra foi um dos fundadores da Companhia Fabril Itabirana, fábrica de tecidos que se localizava na área rural de Itabira.

<sup>3</sup> Itabirana, defendeu sua dissertação, na UFMG, sobre a construção da paisagem fabril itabirana, em 2006.

zona rural representava uma dualidade. Carros de boi, cruzando o interior mineiro transportaram para a área rural e industrializada a tecnologia moderna da época.

A maioria do operariado, composto por trabalhadores rurais e pela mão-de-obra feminina, residia no núcleo fabril. Conforme registra Magalhães (2006, p.11):

Ao redor da fábrica, um núcleo foi formado para a manutenção da produção. Nele, os mundos do trabalho e do não trabalho se tocavam, proporcionando estreitas relações entre o capital e o trabalho. A criação do núcleo deu origem a uma paisagem fabril-têxtil numa área rural do município de Itabira. Faziam parte dessa paisagem: as edificações específicas da fábrica, o sobrado onde morava o gerente com sua família, a casa das moças, um alojamento para os rapazes e outro para as viúvas, uma escola, um armazém, um rancho para abrigar os tropeiros, uma residência para os técnicos estrangeiros e as moradias dos operários casados e suas famílias.

De acordo com Magalhães (2006), os diretores e gerentes da fábrica, agentes dos ideais da modernidade e da utilização das inovações tecnológicas buscavam criar a cultura do trabalho fabril. Além de almejarem lucros, tinham como objetivo a valorização da disciplina e do trabalho dos seus operários, valores que deviam se basear em preceitos morais e religiosos.

Embora as duas fábricas de tecido tivessem se destacado como uma atividade lucrativa para os homens de negócio que nela investiram e gerado trabalho para uma parcela da população rural e urbana, não tiveram a expressão econômica como a exploração do ouro e a siderurgia para a economia interna.

As lavras, a siderurgia, o comércio, a indústria têxtil e a agricultura contribuíram para a obtenção de riquezas de alguns segmentos urbanos, que se efetivaram como a classe dominante local. Casarões erguidos pela elite para atender as funções de moradia e comercial, partilhavam o espaço urbano com os pequenos casebres, moradia da população menos favorecida. Nas ruas da cidade os habitantes teciam seus trajetos rotineiros: o lugar do trabalho, da moradia e da festa. O comércio que atendia às necessidades básicas da população era responsável por trazer por encomenda do exterior ou de outras regiões do Brasil como porcelanas, charutos, máquinas agrícolas e outros refinamentos. No Jornal Cometa Itabirano, de setembro de 1981, Reis, antigo morador de Itabira registra suas impressões do antigo comércio local:

As casas de comércio com seus tradicionais balcões, prateleiras e improvisamento de pacotes para mercadorias de armazém se casavam quase sempre em duas espécies de negócios: de um lado balança, os cereais, as bebidas e toucinho, carne de porco e de boi. De outro lado, peças de fazendas, artigos para toalete, perfumaria, etc. Os



panos eram vendidos sobre a regência do metro porque ainda não usavam roupas feitas, o que muito favorecia as costureiras e alfaiates. (REIS, 1981, p.9).

Monumentos religiosos, educacionais e propriedades públicas se ergueram na cidade simbolizando os marcos do poder temporal e espiritual e as ideologias que foram disseminadas entre os indivíduos e os grupos sociais. Os usuários da cidade estabeleceram percursos, regras e também inscreveram signos no espaço material urbano.

No início do século XX, os habitantes da cidade passaram a dividir seu espaço com representantes de companhias internacionais. Os recursos minerais existentes em Itabira tornaram-se alvo de cobiça de empresas européias. Segundo Pimenta (1955), o governo brasileiro criou o Serviço Mineralógico do Brasil, em 1908, com o intuito de realizar o estudo científico da estrutura geológica e mineralógica do país. As análises dos minérios e os volumes das jazidas colocaram a região central de Minas Gerais entre as mais ricas do mundo em reservas minerais de ferro. Cientes da importância das reservas, empresários ingleses compraram extensas faixas de terra na região. Desconhecendo o real valor do subsolo, os proprietários de terras venderam-nas a empresas estrangeiras. A comercialização das terras a grupos ingleses propiciou riqueza a seus antigos proprietários e esses viveram um período de prosperidade. Carlos Drummond de Andrade, em poesia, destaca esse acontecimento que gerou novas perspectivas econômicas para seus habitantes e que representou o início da intensificação do processo de exploração das jazidas ferríferas, símbolo de riqueza dos itabiranos:

As terras foram vendidas,  
As terras abandonadas  
Onde o ferro cochilava  
e o mato adentro adentrava.  
Foram muito bem vendidas  
Aos amáveis emissários  
De Rothschild, Barry & Brothers  
E compadre Iron Ore.  
O dinheiro recebido  
Deu para saldar hipotecas,  
Velhas contas de armarinho  
E de secos e molhados.  
Inda sobrou um bocado  
Pra gente se divertir  
No faz e conta da vida.  
(ANDRADE, 1998, p.25).

Aproveitando-se das brechas existentes na primeira Constituição republicana, os poderosos "*syndicates*" adquiriram todas as jazidas identificadas, aguardando o momento que julgassem mais conveniente para aproveitá-las." (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 1992, p. 25). Nesse período a Constituição brasileira assegurava ao proprietário do solo, fosse brasileiro ou estrangeiro, a propriedade das minas existentes no subsolo. O XI Congresso Geológico Internacional, realizado em Estocolmo, em 1910, divulgou e confirmou a existência e a importância das reservas minerais localizadas no território de Minas Gerais. Esse acontecimento acirrou a disputa pelas jazidas entre as nações européias e a cidade passou a ser conhecida pela sua riqueza, considerada na época inesgotável. Em 1911, a Itabira Iron Ore Co. foi autorizada, pelo governo brasileiro, a explorar e a exportar o minério de ferro das jazidas minerais de Itabira.

Essa decisão do Estado contribuiu para que o governo local investisse na melhoria da infra-estrutura urbana. De acordo com Guimarães (1961), em 1912, a Câmara Municipal de Itabira fez um empréstimo com o Banco Hipotecário de Belo Horizonte com o intuito de obter recursos para realizar o serviço de captação de água, rede de esgotos e iluminação pública da cidade. Em 1915 a instalação hidroelétrica foi inaugurada, esse melhoramento de infra-estrutura foi realizado para atender aos interesses industriais da cidade, das Companhias estrangeiras que exploravam as riquezas minerais e para eletrificar a linha férrea que iria ser construída de Vitória a Itabira.

Diniz<sup>4</sup> (1961) afirma que o governo mineiro se conservava indiferente à industrialização dos recursos minerais existentes em seu subsolo. A realização desse Congresso demonstrou a situação precária das potências industriais em relação ao minério de ferro, o que levou o governo mineiro a se posicionar quanto à exploração do minério. Consciente de que os grupos estrangeiros só se interessam pela exploração e exportação do ferro sem ter a intenção de implantar uma siderurgia no país, os políticos mineiros, liderados pelo presidente do estado, Artur Bernardes, estabeleceram taxas de exportação sobre o minério a ser extraído. Os mineiros, por já terem presenciado no passado os efeitos da exploração do ouro, tinham consciência das conseqüências dessa atividade econômica. A exploração aurífera propiciara danos para o meio ambiente e seu declínio a estagnação da economia. O imposto de exportação do minério foi elevado e a empresa estrangeira deveria implantar uma usina no território para que 5% do minério fosse transformado no território.

---

<sup>4</sup> A respeito da luta que se travou entre o capital estrangeiro e os grupos nacionalistas mineiros pela industrialização do ferro em território nacional, destaca-se a leitura de DINIZ, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

Os investimentos da Companhia inglesa não chegaram a se realizar, o capital de que necessitava para dar prosseguimento a seus projetos no Brasil foi negado devido à conjuntura criada pela Primeira Guerra Mundial. A oposição nacionalista que não aceitava a dominação do capital estrangeiro como forma de progresso, a taxaço imposta pelo governo mineiro às empresas que tinham somente o objetivo de exportação do minério e a cláusula contratual estabelecida pelo governo brasileiro determinando que essa construísse uma usina siderúrgica na região de Itabira também criou obstáculos para que essa empresa realizasse seus investimentos no país. Os interesses da empresa internacional consistiam na exploração e exportação do minério de ferro e no manganês. A instalação de uma siderurgia em um país subdesenvolvido não estava nos planos da multinacional.

Segundo Pimenta (1981), as ações dessa companhia foram transferidas para Percival Farguhar, em 1919, norte-americano que almejava realizar esse projeto. Embora tenha sido assinado um contrato com o governo federal, autorizando a exploração mineral, esse empreendimento também não se concretizou. O aludido contrato cederia um dos melhores portos do país à companhia e monopolizaria a exportação do minério de ferro na Bacia do Rio Doce, impedindo que se estabelecesse a siderurgia. Grupos mineiros e forças nacionalistas exigiam que parte da matéria-prima fosse industrializada dentro do território para que se implantasse um complexo siderúrgico no país. A industrialização do minério de ferro, próxima às jazidas, seria capaz de gerar emprego para milhares de famílias e conseqüentemente melhoraria o padrão de vida da população, permitiria a instalação de empresas subsidiárias e geraria perspectivas para que se promovesse o desenvolvimento econômico e social da região onde fossem instaladas.

Para Skidmore (1996), a partir de 1930 o Estado passou a interferir decisivamente na economia, assumindo o papel de garantidor de mecanismos capazes de mantê-lo em funcionamento. Sob o controle e a orientação nacionalista do Estado desenvolveu-se o setor de bens intermediários (metalurgia, siderurgia). De acordo com Pimenta (1981), pressionado por grupos nacionalistas e enfrentando o problema da implantação da siderurgia nacional, Getúlio Vargas, então presidente do país, designou algumas comissões para proceder aos estudos de revisão do contrato da Itabira Iron. O "Jornal de Itabira", de dezembro de 1934, destaca uma matéria nitidamente favorável à exploração mineral na região pela Itabira Iron e que expressa certo repúdio à posição dos nacionalistas:

Oxalá que desta vez os políticos interesseiros e interessados em seus negócios particulares, que vinham servindo de obstáculos à assinatura do contrato, o estudem

com isenção de ânimo o que é de se esperar de representantes do povo e se for para o bem do Brasil e pelo Brasil que o assinem embora com sacrifícios de alguns. Que importa ao Brasil e ao povo que o Cauê, seja a maior reserva de minério do mundo se estas riquezas nenhum benefício trazem a coletividade [...] Parece que um ideal novo anima o espírito dos políticos de hoje. (LAGE, 1934, p. 3).

O autor do artigo, Lage (1934), se refere à paralisia que Itabira atravessava no período. O município que contava com 11.492 habitantes não possuía perspectivas sociais e econômicas para parte significativa da população. As indústrias de Tecidos Gabiroba e Pedreira não empregavam mão-de-obra significativa, mantinham em média 80 a 120 operários. As forjas existentes estavam em plena decadência e a agropecuária não era significativa para manter a economia da região. As fazendas do município sobreviviam da pecuária e do cultivo do arroz, feijão, milho e café, utilizando-se de mão-de-obra assalariada ou regime de parceria. Embora o setor agrícola da região produzisse café, principal produto de exportação do Brasil no período do Império, a partir de 1830, e na República Velha (1889-1930), o seu ciclo econômico foi de curta duração. A qualidade do solo paulista e da região sul de Minas Gerais que favorecia o cultivo desse produto, aliada às dificuldades de transporte não permitiu ao município se engajar na economia cafeeira.

Em 1939, como a Itabira Iron Ore Co não houvesse conseguido levantar recursos no exterior para iniciar as obras dentro do prazo contratual, o presidente Vargas declarou a caducidade do contrato entre a companhia e o governo federal. O sonho de uma empresa siderúrgica se instalar na região se desfez quando o governo federal criou a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, em Volta Redonda, com capital nacional e crédito americano para a compra do maquinário, desvinculando a expansão siderúrgica da exploração do minério de ferro.

Novas possibilidades de crescimento econômico surgiram para a região com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Foi assinado, em 1942, o "Acordo de Washington"<sup>5</sup> entre os Estados Unidos, a Inglaterra e o Brasil (Figura 1). O governo da Inglaterra e dos Estados Unidos, prevendo a continuação do conflito, temia o esgotamento de sua matéria-prima para a indústria bélica. Necessitando de novas fontes de matéria-prima, estabeleceram um acordo com o governo brasileiro, no qual esse se comprometeu a criar uma Companhia para explorar e exportar o minério de ferro e encampar a Estrada de Ferro Vitória-Minas prolongando-a até Itabira. A Inglaterra transferiria as propriedades das jazidas de minério de ferro do estado de Minas Gerais em mãos de grupos ingleses e os Estados Unidos concederiam empréstimos por

---

<sup>5</sup> Ver PIMENTA, Dermeval José. A Vale do Rio Doce e sua história. Belo Horizonte: Vega, 1981. Nessa obra o autor discute o Acordo de Washington e a criação da CVRD.

intermédio do *Eximbank* para cobrir os gastos com novos equipamentos e forneceriam técnicos para dirigir as obras da ferrovia e mecanização das minas. Esse acordo ainda estabelecia que houvesse uma administração conjunta da empresa de brasileiros e norte-americanos. No momento em que o governo brasileiro quitasse suas dívidas com o *Eximbank* a administração da empresa seria apenas nacional. A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi criada para atender aos objetivos de explorar e exportar o minério de ferro existente em Itabira e explorar o tráfego da Estrada de Ferro Vitória-Minas, o que permitiria o desenvolvimento do Vale do Rio Doce.

Minayo (1986) afirma que a criação da empresa também expressava os interesses dos grupos nacionais:

[...] particularmente ao nível de uma elite (na qual era grande a influência dos engenheiros da Escola de Minas de Ouro Preto) e de uma considerável ala militar contestadora, travava-se amplo debate cuja ideologia "nacional-desenvolvimentista" pode resumir-se na recusa de aceitar impunemente a dominação do capital estrangeiro como forma de progresso econômico, ao mesmo tempo em que postula a superação do "atraso do país" através da industrialização. (MINAYO, 1986, p. 50).

Para esses grupos se o capital privado nacional não possuía interesse ou condições de arcar com o empreendimento o Estado deveria efetivá-lo por meio de empresas estatais.



**FIGURA 1.** Representantes do governo brasileiro e inglês, respectivamente, o ministro Oswaldo Aranha e o embaixador Noel Charles, ratificam os termos do acordo de março de 1942. Fonte: COMPANHIA VALE RIO DOCE, 1992, p.51

## 2.2- Espaço urbano: simbolismo e práticas coletivas

Os casarões coloniais construídos no centro da cidade por fazendeiros, comerciantes e mineradores se inseriam nas ruas tortuosas, calçadas de pedras de ferro. Pela análise das fontes textuais e iconográficas e pelos depoimentos orais percebe-se que a disposição das casas no espaço urbano, demonstrava a dominação de grupos familiares: no centro, a Matriz ladeada nas ruas paralelas por casas amplas e coloniais que atendiam à função de moradia, parte superior, e comércio, no térreo, dos grupos que detinham o poder. Os terrenos dessas casas se completavam com os amplos quintais com pomares (Figura 2).



**FIGURA 2.** Vista da Rua Tiradentes, centro da cidade  
Fonte: MARTINS, 2006, p.84

Nas áreas periféricas, as moradias se tornam mais modestas, nelas habitam as famílias pertencentes às camadas sociais mais baixas. No Campestre, local periférico da cidade, segundo um antigo morador, havia uma pequena igreja de madeira e seus moradores eram representados por carpinteiros, marceneiros e alguns operários da Companhia Inglesa. (Figura 3). As poucas ruas eram de terra batida e não possuíam infra-estrutura. Os homens, devido à escassez de emprego na região, deixavam sua família e se retiravam para outras localidades como Nova Lima, Barão de Cocais e Monlevade em busca de uma colocação para suprir as necessidades materiais dos filhos, esposas e pais. O bairro Pará, embora situado nas

proximidades do centro da cidade, também se destacava pela falta de infra-estrutura urbana. As ruas eram cobertas de terra batida e suas pequenas casas não possuíam rede de esgoto e água encanada (Figura 4). Fossas eram feitas nas casas e a água era coletada nos chafarizes do bairro ou na bica da fonte existente no local. Nesse bairro, existia um pequeno comércio e o campo de futebol que atraía os moradores da cidade para a prática do esporte.

No espaço de uma cidade se estabelecem fronteiras. “A demarcação espacial (social) se faz sempre no sentido de uma gradação ou hierarquia entre centro e periferia, dentro e fora.” (MATTA, 1997, p.32). Em Itabira – como de modo geral no Brasil - a periferia possuía uma conotação que remetia à pobreza e ao desprestígio social e econômico e as áreas centrais denotavam espaços em que os valores morais e sociais dos grupos dominantes se faziam mais presentes.



**FIGURA 3.** Vista do antigo bairro Campestre  
Fonte: BRÉSCIA e SAMPAIO, 1979, p.7



**FIGURA 4.** Vista do antigo bairro Pará  
Fonte: BRÉSCIA e SAMPAIO, 1979, p.8

As diferenças existentes entre as ruas e as casas, entre o espaço público e o privado, eram acompanhadas pela exclusão e segregação social que separavam em bairros distintos os diversos segmentos sociais. Nos bairros, o espaço doméstico era ultrapassado pelo convívio entre vizinhos que construía suas próprias noções de intimidade, regras de procedimentos e de habitação. Os itabiranos viviam em espaços regulados pela família e pela vizinhança, lugares morais que delimitavam valores e normas de comportamento.

De acordo com os dados obtidos nas entrevistas, as referências na localização das casas ocorriam de forma personalizada as edificações eram identificadas por intermédio do nome das famílias ou da pessoa. Os eventos sociais como festas e enterros se restringiam ao espaço da casa familiar que recebia, naquele momento, parentes ou amigos para celebrar ou lamentar o acontecimento. No espaço privado as pessoas se sujeitavam aos códigos de comportamentos rígidos que eram mantidos pelo núcleo familiar, avesso à mudança, ao individualismo, ao progresso. Quando os membros da família não se encontravam no espaço da casa, dividiam com outros membros da comunidade os locais centrais da cidade, com a intenção de partilhar com os seus o cinema, as áreas de lazer, o teatro e as festas religiosas. Nas ruas prevalecia o que era de direito, definido pelas normas do poder público. Ao tratar da relação entre a casa e a rua, Matta (1997, p.24) afirma que "a casa [...] possui seu código e atua como espaço moral fundado na família, na pessoa e no compadrio." Para o autor na casa prevalecem convenções particulares e intimistas, na rua vive-se um espaço coletivo regulado por leis e infrações dos cidadãos e autoridades. Em oposição e complementaridade à casa, a rua é um espaço de domínio cultural legalizado por instituições.

Nas ruas de Itabira, sob o domínio das normas institucionalizadas pelo poder público, circulavam seus moradores, os viajantes, os vendedores ambulantes e as tropas de animais. Pelos dados contidos nos documentos, o mundo rural se fazia presente no interior do perímetro urbano, havia a produção de frutas e legumes na cidade e em seus arredores. Pelas ruas passavam pessoas carregando balaies ou carroceiros vendendo produtos hortigranjeiros e de panificadoras apregoados em altos brados por seus vendedores. O leite era acondicionado em latões de alumínio e transportado por camionetas. Ele provinha das fazendas de Ipoema, Senhora do Carmo e Santa Maria de Itabira, distritos e cidades vizinhas de Itabira.

Nas ruas centrais da cidade se presenciavam a saída e a chegada das tropas levando produtos manufatureiros e agropecuários de Itabira e transportando mercadorias de outras regiões para o comércio local:



Pela manhã passava a tropa, levando mercadorias para Santa Bárbara, pois só lá havia estrada de ferro. A tropa passava com mercadorias descendo para Guanhães, Ipoema, Carmo e outras regiões. De manhã elas passavam com aqueles cincerros e a ferradura batendo nas calçadas de ferro. De tarde de uma hora em diante começavam a chegar e iam para os ranchos. Cada extremidade da cidade tinha um rancho para abrigar as tropas e os tropeiros. (Depoimento oral)<sup>6</sup>.

Os donos dos ranchos cobravam pela hospedagem do tropeiro e ainda lhe vendiam mantimentos para abastecer a cozinha em sua viagem. Um dos nativos, em sua narrativa destacou a importância das tropas para os fazendeiros e os comerciantes locais. A presença das tropas nas ruas da cidade significava a regularidade e o dinamismo do contato comercial entre regiões. O movimento das tropas perdurou até a década de 60. Para Guerra e Mota (2007, p. 28), "com o advento do caminhão e do rodoviarismo, a partir do governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, o tropeirismo perdeu força. A tropa cedeu lugar ao caminhão e o tropeiro ao miçangueiro, transportador de miçanga."

O comércio local, geralmente próximo ou anexo à moradia, buscava atender às necessidades básicas e individuais de seus habitantes. Segundo Oliveira (1992), os proprietários, auxiliados por um membro da família ou um agregado, vendiam seus artigos a crédito a pessoas que lhe eram próximas e que representavam, além de sua individualidade, um membro de um grupo social ligado a alguma família da região. Baseando-se na confiança dos proprietários, os consumidores pagavam suas compras no final do mês, semestre ou fim do ano. Além de ser um espaço de consumo, as casas comerciais se caracterizavam também como um local de encontro e de contatos sociais, como a Farmácia Torres, ponto obrigatório para os homens e ficava aberta até nove horas da noite para o proprietário receber os amigos. Um personagem itabirano, imortalizado na história da cidade por ser um *bon vivant*, fechou a casa comercial que herdou da família para se dedicar aos prazeres da vida. Alvim (1980)<sup>7</sup>, destaca a irreverência desse personagem e os usos que os indivíduos podem estabelecer do seu espaço privado:

Homem bom e sem ambição, Batistinha descobriu um dia que o seu negócio estava atrapalhando a sua vida. Fechou a loja sem constrangimento, deixando apenas um cômodo aberto para o tabuleiro de xadrez. Lá recebia os amigos altas horas da noite, entre torres e bispos. (ALVIM, 1980, p. 18).

<sup>6</sup> Rogério. Entrevista realizada em Itabira, em 09/02/1991.

<sup>7</sup> ALVIM, Clóvis. Escritos bissextos. Belo Horizonte: Vega, 1980. Antigo morador de Itabira, nessa obra de reminiscências da cidade, destaca personagens e acontecimentos de uma época.

São as pessoas que estabelecem os sentidos dos lugares. Para Leite (2002, p.123), o lugar é entendido "como uma demarcação física e /ou simbólica no espaço cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais." O lugar é uma representação no espaço de práticas sociais. Os sentidos dos lugares se constroem pelas ações e pelo uso dos homens, são os indivíduos que atribuem os significados e criam suas próprias formas de proveito e utilidade.

Os trabalhos de memória dos narradores expuseram valores atribuídos a determinados locais da cidade, que apesar de terem sido transformados ou destruídos, continuam vivos e latentes no processo de rememoração. Segundo Halbwachs (1990), apesar de as cidades se transformarem, ainda subsistem vestígios do passado, e os homens que já possuem seu cotidiano regulado por um espaço vivido buscam nas imagens os objetos exteriores que lhe são representativos. Para que os indivíduos, que viveram em outros tempos, possam reencontrar seus percursos e monumentos, existentes ou destruídos, no espaço da cidade, é necessário que eles se deixem guiar pelas lembranças. A memória é que lhes possibilita perfazer os antigos percursos e reencontrar seu mundo anterior, ainda, carregado de significados e que expressa os tempos vividos outrora.

Um dos locais reverenciados era o Poço da Água Santa que seduzia as crianças e os jovens a se banharem. Grande parte das casas da cidade não possuía água encanada e esse local possibilitava a oportunidade de um banho de imersão e de diversão. O Poço se tornou um ponto turístico devido à temperatura de suas águas e do seu poder de cura. Para alguns nativos, ele possuía uma representação mítica:

Há uma lenda contada por minha avó. Tinha uma moça que na quaresma se vestia de roxo. Todos os dias ela ia no poço e voltava caladinha. Alguns da cidade a questionaram e ela respondeu que ia lá para ver a aparição de uma santa. Uma Santa aparecia e todo mundo começou a acreditar que a água era santa. (Depoimento Oral)<sup>8</sup>.

Para Cascudo (1976, p.348), "as lendas são episódios heróicos ou sentimentais com elemento maravilhoso ou sobre-humano, transmitido ou conservado na tradição oral e popular, localizável no espaço ou no tempo." Em sua origem, é a expressão daquilo que as pessoas julgam ser verdadeiro. Não se sabe ao certo como essa lenda nasceu, mas ela caracteriza o lugar, acompanhado de mistério. As idéias são retiradas da visão de mundo de cada narrador. A narradora transferiu suas crenças e construiu sua história, enfeitando-a de

---

<sup>8</sup> Fátima. Entrevista realizada em Itabira, em 12/04/2007.

maneira peculiar. Trata-se de uma representação simbólica de um lugar que se reflete no imaginário das pessoas que, por sua vez transformam um fato histórico em uma lenda. O imaginário dessa narradora resgata e cria argumentos sobre a relevância do lugar, fatos há muito esquecidos ressurgem para compensar as transformações sucessivas que ocorrem no mundo contemporâneo.

Os documentos e os depoimentos orais registram um número significativo de chafarizes dispersos em Itabira para prover a população de água. A água coletada era levada para as casas para ser utilizada na limpeza, preparo de alimentos e higiene pessoal. O abastecimento d'água na cidade, apesar de instalado nas primeiras décadas do século XX, inicialmente só beneficiou as moradias das camadas privilegiadas da população. Os setores populares continuavam a coletar a água nos chafarizes e bicas. A luz elétrica que também foi acionada era limitada a determinados horários e sua luminosidade fraca, pois a potência da usina municipal era insuficiente e precária para suprir a demanda da cidade.

A eletricidade que passou a ser utilizada em algumas residências e vias públicas centrais, revelava o potencial que esse novo recurso continha e a profundidade com que podia transformar as formas e o cotidiano de seus habitantes. Porém nem todos os setores sociais tiveram acesso a esse benefício:

Quando era menino, lá em casa não havia luz. Uma vez teve um enterro com as pessoas carregando muitas velas. Como lá em casa não tinha luz eu economizei muitas velas. Eu peguei as velas que estavam no cemitério, para aproveitar lá em casa. (Depoimento Oral)<sup>9</sup>.

Aqueles que dela usufruíam em seus lares se distinguiam, já que ela representava um elemento de *status*. Com a iluminação, os habitantes da cidade modificaram seus hábitos, os horários de percursos nas vias públicas se estenderam, os dias ficaram mais longos e as noites mais aproveitáveis.

O advento do progresso e o símbolo da presença da indústria estrangeira foram sinalizados pela chegada do primeiro automóvel, em 1925, na cidade. Drummond retrata o sinal da modernidade e a inevitável e futura falência dos meios de transportes movidos a força animal. O carro é a representação do desenvolvimento tecnológico que se fazia presente na cidade. O proprietário do automóvel e seus usuários eram os participantes e as testemunhas do

---

<sup>9</sup> Márcio. Entrevista realizada em Itabira, em 14/04/2007.

progresso. Para deleite da população, esse símbolo foi transportado por trem até a cidade de Santa Bárbara e conduzido por um carro de boi até Itabira:

Que coisa-bicho  
que estranheza preto-lustrosa  
evém-vindo pelo barro afora?

É o automóvel de Chico Osório  
é o anúncio da nova aurora  
é o primeiro carro, o Ford primeiro  
é a sentença do fim do cavalo  
do fim da tropa, do fim da roda  
do carro de boi

Lá vem puxado por junta de bois.  
(DRUMMOND, 1986, p. 71).

Antigos moradores em seus relatos afirmam, com picardia, que os primeiros automóveis que transitavam pelas ruas da cidade e estradas adjacentes se destacavam pela morosidade. Negava-se a oferta de carona se o indivíduo necessitasse agilizar seu percurso, pois andar a pé era mais rápido que ser transportado por um automóvel. Os entrevistados relatam o caso de um médico que possuía um automóvel Rugby, que não ultrapassava 20 quilômetros por hora: "Uma certa vez ele estava voltando para a cidade e ofereceu carona a um conhecido que ia à mesma direção e andava a pé. O senhor lhe respondeu: Obrigado Doutor, não posso aceitar porque estou com muita pressa." (Depoimento Oral)<sup>10</sup>.

Sevcenko (1998) afirma que a tecnologia desenvolvida nos países do norte chegava ao Brasil investida de um potencial utilitário e de uma aura mística. Por se tratar de um equipamento capaz de deslocar uma pesada estrutura de aço maciço, acabou por se tornar um símbolo de poder e instrumento de terror. Não existia no país uma estrutura viária, sinalização ou código de trânsito, o que acabou por gerar vários infortúnios entre os motoristas e os pedestres. O automóvel veio para ficar. Inicialmente poucos tinham acesso a ele, o que acabou por adicionar tonalidades mecânicas ao sistema de privilégios e opressão existentes na sociedade brasileira. Importados por novos protagonistas sociais contribuiu para a instantânea identificação com o climax da modernidade. As mudanças tecnológicas, iniciadas nos fins do século XIX e estimuladas por um novo dinamismo na economia internacional, ocorreram inicialmente nos países europeus e Estados Unidos e posteriormente no Brasil e acabaram por

---

<sup>10</sup> Rogério. Entrevista realizada em Itabira, em 23/02/1991.

envolver as pessoas num processo de transformação de hábitos cotidianos e modos de perceber os objetos que surgiam ao seu redor.

Torresini citando Baudrillard (1998, p.140) enfatiza que "a modernidade como um modo de vida que tudo envolve, destrói e absorve, altera os antigos sistemas de poder e de troca e os substitui pelos objetos de produção e consumo industrial." Entretanto as sociedades que são atingidas pela modernidade podem desenvolver sistemas de resistência e adaptação. A resistência refere-se à tradição, a um passado comum que imprime a vida em coletividade. O processo da modernidade não consegue emudecer a essência do passado que continua a proteger os hábitos ainda arraigados dos seus habitantes. As cidades pequenas antes de absorverem a tecnologia são ainda o lugar das relações face a face baseadas em códigos de conduta sociais que não respiram a lógica da mercadoria, da racionalidade capitalista.

Em Itabira o processo de modernização não se fez presente apenas pelo uso de novas tecnologias o espaço físico e centenário também sofreria impactos. No início do século XX, já era perceptível a presença dos estrangeiros que exploravam as jazidas minerais, indivíduos que iniciariam as sucessivas mudanças no espaço. De acordo com os registros literários e as fontes orais, os ingleses eram "invisíveis". Eles viviam na Vila dos Ingleses, distante da cidade, e raramente freqüentavam o espaço urbano. Eram percebidos pela população local quando faziam seus trajetos diários para as minas, no Pico do Cauê e no Pico da Conceição, no início do dia e no final da tarde quando regressavam do trabalho.

O Pico do Cauê (Figura 5), local de trabalho dos ingleses e alvo de cobiça das multinacionais por sua composição ferrífera, se destacava na paisagem da cidade e possuía sentidos diversificados para os moradores. Ele era um símbolo de riqueza do município e também um local de encontro e de lazer dos itabiranos:

Toda Itabira no mês de dezembro ia para o Pico do Cauê, cada dia em um local diferente. Eles iam buscar musgo para fazer presépio, pois lá tinha muito material. Teve uma época que o Padre Sudário resolveu celebrar uma missa no alto do Pico. Toda a comunidade de Itabira foi para o Pico do Cauê. Era difícil atingir o Pico, até certo ponto ia a cavalo depois tinha que ir a pé. Mesmo assim Padre Sudário conseguiu levar toda a comunidade e celebrar a missa. Ela foi muito movimentada, muito bonita. Quando estudava no curso primário fizemos um piquenique no Cauê. Ele era um lugar maravilhoso. (Depoimento oral)<sup>11</sup>.

O Pico mesmo nosso, que a gente tem no coração é o Pico do Cauê. Ele era o barômetro da cidade. Quando a gente queria passear, ver as namoradas, a gente olhava para o Pico. Se estivesse coberto ia chover, se estivesse descoberto ia fazer sol. Era o ponto principal de Itabira. Se não houvesse o Pico não teria nada em

---

<sup>11</sup> Rogério. Entrevista realizada em Itabira, em 23/02/1991.

Itabira. Quando a gente vê as fotos é uma falta muito grande, principalmente para o itabirano velho. Agora não tem mais Pico nenhum. (Depoimento oral)<sup>12</sup>.



**FIGURA 5.** Praça do Centenário, ao fundo o Pico do Cauê  
Fonte: BRESCIA e SAMPAIO, 1979, p.12

Esse local, em nome do progresso e da ação dos homens e das empresas mineradoras, destacando a CVRD, foi-se exaurindo aos poucos. Inicialmente via-se o minério ser transportado em lombos de burros, depois em caminhões de Itabira a Desembargador Drummond, local onde seria transportado por vagões da Vitória-Minas até alcançar o porto de exportação. Os itabiranos sentem-se lesados, pois sua riqueza não se reproduz, como afirma Artur Bernardes citado por Diniz (1961, p.45) "o minério não dá duas safras". A atividade extrativa não deixa resquícios de riqueza no solo somente um rastro de partículas de pó. Como ressalta Drummond, os itabiranos impotentes perante os desígnios do governo federal foram espoliados em sua riqueza e de um espaço representativo, e inertes assistiram à pulverização da montanha que era transportada por trem e navios, em forma de minério, para outros continentes:

O Rio? É doce.  
A Vale? Amarga.  
Ai, antes fosse  
Mais leve a carga.

Entre estatais  
E multinacionais,

<sup>12</sup> Carlos. Entrevista realizada em Itabira, em 17/07/2007.

Quantos ais!  
[...]  
Quantas toneladas exportamos  
De Ferro?  
Quantas lágrimas disfarçamos  
Sem Berro?  
(ANDRADE, 1967, p. 89).

A exploração do minério, que foi motor de propulsão do núcleo urbano, transformou no correr dos séculos a paisagem natural que era reverenciada pelos habitantes. As técnicas extrativas que satisfizeram a demanda econômica de outros, acabaram por levar porções de terras, riquezas do subsolo. A descaracterização da paisagem natural criou sentimentos contraditórios em relação ao progresso, que se fez presente pela sucessiva transformação da paisagem. O que se supunha eterno diluiu-se paulatinamente pelo trabalho das picaretas e das máquinas. Determinados lugares deixaram de existir e abriu-se uma lacuna entre o homem e o lugar.

O período retratado pelos narradores revela que a adaptação dos indivíduos ao lugar era favorecida pela permanência e pela relativa imobilidade das pessoas. Para Halbwachs (1990), a adaptação de um homem pressupõe o fortalecimento de seus hábitos em um lugar onde seus pensamentos e movimentos se ligam às imagens exteriores. É inerente à adaptação ao meio essa mútua constituição de significações entre o homem e o arranjo material que o cerca.

De acordo com Bosi (1994), o espaço cria vínculos nas pessoas, ele representa relacionamentos, parte de uma experiência da vida. Quando se destroem lugares significativos, os homens se sentem como as paredes que estão a ruir, mas os vínculos que os ligam à paisagem deteriorada não são mutilados. O grupo representa uma força que é capaz de reconstruir as lembranças e os vínculos que representam sinais de sua vida passada. Na cidade, o espaço em que o homem compartilhou sua vida com outras pessoas e com objetos materiais, e que fez dele parte de sua biografia, é marcado por valores e símbolos. Quando há estabilidade material, as histórias dos grupos são inseparáveis da estrutura do lugar. O processo de rememoração do passado conta com o apoio das práticas coletivas, de objetos biográficos e de construções do mundo material.

### 2.3 – Representações sociais e culturais no espaço urbano

Nos primeiros anos de instalação da empresa na cidade não se registraram mudanças espaciais expressivas. A Companhia, para executar seu projeto, necessitava de capital significativo. Os empréstimos obtidos eram insuficientes para modernizar os equipamentos, aparelhar a ferrovia e escoar a produção para o Porto de Vitória. De acordo com Companhia Vale do Rio Doce: 40 anos de história (1982), a situação financeira da mineradora só começou a se equilibrar a partir do Plano Marshall (1947). Os países vitoriosos na Segunda Guerra Mundial repassaram recursos para que os países arrasados pela guerra pudessem se reconstruir. A antiga Alemanha Ocidental e o Japão, beneficiados pelo plano, passaram a ser compradores do minério de ferro do Brasil, o que permitiu o aumento da exportação da CVRD para o mercado externo.

Para Piquet (1998)<sup>13</sup>, em Itabira, diferentemente de outras cidades, o espaço urbano não foi edificado em torno das instalações industriais. Foi a indústria extrativa que se instalou junto à cidade que se expandiu em decorrência da atividade da empresa mineradora. No início da implantação da Companhia, paulatinamente ocorreu um processo de migração dos homens do campo, do interior mineiro e de algumas regiões do nordeste brasileiro para Itabira. O novo destino geográfico desses trabalhadores ligava-se às novas possibilidades de vida, de esquecimento da miséria e exploração vivenciadas no campo, da seca do nordeste, da falta de perspectivas em seus locais de origem. Os novos habitantes buscavam a sobrevivência em um novo *habitat*.

Os que provinham de lugares distantes precisavam enfrentar longos trajetos em estradas estreitas e empoeiradas para chegar a Itabira. Para aqueles que vinham de Belo Horizonte ou de suas regiões circunvizinhas eram mais de cinco horas de viagem de ônibus, passando por cidades como Sabará, Barão de Cocais e Santa Bárbara. Alguns dos trabalhadores vieram acompanhando a construção da ferrovia de Drummond até Itabira. Outros foram transportados por caminhões da CVRD, que eram encarregados de levar a mudança e os trabalhadores braçais e suas famílias. Os migrantes entrevistados alegam que

---

<sup>13</sup> De acordo com a autora a cidade de Monlevade - MG foi construída simultaneamente, em 1935, com a usina Companhia Belgo Mineira. O mesmo se aplica à Companhia Siderúrgica Nacional que, entre 1941 e 1945, edificou conjuntamente a usina e a cidade de Volta Redonda - RJ. Ambas se expandiram além da área projetada. A Usiminas planejou a cidade de Ipatinga - MG, cujo projeto foi elaborado em termos de cidade aberta, a livre iniciativa poderia atuar posteriormente com intensidade.



esses esforços foram compensados pelo emprego e conseqüente melhoria de sua qualidade de vida.

Itabira não possuía infra-estrutura para atender à população migrante que invadia o espaço urbano. A cidade que, na década de 40 contava com 4.685 habitantes, passa a ter em 1950 o total de 7.572 habitantes. (Censo Demográfico do IBGE de 1940 e 1950). Os serviços urbanos, médicos se sobrecarregam. A maioria dos trabalhadores não dispunha de recursos para pagar os aluguéis na base de seus salários. Algumas empreiteiras foram contratadas para realizar as obras de construção civil e finalizar a construção da estrada de ferro Vitória-Minas, do trecho de Dummond a Itabira. Visando a alojar a mão-de-obra braçal, essas empreiteiras construíram, na fase inicial da implantação, três acampamentos nas proximidades do local de operações da indústria extrativa e ao redor da estação ferroviária. A indústria extrativa ainda enfrentava dificuldades de investimento e a mão-de-obra que se empregava era intensamente rotativa. Segundo depoimentos, esses locais, afastados do centro da cidade, não possuíam água e nem estrutura sanitária para abrigar os operários que para lá se dirigiam:

Abaixo da estação morei numa barraquinha de sapé. Era um acampamento de capim muito grande, era de empreiteira. Era pequeno, só 4 cômodos: quarto, cozinha, sala e um lugar para banheiro. Mas não tinha banheiro, não tinha água, não tinha luz. Como ia por banheiro lá. Era luz de lamparina e tinha o lugar onde buscar água [...] Lá era tudo misturado, pessoas casadas, amigadas. [...] tinha muita briga, muita confusão. (Depoimento oral)<sup>14</sup>.

Famílias, homens solteiros, casais unidos sem a oficialização do casamento civil e religioso viviam em barracas e tinham que se sujeitar ao convívio social tensionado pela miséria e más condições higiênicas, o que resultava em distúrbios cotidianos e proliferação de doenças como a tuberculose, desnutrição, malária, tifo e alcoolismo. Segundo Mauro de Alvarenga (1981, p.4), médico da cidade, por volta de 1943 "na ocasião da construção da estrada de ferro de Dummond para Itabira surgiu uma grande epidemia de meningite ocasionada pela promiscuidade, sujeira e desnutrição. Vinha gente de todos esses locais e amontoava-se em locais sem infra-estrutura." Não havia instalações sanitárias, nem água e rede de esgoto. De acordo com o depoimento oral de um médico, que trabalhou na Vale, a falta de higiene pessoal e domiciliar era proveniente de condições anteriores de vida dos trabalhadores que se empregavam. Os córregos da cidade ficaram contaminados pela xistosomose, trazida pelos nordestinos. Os nativos, que não se engajaram nos quadros da

---

<sup>14</sup> Marli. Entrevista realizada em Itabira, em 17/07/2007.

Vale, evitavam esses locais e se viram impedidos de freqüentar os córregos e represas que tiveram suas águas contaminadas. Por intermédio da empresa, médicos e enfermeiras tentavam interferir nos hábitos e costumes dos moradores dos acampamentos.

Com o intuito de disciplinar os moradores e adotar medidas sanitárias, o espaço doméstico desses trabalhadores foi submetido a visitas regulares de fiscais da empresa:

Tinha os empregados da Vale que fiscalizava muito o acampamento. A Vale pagava 20 reis por mês para as donas de casa conservar a limpeza na frente e em volta das barracas. Era tudo terra em volta das barracas. Minha mãe muitas vezes recebeu. Onde os fiscais passavam e viam que estava tudo limpinho dava uma remuneração por mês para as donas de casa. (Depoimento oral)<sup>15</sup>.

A origem e a cultura diversa de seus moradores faziam com que algumas famílias ou indivíduos estabelecessem limites de convivência com os vizinhos, fazendo com que os contatos fossem esporádicos. Mulheres e crianças ficavam reclusas em suas barracas ou ao redor dessas, o que evitava que presenciassem as brigas que ocorriam nos acampamentos. A dependência da luz de lamparina, ao entardecer, levava-os a se restringirem a seu espaço doméstico.

À medida que a Vale se estruturou e cresceu sua capacidade de produção, ocorreram importantes modificações na área urbana. Para a empresa o subsolo de Itabira significava riqueza, ferro. O perímetro urbano deveria ser planejado seguindo uma racionalidade capitalista. Por meio de sua intervenção, a CVRD modificou o espaço em que as pessoas habitavam e inscreviam suas histórias. A cidade assentada em cima das minas era um local que possuía um componente econômico e sua estrutura urbana devia ser racionalizada para que se tornasse viável o processo de produção. Para Lefebvre (1999), a reorganização de um território urbano produz transformações na sociedade, ele se faz funcional para atender ao processo de produção e certificar as relações de produção. O espaço urbano "revela o industrial que aparece como uma hierarquia reforçada por uma refinada exploração [...] a atividade organizadora dos 'decisores' apoiada pelos que detêm e gerem os meios de produção, opõe-se nitidamente à passividade dos sujeitos que aceitam essa dominação." (LEFEBVRE, 1990, p.50). Seguindo uma ótica racionalista e capitalista, a empresa executou novos projetos de expansão e modernização urbana. O crescimento da população fez com que a Vale construísse novos bairros funcionais. Uma nova configuração residencial, de maneira

---

<sup>15</sup> Salete. Entrevista realizada em Itabira, em 17/07/2007.

ordenada segundo os critérios dos postos hierárquicos ocupados pelos trabalhadores, foi imposta pela CVRD. Formou-se:

a "cidade pública" composta pelos bairros de formação espontâneos anterior à Vale onde residiam a população não trabalhadora nessa empresa e os moradores mais antigos; e a "cidade privada" planejada, construída pela mineradora e representada pelos bairros Campestre e Pará. (SILVA, 2004, p. 57) .

Os núcleos operários refletiam a distância entre eles e o bairro do corpo administrativo e de ambos em relação ao dos engenheiros, reafirmando a distinção que a empresa estabeleceu entre os seus diferentes grupos de empregados. A Companhia reorganizou a área urbana, com o intuito de estabelecer um planejamento espacial que possibilitasse o processo de produção e reprodução de sua força de trabalho.

De acordo com Lefebvre (1999) e Harvey (1999), a cidade se vê dominada pela dinâmica da acumulação capitalista, o espaço urbano perde sua substância já que não se consideram as diversidades sociais e os significados culturais. Para Harvey (1999), a análise do habitat urbano, como expressão da estrutura social, deve ser vista por meio da modelagem engendrada pelos elementos do sistema econômico, político e ideológico das práticas sociais decorrentes dessa. A organização social do espaço é determinada pela manutenção das antigas estruturas espaciais e sociais, que se articulam às novas e produzem situações específicas; pela diferenciação dos indivíduos e dos grupos sociais segundo a sua origem social e espacial.

A resistência dos itabiranos a uma nova paisagem produzida pela empresa estatal é testemunhada por Drummond:

A cidade é parálitica. Mas de sua paralisia provêm a sua força e a sua permanência. Os membros de ferro resistem à decomposição. Parece que um poder superior tocou seus membros, encantando-os. Tudo aqui é inerte, indestrutível e silencioso. A cidade acordará um dia? Os itabiranos afirmam peremptoriamente que sim. (ANDRADE, 1967, p.572).

O tecido urbano reflete o jogo de poder e também os símbolos e os sentidos criados pelos indivíduos. A ação dos gestores dos meios de produção que direcionam, organizam e estabelecem desconfigurações no perímetro urbano não consegue determinar as práticas e as representações cotidianas das pessoas que ali trilham caminhos. Na cidade "sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional impossíveis de gerir."

(CERTEAU, 1994, p.174). Existem formas ocultas assumidas pela criatividade estratégica de grupos e indivíduos que alteram as redes de disciplina. Os espaços podem ser libertados porque as práticas sociais se dispõem no espaço urbano em vez de se deixar determinar pela malha repressiva do controle social.

A construção da estação ferroviária, aonde chegariam os trilhos da Vitória-Minas, e dos bairros que alojariam os funcionários da empresa tornou-se um dos pontos de percurso dos locais. Nos fins de semana ou momentos de folga as pessoas comumente passeavam nesses pontos de construção que se diferiam de outros espaços existentes na cidade. Esses locais representavam o poder e as marcas de uma nova Instituição que se inseria no espaço urbano já existente.

Visando fixar a mão-de-obra para dar aos trabalhadores condições sociais mais favoráveis e, dessa forma, exigir o aumento da produtividade, a Companhia iniciou a construção de núcleos residenciais. Para o superintendente da CVRD, um norte-americano que administrava a empresa em Itabira, visitantes e potenciais compradores foram construídas residências na Conceição, local distante da cidade mantendo-os separados do convívio social dos demais moradores da cidade. Segundo Guimarães (1961), a partir de 1943, a CVRD iniciou a instalação de suas operações, o seu escritório e a construção dos núcleos operários no bairro Campestre, a nordeste da cidade. No mesmo ano, passaram a ser edificadas as casas dos funcionários mais graduados no bairro Pará, situado à oeste. Para construir esse bairro a CVRD entrou em negociações com a Prefeitura Municipal para adquirir os lotes:

Em 1943, o presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Israel Pinheiro, permutou com o prefeito da cidade todos os lotes do Pará em troca do abastecimento de água da cidade. A Companhia ficou com os lotes, construiu as casas e não cuidou do abastecimento da água em Itabira. (Depoimento oral)<sup>16</sup>.

De acordo com os documentos, as pessoas que viviam nas áreas que seriam ocupadas pela empresa foram desapropriadas e indenizadas. O depoimento de uma nativa expressa a truculência desse processo de expropriação dos indivíduos de seu espaço privado:

No Pará e no Campestre havia laranjeiras, árvores frutíferas. A Vale chegou e desapropriou tudo. O advogado da empresa falava para os moradores: vocês têm que sair da casa, o dinheiro da indenização está no banco. Caminhões estacionavam na frente das casas para transportarem os antigos moradores e suas mudanças. Se eles

---

<sup>16</sup> Rogério. Entrevista realizada em Itabira, em 23/02/91.

se recusassem a embarcar nesses teriam que fazer o transporte a pé. (Depoimento oral)<sup>17</sup>.

Os antigos habitantes deveriam ser excluídos das áreas que estavam sendo projetados pela empresa. Esses locais estavam reservados para assegurar a implantação das áreas residenciais homogêneas. Havia uma intenção de definir os logradouros específicos para a circulação. A nova ocupação de ruas e avenidas projetadas por técnicos tendia a expulsar as antigas práticas de permanência daqueles que viviam anteriormente nesses lugares. As novas construções seriam submetidas aos desígnios impostos pela estatal, com o intuito de regular a intimidade perante a introdução de padrões de infra-estrutura sanitária. As novas habitações pretendiam estabelecer uma lógica de exclusão social. Elas possibilitaram uma mudança qualitativa nas condições de vida dos operários braçais e foram construídas de acordo com os critérios sócio-funcionais de seus futuros habitantes na empresa. Aqueles que saíssem da mineradora, além de ficarem desempregados, seriam despejados das casas que ocupavam. A moradia dos setores menos qualificados se situava próximo ao trabalho e um serviço de transporte da empresa possibilitava a assiduidade e a pontualidade dos funcionários.

As casas não podiam sofrer intervenções de seus moradores em sua estrutura física. Os serviços de manutenção que eram necessários, como a pintura externa eram realizados apenas por funcionários da Vale. "A Vale cuidava da manutenção das casas. Olhava quando queimava uma lâmpada, vinha e trocava. Olhava o fogão se estava com algum defeito. A água eles também olhavam. Quando vim para o Campestre encontrei água, luz, fogão."(Depoimento oral)<sup>18</sup>. Os empregados pagavam quantias simbólicas pelo aluguel da casa, o que lhes impedia de se tornarem proprietários dos imóveis.

Segundo os relatos, os primeiros moradores do bairro Campestre tiveram que enfrentar a falta de pavimentação das ruas:

Quando eu mudei para ali em 1949 só tinha dois quarteirões de casa, perto do primeiro hospital da Companhia. Não tinha calçamento era terra pura, uma buraqueira. Água e luz tinham. Dali para cá é que foi construindo aos poucos. Só tinha o armazém que era da Vale. A gente fazia compras nele. As casas não possuíam cerca, da minha porta de casa você se sentia na casa da vizinha. Anos depois é que fizemos cerca de bambu e de tela.(Depoimento oral)<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> Fátima. Entrevista realizada em Itabira, em 12/04/2007.

<sup>18</sup> Marli. Entrevista realizada em Itabira, em 17/07/2007.

<sup>19</sup> Salete. Entrevista realizada em Itabira, em 17/07/2007.

Não havia comércio particular nesse bairro. "Nas vilas operárias, qualquer tipo de comércio, além do armazém da empresa é proibido, principalmente botecos e bares, o que evita procedimentos indesejáveis e perturbação de ordem nesses lugares." (SILVA, 2004, p.63). A empresa tentava influenciar os moradores a seguirem suas regras mesmo fora do trabalho. Ela, como proprietária do bairro, prescrevia condutas a seus subordinados.

Embora projetado por profissionais da empresa, esse bairro possuía outros significados para seus moradores não era um simples local que abrigava a força de trabalho da empresa. O bairro, na perspectiva de Leite (2006, p.32), é um "lugar de passagem do privado para o público, mediante o prolongamento de sociabilidades pessoais. [...] as pessoas territorializam suas diferenças para se apropriarem do espaço público a partir de códigos pessoais ou grupais [...]." O Campestre, setor nordeste, era um lugar que congregava em sua maioria migrantes de baixa renda, que habitavam moradias simples, com três dormitórios, alpendre, sala de jantar, cozinha, quintal e horta. A casa era o lugar da intimidade familiar, dirigida pela mulher que seguia as regras impostas por seu marido ou por seus antecedentes. Era um local de múltiplos afazeres domésticos, de educação e de brincadeiras de crianças e de descanso no final do dia. As mulheres, quando possível, entabulavam conversas com suas vizinhas por cima das cercas ou nas portas das casas. Em horários determinados se dirigiam a um ponto também determinado para deixar as marmitas que um caminhão da empresa se encarregava de recolher e deixar no local de trabalho de seus maridos. A tranqüilidade das ruas do bairro e a ausência de automóveis permitiam que as crianças conhecessem a liberdade e pudessem sentir o espaço físico disponibilizado para suas brincadeiras.

Os operários e suas famílias, fora do espaço familiar, conviviam nas ruas do bairro com vizinhos que possuíam valores e modos de vida semelhantes. Nos locais de lazer perto da casa, como o clube construído pela Vale e a igreja, eles continuavam de certa forma sujeitos a um controle social. Esses laços de vizinhança são estabelecidos pela regularidade da presença dos indivíduos no meio e nos serviços que partilham. Para Magnani (2007), usufruem do pedaço, pessoas que se identificam por serem integrantes de uma rede social com base territorial. Os habitantes estabeleciam ações e trajetos rotineiros: cuidar da casa e da alimentação, fazer compras, deslocar-se para a empresa, dirigir-se para a escola em horários pré-estabelecidos.

O bairro Campestre era um espaço comum, composto em sua maioria por famílias, porém seus moradores, por representarem um grupo operário, sem formação técnica, acabavam por ser excluídos pelos nativos e altos funcionários da Vale. Como afirma um migrante, o Clube do Valério, construído pela empresa no bairro, representava um ponto de

aglomeração de parte de seus moradores e demais operários devido às atividades de entretenimento: havia orquestra ao vivo nas quartas e grupos de fora eram contratados para tocar na "hora dançante" que se realizava aos sábados. Nesse clube, as famílias dos altos funcionários da empresa não freqüentavam, para eles havia outro local de entretenimento.

De acordo com os depoimentos orais, diferentemente da moradia operária, o bairro Pará, região oeste, teve suas ruas pavimentadas por bloquetes. Ao serem construídas as casas dos funcionários graduados, as ruas foram pavimentadas somente nos locais que serviriam de moradia para os seus funcionários graduados. O restante do bairro, que continuou a alojar os antigos moradores não recebeu benefícios infra-estruturais. Esse também era um local residencial e familiar, mas se destacava pela atenção dada à empresa a determinados moradores. Os depoimentos prestados afirmam que seus antigos moradores usufruíram de benefícios especiais, suas casas eram maiores e melhor equipadas. "No bairro Pará existem várias residências de fino acabamento, moradias de funcionários categorizados e de pessoas abastadas. Suas casas com estruturas de concreto, teto de laje, rampa de acesso e revestimento externo de pastilhas coloridas." (GUIMARÃES, 1961, p.113) Eles recebiam em suas portas balaios com verduras, frutas e legumes produzidos na chácara da empresa. Os funcionários graduados dispunham de motoristas que ficavam à sua disposição e das necessidades de seus familiares. A exemplo do Campestre, o bairro Pará também contava com um clube social construído pela Vale. Mas esse não era um local destinado a classes populares, que se viam impedidas de freqüentá-lo. Fronteiras foram estabelecidas pela empresa e pelos seus próprios usuários:

Depois que a Vale construiu a sede social dela no Campestre deu uma polêmica danada. Mais uma vez ela estava distanciando as classes. Não era a mesma coisa que o clube do Campestre, os engenheiros e médicos procuravam se distanciar. Eu e minha família podíamos freqüentar, eu pertencia à classe de supervisor O mecânico, o servidor braçal, o motorista não podiam. Só cargo de chefia em diante, isso deu um estremecimento na sociedade. Deixou ressentimentos. (Depoimento oral)<sup>20</sup>.

A ação da estatal no espaço realçou privilégios, mas foram os indivíduos e os grupos sociais que determinaram as reais fronteiras de seus territórios ao excluírem os diferentes. A segmentação urbana existe e pode se tornar excludente, mas os usos dos espaços da cidade são o "resultado de práticas sociais e ações simbólicas que politizam seu cotidiano e cartografam seus usos". (LEITE, 2006, p.41). A partir do momento em que as identidades

---

<sup>20</sup> Celso. Entrevista realizada em Itabira, em 16/07/2007.

urbanas se estabelecem em determinados espaços e demarcam seus próprios territórios, são estabelecidas fronteiras e critérios de pertencimento, o que resulta em limitações reais de acesso e usos. Para os operários menos qualificados, o bairro e o clube do Pará eram áreas nobres, que não lhes pertencia. Os moradores desse local estabeleceram fronteiras, restringindo a presença dos que se diferenciavam. Para os operários era legítimo que também demarcassem seu espaço, assim como o faziam os setores mais graduados. A área residencial e o clube, que lhes foram destinados, tornaram-se locais em que prevalecia o sentimento de proteção e de pertencimento. Diante da situação compartilhada de exclusão social, os operários definiram sua área de permanência e de diversão. Os bairros, Pará e Campestre, tornaram-se locais representativos da diferenciação social, cuja forma de inserção e exclusão social traduzia-se no direito de uso e acesso a determinado espaço.

Um espaço da cidade que permaneceu na memória dos nativos e migrantes é representado pelo Paredão, no centro da cidade, onde havia o *footing* (Figura 6). Ali homens e mulheres de diferentes classes sociais o usufruíam uma vez por semana ao entardecer. Um alto falante propagava músicas que eram oferecidas às moças. Os homens, sentados no parapeito, admiravam as mulheres que andavam de um lado para outro.



**FIGURA 6.** Vista do Paredão, localizado na área central da cidade  
Fonte: BRESCIA e SAMPAIO, 1980, p.13

No paredão os freqüentadores necessariamente não se conheciam, ao menos não por intermédio dos vínculos estabelecidos no dia a dia do bairro. Eles se reconheciam como portadores dos mesmos símbolos que remetem a gostos, valores e para alguns de modos de vida semelhantes. Esse espaço, pavimentado por pedras de minério, significava um momento



de lazer e prevalecia o contato face a face entre seus usuários, fossem eles nativos ou migrantes. Ele se perpetuou no tempo e no espaço e representava costumes, tradições e atitudes que os moradores da cidade, nativos e migrantes, herdaram dos grupos urbanos que os antecederam. É um local que guarda a memória da cidade e que se transformou num produto da natureza humana devido às ações que os indivíduos nele estabeleceram.

Para Santos (1997, p.434), o espaço "está sempre presente, abarcando sucessivamente vários elementos temporais, inclusive - e principalmente - os do passado de distintos momentos". O presente é marcado por uma dinâmica da rede de relações sociais, que são vividas no momento atual. Entretanto, esse momento que é patente ao espírito é, também, constituído por camadas de tempos passados, que ao serem revistos servem de ponto de referência para que se compreenda o momento vivido. O espaço urbano não se resume a um produto lapidado é um local onde sucessivas fases se precedem, o que o leva a ser um produto cultural a ser lido.

O centro da cidade era um lugar de passagem e de atividades rotineiras. Para os migrantes que moravam no bairro Campestre o acesso era precário para a área central da cidade. "Tirando o armazém da Vale, aqui não tinha nada. Tudo tinha de ir lá na cidade. Não tinha condução. A gente subia e descia a pé pela rua Santana. Os morros eram enormes. As ruas eram calçadas de pedra, não tinha asfalto e a gente quebrando os saltos dos sapatos." (Depoimento oral)<sup>21</sup>.

A Companhia providenciou a construção de casas de seus operários, mas inicialmente não criou condições propícias para que esses se deslocassem pela cidade. Segundo o relato de uma migrante, nos fins da década de 40, existiam duas farmácias na cidade e um armazém do Magalhães onde faziam compras. Essas eram entregues nos lombos de burro, pois não havia outro meio de transporte na cidade. Conforme dados documentais, os ônibus só foram implantados no início da década de 70.

O centro da cidade representava para os migrantes a moradia da classe média e alta dos nativos e também um lugar comercial. Os antigos moradores de Itabira, pertencentes às camadas mais baixas, também enfatizam que algumas ruas centrais da cidade se destacavam por serem a moradia das classes mais abastadas. Nessas ruas, as pessoas estabeleciam sua moradia, conheciam-se e mantinham relações de vizinhança e de amizade:

Na Rua Santana e dos Operários todo mundo se conhecia, parecia uma família só. Todo mundo aparecia para tomar um cafezinho. Dá licença e já estava na cozinha.

---

<sup>21</sup> Marli. Entrevista realizada em Itabira, em 18/07/2007.

Na Rua Santana em frente a nossa casa morava uma família de posse muito superior a nossa. Toda noite lá pelas 6 e 7 horas elas iam lá para casa conversar com minha avó. Depois tomava um cafezinho e ia embora. No outro dia ia outra vez, a noite sempre a noite. Era convivência. (Depoimento oral)<sup>22</sup>.

Leite (2006, p.40) afirma que "um lugar é sempre um espaço de construção da diferença: nele se inscrevem as marcas que caracterizam as diferentes demandas de pertencimento a uma coletividade". Os lugares se delimitam em função de uma necessidade de diferenciação o que os torna distintos e socialmente reconhecíveis. A representação de um lugar para alguns indivíduos e grupos pode vir a possibilitar, para outros, a construção da diferença de seus próprios lugares. Por meio dos lugares, pode-se determinar, social e espacialmente, as diferentes visões de mundo e os anseios materiais de seus usuários.

Devido ao crescimento populacional, o comércio buscava atender às novas e diversas necessidades de grupos maiores e diversificados. O poder aquisitivo da maioria dos novos consumidores não era alto, mas eram assalariados que dispunham de um pagamento mensal. Embora o armazém da Vale fornecesse aos funcionários mercadorias de consumo usual, esses se dirigiam ao comércio particular para encontrar artigos triviais inexistentes no armazém da empresa. Pelos depoimentos, percebe-se que alguns migrantes contavam com crédito nas casas de comércio e se tornaram frequentadores desses locais. É importante destacar que nos primeiros anos das atividades a CVRD necessitava de crédito dos comerciantes locais para adquirir determinados produtos. O avalista era o Dr. Pedro Guerra, engenheiro itabirano, que se tornou funcionário da Vale. O crédito não era explicitamente cedido à empresa, mas a uma solicitação de um membro antigo da comunidade, merecedor de confiança:

O Dr. Pedro Guerra era o avalista da Vale no comércio local. O comércio fornecia e pedia uma requisição, depois debitava. Os comerciantes ficavam uns seis meses sem receber. De vez em quando aparecia o pagador da Companhia que acertava uma parte da dívida, outras vezes vinha e o comerciante só vendia se desse um sinal.. Se ela não pagava nós não fornecíamos. Ficou esse dilema não pagava a gente não fornecia, mas se viesse com o aval (assinatura) do Dr. Pedro o comércio fornecia. (Depoimento oral)<sup>23</sup>.

Silva Leite, Sampaio, Magalhães e Rosa eram casas comerciais tradicionais portadoras de nomes de famílias estabelecidas ou que se dirigiram para a cidade. Esses estabelecimentos atendiam às necessidades básicas dos antigos e novos habitantes. Para alguns migrantes, esse

<sup>22</sup> Márcio. Entrevista realizada em Itabira, em 14/04/2007.

<sup>23</sup> Rogério. Entrevista realizada em Itabira, em 23/02/1991.

espaço se diferenciava do seu local de habitação, havia o acolhimento de alguns proprietários aos consumidores, mas existia, em contrapartida, a discriminação:

A Rua Santana para baixo é que era a cidade. Tinha duas farmácias e um armazém onde a gente comprava antes da Vale construir o dela. A compra vinha na costa do burro. Tinha essa separação na cidade mesmo. Alguns comerciantes faziam muito pouco dos operários. Meu marido um dia foi comprar um tecido para eu fazer um vestido para mim. O tricolini era o muito melhor, muito comum para fazer vestido. Meu marido olhou, gostou e não perguntou o preço. O comerciante perguntou: este vestido é para ir à missa ou andar em casa. Meu marido respondeu que era para andar em casa. O comerciante falou: isto não é vestido para andar em casa é tecido fino. Meu marido respondeu: mas eu quero é este e comprou o tecido. Meu marido costumava falar: só porque a gente é operário... isso não entra na minha cabeça. (Depoimento oral)<sup>24</sup>.

É na rua, segundo Matta (1983), que buscamos estabelecer um equilíbrio com o universo da casa. No universo da rua vivemos o espaço da impessoalidade, do individualismo, diferentemente do espaço privado da casa que está destinado a abrigar a ordem, a conciliação e a tradição. A casa é o espaço do maior controle das relações pessoais e da hierarquia familiar baseados no sexo e na idade. "A rua - enquanto categoria genérica em oposição a casa - é o local público, controlado pelo "governo" ou pelo "destino", essas forças impessoais sobre as quais o nosso controle é mínimo." (MATTA, 1983, p.72). A rua indica o mundo e o que é inesperado. O domínio que existe nela não é totalmente conhecido, ela é semicontrolada, ela é o local da repreensão, da luta e do trabalho. Na rua deve-se estar atento para não violar hierarquias desconhecidas ou não compreendidas. A casa e a rua, campo de representação social, são espaços que contêm visões de mundo ou éticas particulares. Esses espaços demarcam mudanças de posições e papéis sociais.

Pelo depoimento dos migrantes, nota-se uma percepção específica da importância do espaço central da cidade. Para eles, a cidade propriamente dita só existia da "Rua Santana para baixo". Essa expressão refere-se às ruas que compunham o centro da cidade: Rua Água Santa, Tiradentes, Padre Olímpio, Guarda Mor Custódio, Rua dos Operários e Dom Prudêncio, nas quais se localizavam o comércio, o serviço bancário e os principais templos religiosos da cidade.

Os bancos localizavam-se na Rua Tiradentes, local onde se distribuíam quatro agências bancárias de crédito mineiro. O Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais, instalado em 1926, era uma antiga casa de crédito na cidade. Segundo uma narradora, como os meios de transporte e as estradas eram precários, quando uma pessoa de confiança do

<sup>24</sup> Salete. Entrevista realizada em Itabira, em 18/07/2007.

banco se dirigia para a capital do estado, levava o dinheiro arrecadado para a agência central. Para Guimarães (1961), com a intensificação das atividades extrativas, que gerou um progressivo crescimento econômico, a atividade bancária se desenvolveu. Surgiram o Banco da Lavoura em 1941, o Banco Industrial de Minas Gerais, em 1944, depois denominado Banco Mercantil e o Banco de Minas Gerais em 1951. A propagação dessas casas de crédito aumentou a circulação de pessoas no centro e propiciou a oferta de emprego para os nativos e para alguns forasteiros que se mudaram para o município para exercer funções bancárias.

As igrejas existentes eram modestas em sua aparência e decoração, como a Matriz, datada de 1841, que não possuía obras de grande valor. Uma exceção é a Igreja do Rosário, construída na primeira metade do século XVIII, em que se notam decorações de ouro e pinturas de valor artístico (Figura 7):



**FIGURA 7.** Vista altar-mór da Igreja de Nossa Senhora do Rosário  
Fonte: Acervo do Museu de Ferro – Itabira-MG (1999)

Era um costume das tradicionais cidades construir os cemitérios junto às igrejas. Nessa Igreja, primeiro templo religioso da cidade, como ressalta Drummond, eram enterradas as pessoas proeminentes da comunidade que administravam a irmandade dos negros. A

presença dos restos mortais desses no chão da Igreja era uma forma de simbolizar sua presença e o poder que possuíam na localidade:

O chão da sacristia é forrado de campas,  
domicílio perpétuo dos Antigos,  
pois assim deve ser: volta dos filhos  
da Santa Madre à Matriz do batismo,  
para serem pisados como pó  
e lembrados como réis.  
(ANDRADE, 1998, p. 47).

Além das casas comerciais existentes no centro da cidade, existiam botequins, casas não especializadas nos demais bairros da cidade. Essas casas de comércio eram intercaladas por residências. Em volta dessas áreas centrais, ocupadas por casarões coloniais, passaram a coexistir, no transcorrer das décadas, novos bairros com arquiteturas modernas o que provocou uma progressiva substituição do traço colonial da cidade. O cemitério e parte do adro que existia ao lado da Igreja da Saúde, localizado no centro da cidade, foram posteriormente destruídos para que ocorresse o alargamento da rua. Em parte desse local foram construídas casas comerciais e bares. Um dos nativos, em uma entrevista cedida ao Jornal Cometa Itabirano, de março de 1980, faz uma crítica a essa desconfiguração e desrespeito ao passado:

O adro da Igreja, data de D. João Vi e foi feito a pedido da "Confraria de São Francisco", em 1826. Não é possível que os itabiranos consentam em que parte desse terreno que pertencia à Igreja da Saúde, seja utilizado por particulares para ganhar dinheiro. [...] E o cemitério? Tiraram as sepulturas... Carregou aquilo, Deus sabe para onde... E transformou aquilo em treze butecos... Fazem barulho, enquanto o padre celebra sua missa. (OLIVEIRA, 1980, p.8).

A Rua Tiradentes era um dos cenários em que se realizavam eventos sociais e culturais. Nela se localizou o primeiro cinema da cidade, criado em 1911, o Cine Atlético Itabirano onde se realizavam as horas dançantes. Também era um lugar de embates políticos como os comícios e de cenas de festividades e homenagens públicas. As fotos analisadas registram alguns desses acontecimentos, como a homenagem aos pracinhas itabiranos e da região que combateram na Segunda Guerra Mundial. Autoridades públicas, superintendente

da Vale, familiares e moradores da cidade compareceram ao evento, prestigiando o soldado que lutara a favor da democracia e contra os regimes totalitários. (Figura 8). O Estado brasileiro e o governo dos EUA se faziam representar por diretores e pelo superintendente da CVRD, White Reed, um norte-americano designado pelo governo de seu país para administrar a empresa juntamente com brasileiros.



**FIGURA 8.** Recepção ao Pracinha brasileiro  
Fonte: Acervo particular de Elce Martins Lage

Os encontros e as interações que se realizavam no espaço público em dias de comemorações e de festas, como as religiosas, diluíam temporariamente a percepção da diferenciação social e cultural entre os diversificados grupos que o frequentavam. As fronteiras demarcadas por códigos de comportamentos e de valores sociais tendiam a ser suspensas provisoriamente pelos usuários. Nas procissões religiosas, nativos e migrantes interagiam no espaço público. A fé, que se alia à proteção e intermediação entre as pessoas e os santos, diluiu as fronteiras entre as pessoas. Nesse momento, as imagens sagradas saíam do templo e se encontravam com seus seguidores nas ruas principais da cidade, que tinham seu chão decorado com símbolos do cristianismo. Também as casas tinham suas janelas enfeitadas com toalhas bordadas e vasos de flores para a passagem da procissão, que trazia as imagens carregadas num andor conduzido pelos homens. As separações nessa festa se

traduziam pelas distinções entre irmandades e as congregações religiosas que percorriam os trajetos da procissão separadamente. (Figura 9)



**FIGURA 9.** Procissão Semana Santa, década de 50  
Fonte: Acervo do Museu de Ferro – Itabira-MG

Por decisão das autoridades religiosas, o espaço público devia se constituir em um espaço moral, guiado por uma ética religiosa. A rua, apesar de ser um local externo e regido por leis institucionais, representava também um espaço moral que se impunha por algumas regras sociais, familiares e religiosas. Para Matta (1983), existe um sistema autoritário e hierarquizado na sociedade brasileira. Em outras palavras o sistema social brasileiro é fundado nas relações individualistas, autoritárias e hierarquizadas. Existe uma igualdade pública, legada pelo Estado e uma cotidiana hierarquizada e praticada no universo da casa. Na rua, os indivíduos se armam por meio da afirmação dos privilégios individuais e das classes dominantes, reduzindo outros a uma posição de inferioridade. Na esfera religiosa onde existe uma suposta igualdade da sociedade, pois todos são reconhecidos como merecedores das

benesses de Deus, ocorre simultaneamente a subsistência de uma ordem hierarquizada de santidades. Há uma oposição sistemática entre o mundo das pessoas, socialmente reconhecidas em seus direitos e privilégios e um universo de indivíduos onde as leis impessoais funcionam como um instrumento de opressão e de controle. São explícitos os aspectos hierárquicos e autoritários da sociedade brasileira, que contempla mais a lealdade pessoal e a hierarquia, do que a igualdade e a obediência às normas legais. Nesse sistema as relações se movem obedecendo ao movimento de uma hierarquia que deve ser percebida como uma forma natural socialmente estabelecida. É latente o conflito entre a hierarquia como valor e as normas criadas pelo Estado, segundo as quais todos são iguais perante a lei e devem obedecer a ela. As leis só são seguidas em determinadas situações, prevalece a imunidade quando se trata de interesses e de pessoas.

Os bares também significavam um ponto de lazer e entretenimento. Em um artigo publicado no Jornal O Trem, de novembro de 2006, Caux<sup>25</sup> afirma que, nas décadas de 40 e 50 existiam alguns bares, situados no centro da cidade que congregavam os jovens. O Café Íris, além de seus salgados e doces, se destacava pela sorveteria. No Bar do Zé Tomé, os rapazes se dirigiam aos domingos para ouvir transmissão de futebol. No Bar Central, a mesa de sinuca atraía um número considerável de frequentadores. O Bar São José, embora não fosse um restaurante, oferecia refeições ligeiras para seus usuários. O Bar Colúmbia "passou a ser o ponto de encontro da rapaziada. Lá os bancários faziam o lanche diário, os apreciadores de cerveja tinham sempre garrafas de Teotônia, sorvidas tranquilamente entre fatias de queijo e mortadela, em bate-papos espichados." (CAUX, 2006, p.12). Esse relato de um nativo demonstra os interesses de determinados segmentos da população em usufruírem de certos espaços. Esses bares, localizados no centro da cidade, apresentavam-se como espaço de consumo e de lazer para a classe média. Construídos, em fases sucessivas, pela iniciativa privada significavam um estilo de vida de uma determinada época. Havia nesses bares um processo de segregação estabelecido pelo critério de renda dos usuários que podiam consumir ou não os serviços oferecidos.

As pessoas e os grupos sociais se apropriam e fazem usos diversificados dos serviços oferecidos pela iniciativa pública e privada. Ao destacar as redes de sociabilidade existentes na cidade, Magnani (2002) afirma que esse espaço não é vivido e usufruído de uma forma única por seus habitantes. O espaço urbano constitui-se de modos de vida diversificados e seus moradores se apropriam dele também de maneira diferenciada. Nas ruas - suporte da

---

<sup>25</sup> Itabirano, residente em Belo Horizonte. Publica artigos, como colaborador de um jornal local, relativos a locais e fatos da história da cidade.



sociabilidade - estão presentes nativos e forasteiros, o que possibilita o encontro e a troca entre pessoas conhecidas e desconhecidas em um espaço público que está sujeito às regras públicas. Nela se reconhecem semelhantes e depara-se com estranhos, os usos e as percepções dos outros são diversos. As múltiplas pessoas que freqüentam a rua possuem visões e práticas distintas sobre o seu uso, o tempo, suas práticas culturais e de lazer e seus meios de ocupação. As formas de apropriação do espaço público e privado da cidade, que representam formas de sociabilidade, são resultados das rotinas coletivas regidas pelo tempo do trabalho, da fé e do lazer e que, portanto, fazem parte de uma dinâmica urbana. A rua não existe apenas em sua forma material destinada ao curso das pessoas, a rua é a experiência vivida e partilhada. Ela é o lugar dos encontros inesperados, onde se cruzam as diferenças.

Os indivíduos criaram sua forma de uso do espaço, a iniciativa privada construiu seus bens materiais e de consumo e os órgãos públicos e a estatal buscaram modelar o espaço, edificando novos monumentos para que fossem utilizados com fins educacionais, trabalhistas, religiosos e de saúde, dentre outros. Os monumentos erigidos em vias públicas representam um adorno da vida em sociedade. As edificações como as igrejas, as escolas, os centros culturais e os prédios públicos são monumentos que marcam ideologias e simbolizam redes de poder, que congregam e disseminam valores. Os monumentos "ligam-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas e o reenviar a testemunho que só uma parcela mínima são os testemunhos escritos." (LE GOFF, 1996a, p.536). Esses representam sinais que denotam o prazer de eternizar as construções e os resquícios de uma determinada sociedade.

A partir da década de 50, a empresa construiu hospitais, instalações industriais, estradas, pistas de pouso, escritório, hospitais e clubes. Dois estabelecimentos representaram a função hospitalar. O Hospital Nossa Senhora das Dores, inaugurado no século XIX, inicialmente só abrigava doentes crônicos. Com o movimento da mão-de-obra que se dirigia para a Vale, recebeu verdadeiro impacto em seus serviços. Em 1960, transferiu-se para um novo local com novos equipamentos para atender não só os pacientes da própria cidade como moradores da cidade vizinha. O atendimento hospitalar da cidade exercia, e ainda exerce, um grande raio de ação que ultrapassa os limites municipais. O Hospital Carlos Chagas, localizado no bairro Campestre, foi construído para atender aos funcionários da empresa. Os médicos eram contratados pela Vale, para atender gratuitamente o trabalhador e sua família, que em sua maioria não podiam pagar pelas consultas particulares. De acordo com o depoimento de uma funcionária do hospital, os médicos lhe reportavam que um dos maiores males dos pacientes era a fome e a receita era única vitaminas e boa alimentação. Um dos

médicos do hospital relata que sua criação dificultou a contratação e a manutenção de profissionais da saúde na instituição mantida pelo poder público. A CVRD pagava melhores salários aos médicos e enfermeiros. Os que trabalhavam no Hospital Nossa Senhora das Dores o faziam por dedicação, compromisso social e amor à profissão. Os funcionários de saúde, dessas duas instituições, além de tratarem das doenças influenciavam os pacientes a melhorarem seus hábitos alimentares e de higiene.

Além do setor de saúde, a cidade também mantinha uma influência regional no setor de ensino. A empresa se preocupou com os estudos dos filhos de seus operários e criou a escola primária e técnica, essa última voltada aos interesses da empresa que necessitava de mão-de-obra técnica para trabalhar em suas minas e oficinas. O órgão público estadual criou instituições voltadas para o ensino básico. As escolas particulares e públicas, que se ampliaram com o crescimento populacional, uniam alunos, professores e corpo administrativo com um conjunto de experiências sociais vivenciadas nos mais diferentes espaços sociais. Pelos relatos dos entrevistados que expuseram seus valores e códigos de conduta transmitidos a seus descendentes, percebe-se que no ambiente escolar estavam personificados diferentes grupos sociais. Os alunos já chegavam à escola com um acúmulo de experiências, adquirido em seu espaço familiar e em seu histórico de vida. Para os filhos da classe média, amparados em seus estudos por familiares ou por professores particulares, a escola possibilitaria a oportunidade de futuramente adquirir um diploma em um curso superior e seguir uma carreira, na empresa estatal ou fora dela. Os filhos da mão-de-obra semiquificada dificilmente podiam ter o apoio formal de seus pais no momento do estudo. Apesar de incentivarem a vida escolar, um número significativo desses pais possuía pouca escolaridade. Seus filhos deveriam estudar para poder obter uma qualificação técnica que os habilitasse a trabalhar na Vale que também subsidiava os estudos dos filhos de seus funcionários em escolas particulares da cidade.

As professoras entrevistadas esclarecem que o corpo discente e docente, ao interagir em sala de aula ou no momento do recreio, revelava os valores que lhe foram transmitidos pela família, igreja e escola, as peculiaridades do local em que residiam e as formas de obediência exigidas pelos pais. Nas salas de aula, o conhecimento transmitido por meio dos livros didáticos e dos professores visava à reprodução do saber, os sujeitos eram passivos e não transformadores do conhecimento. A ênfase das escolas era centrada nos resultados da aprendizagem portanto, as provas e as argüições orais eram excessivamente valorizadas. As escolas se caracterizavam pela institucionalização de um conjunto de normas e regras que delimitavam a ação de seus alunos. A sala da diretoria, a sala dos professores, a secretaria, a

biblioteca - quando existia - e o pátio hierarquizavam e definiam a função de cada espaço interno. Algumas escolas, ao erigirem muros ou colocarem grades na sua área limite, buscavam delimitar o seu mundo com suas regras. O mundo da rua não devia se fazer presente no espaço escolar, como fosse possível relegar a experiência vivida em outros espaços.

Por mais que a empresa e os órgãos públicos planejassem e estruturassem o espaço, os grupos sociais que nele viviam estabeleciam seu próprio sentido existencial ao lugar por meio de suas próprias práticas. Cada lugar possui sua singularidade e se equipara perante o outro a partir da diferença. Como ressalta Magnani (2003), nas ruas os indivíduos constroem signos por meio de seus atos cotidianos. O espaço é o lugar que congrega várias perspectivas e diversos símbolos culturais que não podem ser reduzidos às determinações estruturais

Os espaços são utilizados como símbolos, carregados de significados para seus usuários. Nos espaços partilhados pelos habitantes da cidade se constroem demarcações territoriais que separam e ao mesmo tempo unem os grupos sociais. Nos espaços públicos, registram-se as diferenças, os conflitos e as sociabilidades entre aqueles que os utilizam. O uso do espaço revela condutas identitárias que são permeadas pelas práticas e sociabilidades diversas existentes na cidade.

Após a entrada de um número expressivo de migrantes, as ruas de Itabira se tornaram lugares onde persistia a proximidade física, entretanto os indivíduos, em sua maioria, se tornaram anônimos. Havia constantemente a presença do forasteiro e encontros com desconhecidos que estabeleceram condutas que se mostravam exóticas para aqueles que partilharam a rua anteriormente. As festas que se realizavam, principalmente no espaço moral da casa, passam a se realizar em novos espaços públicos, onde pessoas de universos diferentes e códigos de vida distintos se uniam com o objetivo de se socializar, reafirmar a fé e se divertir.

No espaço urbano de Itabira, nativos e migrantes, pessoas estranhas entre si, passaram a interagir, a demarcar fronteiras e a se observarem mutuamente. Eles partilharam espaços comuns, sentiram a presença do outro e atribuíram valores à paisagem e às construções que já existiam e que passaram a ser edificadas na cidade pelas ações do poder público e privado.

Foram criadas novas instituições de lazer e cultura com o propósito também de escapar da monotonia e da rotina diária, propiciando a associação voluntária de seus frequentadores. Esses espaços sociais criaram oportunidades de as pessoas estabelecerem novos grupos de amizade e meios de diversão e encontros espontâneos. Os espaços culturais começaram a atender às preferências de grupos mais amplos com gostos ecléticos. Os moradores de Itabira,

nativos e migrantes, estabeleceram novas formas de coexistência social e criaram significados para os espaços que partilhavam.

Nas ruas, nas avenidas, nas igrejas e nas áreas comerciais da cidade, pessoas diferentes se cruzavam e se misturavam no dia – a - dia urbano. Áreas diversas passaram a adquirir funções especializadas. A necessidade de ter centros de saúde, de ampliar os órgãos educacionais e culturais induziu a instituição pública e privada, no caso a CVRD, a construir novos espaços especializados na cidade que se ajustassem às necessidades sociais e às demandas da coletividade que se inseria no espaço urbano. Ao discutir a heterogeneidade da população das cidades, Wirth (1976, p.106) destaca que "quando grandes números de indivíduos têm de fazer uso comum de facilidades e instituições, deve ser feito um arranjo a fim de ajustar as facilidades e as instituições às necessidades da média das pessoas e não a determinados indivíduos." Para Simmel (1983a, p.90), "um grupo depois de chegar a certo tamanho, tem de desenvolver formas e órgãos que sirvam a sua manutenção e promoção, do que antes não precisava como grupo menor." Os interesses da coletividade passam a ser efetivados por representantes que ocupam cargos e posições efetivas perante a comunidade. Criam-se leis e organizações públicas e privadas, pois não há mais possibilidade de os indivíduos relacionarem-se diretamente e manterem sua unidade social. As instituições servem de canais de mediação entre os indivíduos que se interagem em uma sociedade. É a voz do representante que passa a ser ouvida, ao contrário dos pequenos grupos, nos quais as pessoas estabelecem relações diretas entre si, e suas percepções e considerações individuais são ouvidas e respeitadas. Esses órgãos criados para a coletividade distanciam as pessoas. Os grupos subsistem porque suas pendências e necessidades passam a ser avaliadas por normas objetivas e impessoais. Em Itabira, após a mineradora se consolidar no município, a administração e os orçamentos municipais passaram a ser conduzidos pelo poder e pelas necessidades da empresa. Funcionários da Companhia ou moradores que não conseguiam fugir ao controle dela passaram a ocupar postos na administração municipal. O prefeito e o corpo legislativo acabaram por se envolver nas malhas de dominação da empresa que estabelecia as prioridades da Companhia em relação aos serviços e espaços existentes na cidade. A Instituição Pública e a empresa estabeleceram controles formais para disciplinar as rotinas dos indivíduos, o relógio, o cartão de ponto e as leis que instituem as regras de circulação nas vias públicas estabeleceram condutas e marcaram o tempo diário a ser vivido.

Para Certeau (1994), apesar de as cidades estarem sujeitas às organizações racionais e estratégias sócio-econômicas e políticas, a vida daqueles que usufruem o espaço urbano ergue sentidos ao que foi omitido pelo projeto urbanístico. O indivíduo, um ser singular, cria a

cidade por meio de sua atividade e movimento diário. O andar dos pedestres define um espaço de enunciação. As pessoas agem e imprimem no espaço a marca da intenção humana. Os espaços sociais que existem na cidade estão abertos à criatividade e à ação do homem. O espaço racionalizado e totalizante é substituído cotidianamente por uma "retórica pedestre" de trajetórias. Nesses percursos se constroem histórias alusivas e fragmentárias das pessoas, narrativas simbólicas que se embaralham nas práticas sociais e alteram as redes de disciplina. Pelas trajetórias, os indivíduos pervertem os usos dos espaços urbanos. Nas configurações do poder e nos planos urbanísticos as funções e os usos já são pré-determinados, porém as pessoas que fazem uso do espaço público recriam a cidade e a alimentam com suas práticas e atividades cotidianas.

O lugar é uma referência cultural e é uma construção consistente e simbólica do espaço, é um ponto de referência para os homens que o habitam. Ele caracteriza-se por permitir, ao mesmo tempo, a identidade e as relações entre os integrantes do grupo cuja cultura o constitui. Se o lugar é reconhecido como fonte e refúgio de identidade, é preciso compreender a dinâmica espacial e social que se formou e estabeleceu em nível local. Cada cidade, que é um produto cultural e recebe influências formais e cotidianas atribuídas por seus membros, repousa sobre sua própria história e constitui a única fonte que transmite e registra sua especificidade em um espaço de relações com outros lugares. A área urbana não é apenas um território ritual e simbólico, possui um sentido que é revelado pelo grupo por meio de suas práticas ativas é o local da interação social cotidiana. Os grupos que dele partilham e dele usufruem afirmam e vivem suas identidades ao percorrer os trajetos, dando-lhes um sentido determinado. Os espaços da cidade carregam um sentido existencial, impregnado de características que revelam sua memória, sua cultura e sua identidade. Nas cidades, distinguem-se lugares em que os indivíduos atuam e aos quais atribuem significados culturais. Os signos e os valores atribuídos a determinados locais podem diferir entre os grupos que os partilham. Os relatos dos grupos locais e dos forasteiros estabeleceram interpretações e valores múltiplos à paisagem natural e aos lugares construídos e usufruídos pelos seus habitantes. As edificações que se perpetuaram no tempo transmitiram referenciais e sentimentos de identificação.

Discutir os trajetos e as relações entre grupos sociais no território urbano é reconhecer os valores e as alterações que se sucederam no tempo e no espaço, bem como as identidades que ali nasceram e se desenvolveram. A produção e elaboração de um espaço coletivo depende da capacidade de sensibilização cultural dos agentes impulsionadores que criam e

reproduzem sua representação a dado local. Uma nova configuração espacial não impede que o passado vivido se faça presente, o passado pode ser reelaborado pela imagem da memória.

As lembranças dos sujeitos históricos que narraram suas experiências de vida em Itabira foram investigadas e localizadas em seu tempo e espaço, para que possuíssem sentido. Os entrevistados, nativos e migrantes, relataram os seus valores familiares e coletivos e estabeleceram sentidos a seus trajetos e hábitos cotidianos. Expressaram a dor da perda de locais que foram destruídos e que lhes eram significativos e afirmaram que, embora esses lugares tenham sido demolidos pelos homens e poderes públicos e privados, eles ainda permanecem visíveis em suas operações de rememoração. A memória possui essa liberdade de fazer permanecer as marcas dos espaços expressivos e dos tempos significativos, principalmente se esses fazem parte das marcas de uma geração e de um passado coletivo.

### 3 – REDES SOCIAIS E IDENTIDADES: MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS

“Itabira na década de trinta era uma cidade amável e pacata. A sua topografia acidentada dava-lhe um aspecto de presépio. Ruas tortuosas calçadas de ferro, grimpavam a serra com seus velhos sobrados coloniais, arrimando-se uns aos outros”. (ALVIM, 1980, p.32). Como ressalta Alvim (1980), prevalecia a existência de lugares centenários carregados de símbolos e, sobretudo, de pessoas ligadas entre si que acentuavam e reforçavam a coesão social e o sentimento de pertencimento a uma comunidade afetiva. A vida se distinguiu pelo ritmo lento e calmo carregado de costumes regulares. Como nas demais cidades do interior, as pessoas se viam incluídas numa estrutura social marcada pelos contatos regulares entre seus membros. Pelos relatos dos nativos, os indivíduos eram reconhecidos uns pelos outros em virtude de suas marcas pessoais e familiares. Eram frequentes os contatos entre as pessoas que habitavam a cidade e os laços sociais existentes, marcados por uma rede de reciprocidade, eram de domínio público.

Os grupos sociais que viviam na cidade se caracterizavam pelas relações primárias, ou seja, eram marcados pela associação e cooperação íntimas, face a face. Para Park (1976, p.47), "o resultado da associação íntima é uma certa fusão de individualidades em um todo comum, de tal forma que o próprio ser individual, pelo menos para muitos fins, é a vida e o propósito comum do grupo." As inter-relações da vida dos habitantes de uma cidade pequena são geralmente inclusivas, cada membro de um grupo busca viver e partilhar o sentimento do todo que é comum. Os habitantes da cidade ocupavam espaços públicos e privados onde sucessivas gerações os precederam e buscavam, ainda, preservar as heranças culturais de seus antepassados que os distinguiam e os tornavam originais perante os habitantes de outras cidades. Existia uma influência recíproca entre seus membros que se delineavam pelas ações e interesses de determinadas famílias sobre outras.

De acordo com Simmel (1983a), a interação social passa a existir a partir da noção de reciprocidade, que é um acordo baseado em padrões de socialização. O sentimento de vizinhança se baseia em valores e tradições comuns, marcados por uma história de associação e cooperação íntima, a vizinhança é um local no qual prevalecem sentimentos comuns e que possui uma história particular ligada a processos históricos contínuos. A estrutura social e a tradição representam aspectos comuns da cultura que estabelece o que é característico e distinto na vida da cidade. O encontro entre as pessoas em lugares públicos e privados é

acompanhado por troca de palavras e amabilidades, já que o outro é um conhecido ou é alguém que já foi visto, percebido e identificado na comunidade.

Em Itabira, a classe dominante, representada por fazendeiros, profissionais liberais, proprietários de médio comércio e da média indústria eram os representantes do poder local e sob sua influência se perpetuavam as normas de convivência e sociabilidade:

A gente conhecia todos. Havia muita solidariedade. Havia os famosos daqui. Família de doutores que se faziam diferenciar dos demais. As pessoas freqüentavam os mesmos ambientes. Não tinha muita separação. Éramos solidários uns com outros. (Depoimento oral)<sup>26</sup>.

Prevalecia um forte sentimento de pertença. As pessoas se conheciam e sabiam se situar perante o outro. Os laços familiares e sociais se mostravam fortes entre as pessoas que moravam na mesma localidade e que se conheciam desde a infância. Elias e Scotson (2000) afirmam que o sentimento de pertencimento a uma comunidade cria vínculos entre os moradores que vivenciaram e compartilharam um passado comum. Embora possam existir certas animosidades entre os habitantes, prevalece um sentimento de identidade grupal. Grupos sociais antigos se identificam entre si e cerram fileiras contra aqueles que não fazem parte daquela identidade.

Os encontros sociais eram marcados pelas reuniões familiares como os batizados, os casamentos e os funerais que ocorriam no âmbito do espaço familiar. Para Incerti (1990)<sup>27</sup> (1990), aniversários e festas serviam como pretextos para recriar a unidade da família e expor periodicamente os laços estabelecidos entre seus membros. Quando se apresentava a oportunidade de reunir as diversas gerações, comemorava-se de certa forma a própria existência da família. As festas evidenciavam os laços de amizade e a convivência estabelecida pelos membros da família. Em algumas ocasiões, a recepção deixava de estar circunscrita ao grupo de amigos ou dos laços de consangüinidade, agregando indivíduos estranhos à vida doméstica, cujo mérito pessoal e conhecimento das regras sociais vigentes permitiam a sua assimilação e a sua circulação nas casas da elite.

Itabira é uma cidade mineira do interior que, como outras, possui especificidades culturais e sociais. Para que se conheça o emaranhado das relações sociais que se estabeleceram, em uma determinada época histórica, procurou-se dar voz a personagens reais que podem recriar o que foi experimentado na coletividade. Valorizar a história das pessoas

---

<sup>26</sup> Fátima. Entrevista realizada em Itabira, em 12/04/2007.

<sup>27</sup> Historiadora e ex-diretora do Museu de Ferro de Itabira e Faculdade de Ciências Humanas de Itabira.



é conhecer as diferenças, as "distâncias" e as "proximidades" que os homens estabelecem entre si. São os pontos de vista dos atores sociais que nos interessa recriar neste capítulo. Trabalhar com a memória via narradores é um meio de nos se apropriarmos de acontecimentos que não pertencem mais àqueles que a narram.

## 2.1 - Grupos de convívio na Itabira de outrora

Nas primeiras décadas do século XX, as principais ruas da cidade, revestidas do puro minério de ferro, eram os locais prediletos das brincadeiras de crianças:

Na rua Santana tinha uma turminha. O brinquedo era o chicotinho queimado. Uma criança escondia a varinha e nós saíamos para procurá-la. As meninas brincavam de roda, cantando as músicas daquela época e rodando. Tinha o passa anel. Tinha um brinquedo bruto de homem o "boi rombador". O boi (uma criança) ficava no meio e a gente dava a mão. O boi tentava romper e saía correndo. Era muito bom o nosso tempo de criança. (Depoimento oral)<sup>28</sup>.

O entrevistado liga suas brincadeiras infantis ao local em que viveu sua infância, uma rua íngreme e antiga da cidade, situada nas proximidades do córrego em que se iniciou a exploração do ouro no início do século XVIII. As imagens da sua vida se interligam a uma história coletiva. A imagem que ele resgata da infância tem o intuito de registrar um modelo de comportamento, hábitos remotos sacralizados na memória. Ele viaja para seu passado, declara o sentimento de saudade, com o intuito de preservar um tempo vivido por ele e que não possui retorno. Flagra imagens de hábitos e de lugares condensados na memória de um homem que ainda era criança. Segundo Bosi (2003), as narrativas daqueles que buscam se identificar e representar no contexto de uma sociedade perfazem caminhos que se situam no espaço e no tempo. O espaço retratado representa um vínculo, parte de relacionamentos, parte de uma experiência de vida. As imagens do passado registradas na memória dos itabiranos reconhecem também a presença dos estrangeiros, americanos e ingleses que se estabeleceram na cidade, em 1911, para explorar o minério de ferro e o ouro (Figura 10).

---

<sup>28</sup> Márcio. Entrevista realizada em Itabira, em 14/04/2007.

Para o escritor itabirano, Alvim (1980), os americanos mais sociáveis estabeleceram-se no centro da cidade. Os ingleses vestiam roupas exóticas, fumavam cachimbos e apreciavam o uísque. Eram mais reservados, faziam poucas visitas sociais e ergueram suas



**FIGURA 10.** Técnicos americanos e ingleses  
Fonte: COMPANHIA VALE RIO DOCE, 1992, p.66

casas no alto da Serra da Conceição, local distante da cidade. Tinham poucos amigos e quase todos formavam um casal sem filhos ou eram solteiros:

Eram separados do povo da cidade. Na Conceição moravam sempre dois ou três casais de ingleses. Eles vinham muito aqui a cavalo e passavam muitas vezes no Randolfo para tomar uísque, lá era o único lugar que tinha. Eles paravam tomavam o uísque e subiam a Serra. Iam para o Cauê, para explorar o ouro, com um empregado atrás, na volta eles faziam a mesma rotina. Eles não eram de freqüentar a cidade ficavam mais na Vila. Quando vinham às ruas, vinham a cavalo muito bem vestidos. De tempos em tempos vinha uma caravana de ingleses visitar a mineração. (Depoimento oral)<sup>29</sup>.

Nas proximidades da vila que habitavam, construíram um cemitério que passou a ser denominado "Cemitério dos Ingleses", pois só eles eram enterrados no local. Cotidianamente alguns ingleses se retiravam do serviço nas minas e passavam em um armazém local para tomar uma dose de uísque.

<sup>29</sup> Rogério. Entrevista realizada em Itabira, em 23/02/1991.

Drummond, que retratou em sua obra poética os acontecimentos e os personagens que compuseram a história de Itabira na época de sua infância e mocidade, era caixeiro no armazém em que o inglês passava diariamente. O poeta registrou sua impressão sobre os hábitos dos estrangeiros na cidade. Sua percepção dos costumes desses europeus se aproxima das observações feitas pelos entrevistados. De acordo com os narradores, apesar de serem consumidores do comércio local, os ingleses se fizeram invisíveis para a população local, pois não se faziam presentes no espaço urbano e nas práticas cotidianas.

Secos e molhados finíssimos  
 Seguem uma vez por mês  
 Rumo da serra onde ele mora.  
 Inglês invisível, talvez  
 Mais inventado que real,  
 Mas come bem, bebendo bem,  
 paga melhor. O inglês existe  
 além do bacon, do patê,  
 do White Horse que o projetam

O inglês da mina é bom freguês.  
 no nevoento alto da serra...  
 (ANDRADE, 1998, p.90).

A referência dos nativos aos ingleses que residiram no município é constante. Esses forasteiros, com algumas exceções, não buscaram estabelecer relações sociais com a população e nem tentaram se enquadrar às normas e às tradições vigentes. Nas entrevistas realizadas, não se percebe um menosprezo aos ingleses, que foram incorporados ao imaginário dos itabiranos como personagens também participantes da história do município. Eles são vistos como indivíduos "distintos", forasteiros que seguiam outros costumes e crenças religiosas e que tinham o objetivo de explorar as riquezas do subsolo. Não procuraram se impor perante a sociedade local e nem criar atritos com seus códigos de conduta; mantinham-se distantes dos acontecimentos e decisões políticas e sociais que se referiam à comunidade.

Os pobres também eram personagens que se destacam na memória dos antigos habitantes da cidade. Eram indivíduos que contavam com benevolência das famílias locais. Os moradores da cidade procuravam amparar aqueles destituídos de renda e necessitados de ajuda e amparo social. Segundo dados coletados nas entrevistas, muitos pobres da cidade viviam da caridade de várias famílias e alguns dias da semana eram reservados para receber e prover os necessitados. Os que possuíam recursos financeiros ajudavam as entidades públicas a manterem as instituições assistencialistas:

Nós dávamos ajuda aos conhecidos, pessoas mais simples que faziam pequenos serviços. Eles saíam no sábado pedindo esmola. Aqui sempre teve o São Vicente. Havia uma latinha em que colocávamos nossa contribuição. Pessoas que contribuíaam com o São Vicente não davam esmola para os pobres. (Depoimento oral)<sup>30</sup>

O auxílio aos pobres, que é uma reação social, era determinado pelos costumes vigentes na sociedade. Simmel (1939) esclarece que na sociedade as relações entre os homens são impregnadas de valores morais dos indivíduos, que determinam a direção de seus deveres. São as próprias pessoas que decidem até que ponto os direitos dos outros se constituem em seus deveres para com eles. Drummond, ao recordar os costumes que vivenciou em Itabira, relaciona o gesto de contribuição a um dever moral que traria a redenção aos homens:

[...] Mas o que sei da vida dos pobres  
senão que vivem: sempre, sempre,  
como a água, a pedra, o costume?  
[...] Estendo a mão com gravidade  
Na hora de contribuir.  
Não é meu dinheiro? É meu gesto.  
Não salvo o mundo. Mas me salvo.  
(ANDRADE, 1998, p.56).

De acordo com os relatos das entrevistas e das matérias veiculadas nos jornais locais, os órgãos públicos e o poder espiritual convocavam a população a prestar ajuda financeira aos necessitados. Os representantes da Igreja Católica incentivavam a população a contribuir com os destituídos de recursos; a ajuda aos carentes seria uma forma de os homens se redimirem de suas faltas no mundo terreno. A instituição pública, que mantinha uma Entidade Vicentina, solicitava aos moradores que estabelecessem uma cota a ser doada para essa entidade mensalmente. Para que se amenizasse a pobreza, era importante que a comunidade apoiasse a prefeitura em sua obra assistencialista.

A estrutura social da cidade possuía um código de funcionamento baseado nas redes de poder e decisão que emanavam das famílias tradicionais. Wirth (1985) ao analisar as emanações do poder provenientes dos grupos familiares em Minas Gerais, registra que:

[...] o poder dessas famílias se estribava no poder econômico, de modo que se registrava alguma mobilidade ascendente e descendente na hierarquia. Embora se ufanassem de suas origens, a elite estava aberta ao dinheiro novo. Por sua vez a tarefa de ganhá-lo era facilitada pelos laços de parentesco, pelo filotismo, pelo

---

<sup>30</sup> Mariana. Entrevista realizada em Itabira, em 17/05/2007.

genroismo e pela proteção que dispensavam às famílias estabelecidas. Outros grupos sociais eram eficazmente cooptados por um "clientelismo" difuso, que regulava as relações através do espectro social. Era muito pouco provável irromperem conflitos de classes nessas condições. (WIRTH, 1985, p. 88).

As pessoas que, por competência pessoal ou por arranjos de parentesco e amizade, conseguiram se destacar na estrutura econômica passaram a se integrar no universo social das famílias tradicionais e, com isso, assimilaram os valores e o código moral já instituídos nesses grupos familiares. Segundo Oliveira (1992), as famílias abastadas da cidade tinham acesso aos profissionais de saúde habilitados e às informações sobre hábitos alimentares adequados. Seus filhos eram mandados para instituições educacionais conceituadas no Brasil e no exterior. Essa classe dominava os órgãos públicos locais, as decisões políticas e administrativas referentes à cidade, refletiam os interesses e as necessidades das classes abastadas. Conforme consta nos documentos textuais e nos depoimentos orais, os moradores antigos e influentes se protegiam por fortes relações de lealdade e eram os responsáveis por difundir e estabelecer valores comportamentais na sociedade.

A vida da população de baixa renda se diferenciava daquela das classes dominantes. De acordo com Alvarenga (1981)<sup>31</sup>, era significativo o número de pessoas fragilizadas por doenças, devido à miséria e à falta de higiene. Os médicos geralmente iam à casa desses pacientes, que residiam na zona rural e urbana, e não recebiam pagamento em dinheiro e, sim, a gratidão da família do enfermo.

A falta de recursos das classes menos favorecidas fazia com que o cotidiano das crianças fosse marcado pelo trabalho. Como integrantes de uma família, cabia a elas contribuir com as despesas da casa:

A alimentação era feita na base de gordura de porco. Os porcos eram engordados com inhame e batata, pois tínhamos pressa que eles engordassem. Comíamos feijão com angu e torresmo com chuchu. Fui criado com dificuldade, não tinha variedade, a coisa era difícil. [...] Minha avó que era uma boa quitandeira fazia biscoito polvilho, bolo de fubá e de trigo. Colocava na venda e ia apurando o dinheiro para comprar o necessário para manter a gente. O meu irmão mais velho pegava o tabuleiro e saía para a rua para vender no sentido de ajudar. Não tínhamos água encanada nem luz, não tínhamos condição. (Depoimento oral)<sup>32</sup>.

Eu não tive infância, aos dez anos candiava boi na Fazenda de Heraldo Guerra, depois passei a vender de leite. Não estudei. Entrei para aula na Fábrica da Pedreira, eu estava com sete anos e fui obrigado a sair porque infelizmente meu pai

---

<sup>31</sup> Médico, residiu em Itabira até o falecimento, e autor de artigos relativos à área de saúde e sua profilaxia.

<sup>32</sup> Márcio. Entrevista realizada em Itabira, em 14/04/2007.

não tinha condição de comprar um caderno sequer para a gente estudar. Hoje me sinto muito gratificado, pois meus filhos, os dez, estudaram. (Depoimento oral)<sup>33</sup>.

Os depoimentos dos nativos confirmam que, para a população menos favorecida, não havia perspectivas econômicas e sociais que a levassem a se fixar na região. O mercado de trabalho era restrito, somente uma pequena parcela da população conseguia emprego nas pequenas fábricas, nas fazendas, no comércio e atividades ocasionais. As classes baixas só passaram a ter acesso ao ensino básico, a partir de 1907, quando o governo estadual instalou um grupo escolar na cidade por influência de grupos políticos da região.

Setores da classe baixa e dos grupos dominantes relatam que viviam uma vida pacata e segura. Nas residências, as portas e janelas eram constantemente mantidas abertas:

Itabira era uma cidade tranqüila. A gente podia sair a qualquer hora. Não precisava bater na porta, a gente entrava na casa de qualquer pessoa a qualquer hora. A gente conhecia todo mundo, não precisava botar cerca no terreno para se proteger. Era uma cidade pequena muito melhor para se viver do que hoje. Quem tem minha idade vê duas Itabira: a Itabira antiga que ficou na memória e a Itabira atual que é rica, movimentada, com comércio mais ativo, mas que está cheia de poeira, cheia de roubo. Ninguém liga para mais ninguém. As casas estão cercadas por cercas elétricas, sumidas por muros enormes. Não existe mais o relacionamento de amizade e confiança. (Depoimento oral)<sup>34</sup>.

Esse narrador destaca com saudosismo o sentimento de segurança e a confiança entre indivíduos que viveram na Itabira de outrora. Registra o que se perdeu do passado e se ressentido do que é levado a experimentar no presente: falta de segurança e de afeto entre moradores.

Todos os valores são dados e criados pela sociedade que os produziu. Para que se possa compreender esses valores é preciso conhecer a dinâmica da sociedade que os elaborou e os resgata. Os sentidos atribuídos às coisas não podem ser inteiramente resgatados pela memória, pois essa é um processo em reconstrução permanente. A memória, para Menezes (1992), não é estática, está sempre em movimento e atende às necessidades do tempo presente; portanto sua elaboração e construção são feitas no presente. Ela é elaborada no presente, interessa às necessidades do presente dos indivíduos. Lembrar é reelaborar com pensamentos e representações atuais as experiências do passado. Toda memória é uma fabricação e tem a essência que a dinâmica social lhe impõe. O passado não é o campo

---

<sup>33</sup> João. Entrevista realizada em Itabira, em 30/02/1991.

<sup>34</sup> Carlos. Entrevista realizada em Itabira, em 17/07/2007.

essencial da memória, ele apenas dá sentido aos percursos humanos. Ele permite que o homem entenda que é um agente histórico em constante transformação. Os sentidos atribuídos aos objetos e acontecimentos no passado não são os mesmos no presente, os juízos de valor alteram-se no tempo pela consciência atual do homem.

### **3.2 - Percursos e vida cotidiana dos forasteiros**

A ampliação das atividades da indústria extrativa propiciou o crescimento numérico da população que contava até então com 4.685 habitantes residindo na cidade, segundo o censo de 1940. Os novos habitantes se deslocavam de uma região para a outra à procura de um determinado tipo de trabalho que pudessem realizar. No Brasil, a partir da década de 30, constata-se:

[...] o fenômeno da migração crescente da área rural para os centros urbanos, e das regiões economicamente mais decadente para os estados cujo crescimento industrial se torna mais promissor. Quem continua no campo vive em condições precárias, sob a égide dos grandes fazendeiros, perpetuando uma situação tão mais estagnante como a da época recentemente abolida oficialmente, do trabalho escravo. (MINAYO, 1986, p. 56).

A Vale se estabeleceu e recrutou sua força de trabalho nesse contexto de migração que ocorria no Brasil. Os trabalhadores rurais eram seduzidos pelas novas possibilidades econômicas e sociais que a vida urbana lhes oferecia. De acordo com os dados da empresa (Companhia Vale do Rio Doce: 40 anos, 1982, p.20), dirigiram-se para a cidade aproximadamente 6.000 homens que prestavam serviços de construção de estradas, de extração do minério e ampliação da ferrovia. Além desses trabalhadores que provinham de outras regiões, as classes baixas itabiranas também procuraram se engajar nos quadros funcionais da estatal.

De acordo com os dados obtidos nas entrevistas realizadas com nativos e migrantes, para o itabirano, representante da classe baixa, a Vale significou o progresso. Sua instalação representou uma possibilidade de a classe baixa sair da miséria em que se encontrava, devido às poucas perspectivas de trabalho até então existentes. Os demais trabalhadores, de origens sociais diversas, que provinham em sua maioria do campo e de outras regiões buscavam também na empresa uma possibilidade de sobrevivência e de ocupação de novos cargos

profissionais. Um dos migrantes que acompanhou a construção da ferrovia de Drummond até Itabira descreve os trabalhadores no período inicial da Vale e a rejeição dos nativos para com eles:

A maioria dos trabalhadores era da zona rural. Faziam trabalho manual tipo capinar, fazer uma cerca, tirar leite, colher café. O pessoal de Itabira propriamente dito tinha uma certa rejeição com a Vale não gostava muito. Tinham um nível melhor. Não gostava da gente ser empregado da Vale não. A maioria dos operários trabalhava na extração de minério e, ou na manutenção de equipamentos. A maioria provinha da zona rural e das cidades circunvizinhas. (Depoimento oral)<sup>35</sup>.

Na época em que a CVRD se instalou, Itabira era uma das terras que, de certa forma, povoava os sonhos de quem buscava bom emprego e salário. Aqueles que se empregavam na Companhia, perceberam que uma nova chance se abria ao seu mundo de trabalho. Para Minayo (1986, p.61), os relatos das trajetórias dos operários, obtidos por meio de entrevistas, revelam que o seu "tom aventureiro não esconde a dureza e as dificuldades das condições de vida desses homens freqüentemente dormindo ao relento, nas matas, tentando em grupos, encontrar alguma terra de promessa." As possibilidades de trabalho existiam, mas representavam um risco, uma incerteza em relação ao futuro, já que dependiam da manutenção e da ampliação das atividades da empresa para se manterem em seus postos de trabalho. Eles se aventuraram, ao sair de seu território e se dirigir a outro, por um emprego numa estatal que poderia lhes proporcionar ganhos ou não. Simmel (1988, p.173), referindo-se ao tipo social do aventureiro, afirma que o "sentido da aventura, é independente do anterior e do posterior; ela determina seus limites sem considerá-los [...] a ela falta aquela penetração mútua com as partes vizinhas da vida, pela qual esta forma uma totalidade." A aventura relaciona-se com a existência humana, possui um caráter extraordinário, que extrapola o contexto da vida, ela é sedutora, mas não tem garantia. O aventureiro ignora os limites, não propõe projetos amplos e definidos com vistas para o amanhã. Holanda (1981), ao analisar as características pertinentes aos pioneiros da conquista da América portuguesa, diferencia o aventureiro do trabalhador ao ressaltar que existe uma ética pertinente ao aventureiro e uma ética subjacente ao trabalhador:

---

<sup>35</sup> Celso. Entrevista realizada em Itabira, em 16/07/2007.



[...] o indivíduo do tipo trabalhador só atribuirá valor moral positivo às ações que sente ânimo de praticar e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro - audácia, imprevidência, irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem - tudo enfim quanto se relacione com a concepção espaçosa do mundo. (HOLANDA, 1981, p.13).

De acordo com o autor, o aventureiro, ao contrário do trabalhador, enaltece as energias e os esforços que se dirigem a uma recompensa imediata e relega os esforços sem perspectiva de recompensas materiais, à paz e à segurança pessoal que são valorizadas pelo trabalhador. O ideal do trabalhador se apresenta como desprezível e estúpido para o aventureiro.

Entre os migrantes, que se tornaram operários da CVRD, existia um passado que se emaranhava em significados coletivos e pessoais. Tornava-se necessário acreditar em um futuro que se traduzia na realização e satisfação de suas necessidades materiais e existenciais pelo trabalho. Deslocar-se para Itabira era viver uma aventura, mas no sentido de superar obstáculos, competir para alcançar seu lugar no mundo do trabalho e assim obter estabilidade e segurança pessoal. O migrante não era um aventureiro que se deixava estritamente guiar pela busca de uma recompensa imediata, ele era orientado por uma escolha determinada pelo seu passado, sua perspectiva do presente e do seu futuro. Alguns procuraram criar raízes na região e tirar proveito da possibilidade que a indústria extrativa lhes abria. Trabalhar na Companhia e estabelecer-se em Itabira era abrir uma oportunidade de integrar-se como membro de uma entidade coletiva distinta e de se inserir no mercado de trabalho com os benefícios e as garantias da recente legislação trabalhista.

Um dos entrevistados, imigrante europeu, que se fixou em Itabira e se tornou funcionário padrão da Vale confirma essa representação do trabalhador que almeja se inserir em uma empresa devido às suas habilidades técnicas e à sua necessidade de construir um futuro. Técnico em metalurgia, é um homem que não dá ênfase às relações sociais que foram estabelecidas nos primeiros anos de sua vida em Itabira. Ele afirma que seu objetivo era demonstrar competência profissional e ser reconhecido pela sua capacidade. Embora convivesse com os nativos, sua preocupação inicial era com o trabalho:

Eu recebi um visto permanente para ficar no Brasil, mas com carteira de estrangeiro. Tinha todo o direito trabalhista do brasileiro só não podia fazer parte da política brasileira, porque era estrangeiro. Mas nunca dei atenção não gosto de política [...]. Em 1950 cheguei em Itabira, em 1958 entrei na Vale. A Companhia sentiu meu potencial e investiu em mim. Me ofereceu treinamento de todo tipo. (Depoimento oral)<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> Sérgio. Entrevista realizada em Itabira, em 11/05/2007.

Esse narrador é um homem levado pelas forças econômicas e sociais que se impunham em seu país de origem, no pós-guerra, a estabelecer novos percursos pelo mundo. Seu destino foi o Brasil, um país que até então nunca estivera em sua biografia pessoal e familiar:

Minha intenção era migrar para um país que me oferecesse mais futuro. Em meu país pós guerra tudo era mais difícil. Tinha um colega, saímos juntos com intenção de ir para os E.U.A. Para poder migrar para lá por meio da legalidade era praticamente impossível. Então fiz inscrição para o Brasil ou para a Austrália. O que me aceitasse primeiro eu ia. Era tudo documentado, registrado, fazia entrevista com representantes do governo. Naquela época tinha umas unidades internacionais de refugiados. O Brasil fazia parte dessa organização. Eram 47 países, para todos esses você poderia migrar. Nessa época era uma organização anti- comunista principalmente. Mas como eram muitas entrevistas necessárias para conseguir documentação eles chegaram a conclusão que éramos mais aventureiros que políticos. Não consegui ir para os E.U.A, lá era uma seleção muito rigorosa por causa do comunismo.[...] Ficamos mais de um ano na Itália esperando. Lá eu consegui toda a documentação necessária, inclusive a documentação aprovada pela delegação brasileira encarregada do assunto. Ficamos lá aguardando o embarque. [...]. (Depoimento oral)<sup>37</sup>.

Em 1949, com viagem financiada por uma organização internacional, ele chegou ao Rio de Janeiro e foi alojado na Ilha das Flores, local em que os migrantes aguardavam as ofertas de emprego no país. Empresários brasileiros interessados nessa mão-de-obra disponível e especializada, com a autorização do governo, selecionavam os trabalhadores que lhes interessavam. Sérgio e mais 50 migrantes foram selecionados para se dirigirem a Minas Gerais. Alojados no Parque da Gameleira, em Belo Horizonte, ficaram aguardando a autorização para trabalhar. Ele iniciou seu trabalho como metalúrgico em Belo Horizonte, posteriormente se transferiu para Passos onde trabalhou em uma usina açucareira. Por meio de um convite de um amigo que conheceu em Nápoles, e que trabalhava em Itabira, deslocou-se para o município para trabalhar, inicialmente, em uma oficina particular. Em 1958, conseguiu um emprego na Vale, empresa em que trabalhou até a aposentadoria. O entrevistado relativiza o fato de ser estrangeiro, um europeu. Percebe-se não como um forasteiro, mas como uma mão-de-obra especializada que desempenhava um papel relevante na estrutura e organização da empresa da qual fazia parte.

Afirma Huyssen (2000, p.69) que, “dado o diálogo seletivo e em permanente mudança entre o presente e o passado, acabamos por reconhecer que a nossa vontade presente tem um impacto inevitável sobre o que e como lembramos.” É o desejo inconsciente que tece no presente a lembrança veemente dos tempos de outrora, embora a memória pessoal seja

---

<sup>37</sup> Sérgio. Entrevista realizada em Itabira, em 11/05/2007.

pontuada pela omissão e rejeição ao que é lembrado. Os desejos e os interesses dos indivíduos, a inibição e a censura disseminados pelos valores coletivos exercem consciente ou inconscientemente manipulações na memória individual. O sujeito, pelo trabalho da memória, reconstrói a sua história e a da sua coletividade, mas a lembrança pode lhe escapar, ele exclui da lembrança o que não deve ser lembrado, o acontecimento pode ser negado por quem o conheceu. A memória é vulnerável a várias manipulações. O indivíduo sofre perturbações morais e vive repressões sociais e políticas que advêm da necessidade de os dominadores racionalizarem e se perpetuarem no poder. Não há memória evidente, transparente e completa, portanto, a memória pessoal pode alterar a realidade e tornar-se suspeita. A memória legada de uma sociedade compõe-se de rastros ajustados a crenças e valores vigentes em uma determinada sociedade; sua forma não é estável e nem permanente, está sujeita a reconstrução constante. Toda memória depende do distanciamento e esquecimento, mas ao mesmo tempo essas corroem sua aspiração de solidez e garantia. As lembranças podem ser questionadas por novas probabilidades e verdades, ou a partir dos espaços que ela negou. A rememoração do passado se inscreve em nosso presente, ele se nutre dos desejos inconscientes e conscientes. Os indivíduos que se deixam levar pela força da rememoração fazem com que essa se inscreva como uma memória mítica. A narrativa criada no âmago do mito serve ao poder que a autentifica e a difunde. Os testemunhos dos narradores podem se sujeitar à memória oficial, que silencia a revelação do passado verdadeiramente experimentado.

As pessoas falam sempre a partir de uma posição histórica e cultural específica. Ao descrever os acontecimentos coletivos de que foi participante e testemunha, Sérgio exalta o estereótipo do trabalhador ideal. Apesar de não ser brasileiro, valorizava seu papel como um operário que não faltava ao trabalho e que contribuía para o desenvolvimento da empresa. O conhecimento técnico que adquirira em outro país o distinguia dos demais operários. Em sua terra natal se especializara em metalurgia, uma habilidade técnica que lhe propiciara executar atividades que eram necessárias e valorizadas na Companhia. Para ele o trabalhador possui um compromisso com a instituição em que trabalha, ele deve executar seu papel sem buscar criar obstáculos para o desenvolvimento das atividades que lhe foram programadas.

Os migrantes que afluíram para Itabira contribuíram para que as redes sociais que existiam na cidade e o sentido de vida grupal baseado em laços familiares abrissem caminho para novas relações entre os moradores que se distinguiam por distintas origens sociais e históricas. Esses trabalhadores, mão-de-obra braçal, provenientes de locais diversos, passaram a ser taxados pela população local como "garimpeiros", indivíduos "que de forma bastante perceptível trazem a marca de seu *status* na linguagem, aparência e gestos, e que, em

referência às instituições públicas de nossa sociedade, descobrem que são cidadãos de segunda classe." (GOFFMAN, 1977, p.157). Inicialmente estigmatizados pela sociedade local, esses operários tiveram chances reduzidas de ter a atenção dos outros a seus atributos pessoais e a possíveis oportunidades sociais. Como afirma Goffman (1977, p.13), o estigma "é um atributo profundamente depreciativo que em geral leva o indivíduo ao descrédito, o tornando inabilitado para a aceitação social plena."

Apesar de estigmatizados pelos nativos, essas pessoas relembram que começaram a construir uma nova história de vida no município que os alojava. Salete, natural de Ilhéus do Prata, veio para Itabira acompanhando seus pais que fugiam da miséria, em que viviam no campo. Nascida e criada em uma fazenda só se retirou das terras de seu avô quando seu pai, já empregado da Companhia, conduziu-os à cidade de Itabira:

A vida na roça era muito difícil naquela época. Meu pai trabalhava no terreno do pai dele. E depois o terreno passou a não produzir muito e passou a trabalhar com outro fazendeiro. Não tinha lucro nenhum era só dívida. Naquela época a obediência era demais, então ele foi e pediu ao pai dele para procurar um recurso para saldar aquelas dívidas. Pagava com a colheita e quando chegava na hora colheita não dava nem para a despesa do ano seguinte. Ficava só remontando dívida. Aí ele veio para aqui. Veio com destino de ir para João Monlevade. Quando chegou a Monlevade um primo dele falou com ele: vamos para Itabira. Eu já trabalho lá. Ele veio com o primo para aqui e minha mãe ficou achando que ele estava em Monlevade, foi em 45. Naquela época era muito fácil empregar. Não tinha estudo, não tinha nada. Meu pai só tinha o 3º ano de roça, de escola rural. Meu pai chegou aqui num dia foi no escritório e fez a inscrição e eles já mandaram fazer exame médico. E no outro dia o 3º dia ele começou a trabalhar. (Depoimento oral)<sup>38</sup>.

A rememoração expressa por essa narradora apresenta uma construção social do grupo familiar e social de que foi participante e testemunha. Ao fazer emergir o passado realizou escolhas e rejeições em relação ao que seria lembrado. Para D'aleccio (1998), a necessidade de transmitir as lembranças demonstra um receio de desaparecimento do passado. O tempo presente que tende a dissolver o que foi experimentado faz com que os indivíduos busquem reencontrar suas referências há muito silenciadas.

A razão da migração da família de Salete se inseriu no processo de migração do campo para a cidade que ocorria na sociedade brasileira. A oferta de trabalho, de salário proporcionado pela indústria extrativa mineral, no que se refere à Itabira, e as perspectivas de mudança de vida seduziam os trabalhadores rurais a buscarem novos meios de sobrevivência

---

<sup>38</sup> Salete. Entrevista realizada em Itabira, em 17/07/2007.

no espaço urbano. A vida na cidade e a possibilidade de um futuro promissor contrastavam com as asperezas da vida que levavam no campo.

Um migrante proveniente de Rio Piracicaba também veio acompanhando seu pai na construção da estrada de ferro que ligaria Itabira a Vitória. Morando em barracas de pau-a-pique com sapé, permanecia em determinados trechos da ferrovia por um período de três a seis meses. Concluída uma etapa da construção, se transferia para outro trecho da ferrovia, acompanhando a direção dos trilhos até Itabira:

Na realidade meu pai foi um tipo desbravador. Saí de Piracicaba com quatro anos. Fomos para Valadares, ficamos seis anos na estrada de Teófilo Otoni, por ali. Ele era gerente de armazém. Quando iniciou em Itabira a exploração do minério de ferro ele foi convidado a vir para a construção da Estrada de Ferro de Drummond até Itabira. Então nós viemos subindo, construindo estrada até chegar a Itabira. Na realidade nós chegamos em Itabira em 1942. Nós viemos pela estrada, estudando em grupinhos de roça e acabamos chegando a Itabira (Depoimento oral)<sup>39</sup>.

Segundo Bosi (1994), muitas recordações incorporadas ao nosso passado não são nossas, simplesmente nos foram relatadas por nossos parentes e grupos sociais e depois lembradas por nós. Formuladas por outros e escutadas por ouvintes atentos, as lembranças passam a ser incorporadas por outros que assimilam a história a seu conhecimento.

Os dois depoentes se referem às histórias narradas por seus pais e partilhadas por eles em determinados momentos de suas vidas. Ambos destacam a precariedade de estudos deles e de seus familiares ao chegarem a Itabira. Em seus discursos existe uma discriminação internalizada a respeito do analfabetismo a que estavam sujeitos. Para eles, faltava a sabedoria transmitida pelos livros, bem como o desprendimento para poder lidar com os fatos do mundo. Aqueles que informam emitem signos sobre a sua origem e a sua condição social. Os estudos da Fundação João Pinheiro (1981) revelam que esse baixo nível de escolaridade era uma característica dos grandes contingentes de trabalhadores que buscavam serviço na indústria mineradora sem qualquer qualificação profissional. Salette pontua veementemente em sua narrativa a carência de estudo em virtude da necessidade de ter que ir ao campo apanhar café e cana de açúcar para ajudar os pais. A falta de tempo e o esgotamento físico gerado pelo trabalho no campo impediram-na de adquirir e acumular o conhecimento formal ministrado por instituições de ensino. Essas experiências de vidas marcadas por deslocamentos e por uma fixação no espaço urbano de Itabira, representam experiências individuais e coletivas como também hábitos e valores representativos de segmentos sociais

---

<sup>39</sup> Celso. Entrevista realizada em Itabira, em 16/07/2007.

que buscavam e acreditavam nas novas perspectivas que o meio urbano lhes poderia proporcionar.

Marli, proveniente de uma cidade do interior mineiro, transferiu-se para Itabira em 1951 devido a seu casamento. Seu marido proveniente de uma cidade do interior mineiro era um operário recrutado para trabalhar no carregamento do minério de ferro. Sentindo-se uma forasteira na cidade, ela se recorda dos primeiros contatos com os nativos:

A cidade quando cheguei era pequena, tinha mais mato do que gente. Havia muita gente simples. Me receberam bem. Eu gostei dos humildes quando cheguei. Quando a gente os conhecia eles perguntavam se a gente ia bem, se estava satisfeita em Itabira. A gente tinha amizade. Casa aqui era muito difícil e meu marido arrumou um barracão no bairro Pará, no fundo de um bar. Quando eu cheguei aqui que tristeza, que vontade de voltar para trás. Choveu muito e o barracão era novo e suas telhas não prestavam. A cozinha molhada, o colchão, as roupas de cama tudo molhado. Aquilo me deu uma tristeza um desânimo. [...]. Mas eu dei um jeito de colocar as roupas no sol, tirar aquela água. A vizinha me ajudou. Eu não a conhecia, mas ela era muito boa. Foi aí que eu consegui botar as coisas no lugar. Nossa no dia que cheguei a casa toda molhada. A vizinha num instante veio de sua casa com um biscoito polvilho, umas rosquinhas e me trouxe uma garrafa de café. Trouxe umas bananas e me deu. Então estava sendo bem recebida. (Depoimento oral)<sup>40</sup>.

Nos primeiros momentos de sua vida, a migrante reconhece a existência da solidariedade entre pessoas que lhe eram "estranhas" na cidade. Esse sentimento de hospitalidade e reciprocidade entre iguais também é destacado por Celso. Dois anos após a chegada de sua família a Itabira, seu pai sofre um grave acidente no serviço e fica impedido de trabalhar:

Havia uma proximidade entre os vizinhos. Pelo menos de nossa parte. A gente sempre teve uma facilidade de comunicação e a gente se entrosava muito bem. Um vizinho, que possuía recursos foi uma pessoa que nos acolheu na época das dificuldades, quando ocorreu o acidente com meu pai. Foi uma pessoa que nos acolheu deu todo o suporte para minha família. Então a gente fez um círculo de amizade muito grande no Pará. (Depoimento oral)<sup>41</sup>.

Helena, natural de Belo Horizonte, se dirigiu a Itabira para acompanhar seu marido que ocupava um cargo de prestígio na Companhia. Ela ressalta na entrevista que foi bem recebida por alguns membros das famílias tradicionais do município e com esses estabeleceu amizade. Suas relações sociais cotidianas se resumiam a encontros com as famílias dos setores graduados da empresa e com antigos moradores da cidade que possuíam prestígio

<sup>40</sup> Marli. Entrevista realizada em Itabira em 18/07/2007.

<sup>41</sup> Celso. Entrevista realizada em Itabira, em 17/07/2007.

social devido à sua ocupação profissional. Os membros da comunidade que passaram a fazer parte de seu grupo de convivência agiam de acordo com determinadas regras que os diferenciavam dos demais membros da coletividade. Essa distinção social se manifestava pelo estilo de vida, regras de etiqueta e comportamentos sociais. Havia uma reciprocidade nessas relações: a migrante, como membro de um determinado grupo, envolvia-se nessas relações tendo como referências certas expectativas que possuía em relação aos integrantes de seu meio social, ou seja, as regras que reforçavam o sentimento de pertencimento a um *status* social e que os distinguiam dos demais.

As famílias das duas migrantes entrevistadas, esposas de trabalhadores braçais, após viverem provisoriamente em casas alugadas, transferiram-se para os acampamentos montados pela Vale e pelas empreiteiras para alojar a mão-de-obra operária. Nesses acampamentos, elas conviveram com pessoas de regiões diversas do país e que carregavam hábitos de convivência distintos. Apesar de conviverem em um espaço limitado e com pessoas diversas, elas continuavam a seguir os ensinamentos e costumes transmitidos por seus pais. Presenciaram brigas, mas se mantiveram afastadas da “bagunça” e dessa forma não eram molestadas e mantinham o respeito dos moradores. Conforme já citado no primeiro capítulo, a CVRD, para evitar a proliferação de epidemias, pagava as donas de casa para manterem o espaço em volta da casa limpo. Em suas memórias, ainda existem as impressões das relações sociais estabelecidas entre elas e os moradores desses acampamentos:

Viviam muitas famílias no acampamento. Era grande mesmo o acampamento. Um barracas eram repúblicas, outras eram de família. Era tudo organizado. A Vale fiscalizava muito o acampamento. A Companhia era mãe naquela época, ajudava muito o operário. [...] A gente não tinha muito contato com vizinho. Principalmente quando morávamos no acampamento. Porque vinha gente de todo lado. A gente veio da roça com aquele sistema, mulher e criança erma dentro de casa. A gente não tinha liberdade nenhuma, nem de comunicar com o vizinho. Nem com as outras crianças, era cada um na sua casa. A gente saía domingo, ia para a Igreja e dali voltava para casa. Era só ali em volta do cercadinho em volta da barraca. Não tinha roubo. A gente morava nas barracas, não tinha tranca nem nada, a gente podia sair e ninguém entrava e nem invadia a casa de ninguém. Era respeitado. As mulheres brigavam muito por causa da água. Nós levantamos de madrugada para pegar água na bica antes que o pessoal levantasse. Porque fazia filas, uma torneira só para todas as famílias pegarem água. Apanhava água e depositava nas vasilhas em casa para usar durante o dia. Mas tinha dia que uma queria pegar água primeiro que a outra, uma estava matando água da outra, era uma confusão. A gente carregava água de longe, era uma vida penosa, mas valeu. (Depoimento oral)<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Salete. Entrevista realizada em Itabira, em 17/07/2007.

Os dois operários, migrantes, Sérgio e Celso, não moraram nos acampamentos da estatal. Eles residiram em casas alugadas nas áreas centrais da cidade e só mudaram para os bairros construídos pela Vale para abrigar a mão-de-obra operária e técnica, na década de 60, quando já estavam casados.

Pode-se pensar que, por serem mulheres e estarem sujeitas a uma ideologia que reforçava o seu papel de dona de casa e mãe de família, as narradoras reportam com maior facilidade ao cotidiano e as redes de amizades que se estabeleceram nos locais em que habitaram. Em casa, a mulher era o centro das atividades familiares, o mundo do trabalho e do poder cabia aos homens. “O dever ser das mulheres [...] foi traçado por um preciso e vigoroso discurso ideológico e que acabou por desumanizá-las como sujeitos históricos, ao mesmo tempo em que cristalizava determinados tipos de comportamentos, convertendo-os em rígidos papéis sociais [...]” (MALUF; MATTOS, 1998, p.373). As aspirações das mulheres se viam reduzidas ao papel de mãe, esposa e dona de casa. São as narradoras que descrevem as redes sociais estabelecidas pelas famílias no bairro Campestre:

No Campestre quase que era só família. Só gente casada com menino. Os vizinhos eram gente muito boa. É uma vida que a gente vai levando, tudo muito difícil, a gente estranhando as coisas, mas já se passaram mais de cinquenta anos. Só com meu marido eu vivi 53 anos. A maior parte da minha vida está toda aqui nessa casa. Meu cotidiano era levantar, lavar roupa e arrumar a casa. Fazia merenda para os meninos e tinha que fazer o almoço para mandar para o marido no serviço. Um caminhão, chamado manda brasa, apanhava a comida do pessoal que trabalhava na Vale. A gente fazia e pendurava nos pontos, umas barracas de telha cumprida com prego para pendurar as marmitas. Cada sacola tinha o nome do operário. (Depoimento oral)<sup>43</sup>.

Para elas a vida se reduzia a criar filhos, realizar os serviços da casa e prover os maridos em suas necessidades. Não costumavam freqüentar a casa uns dos outros. Os contatos eram poucos. Conversavam entre si quando se encontravam na porta da residência ou nos lugares que lhes eram comuns, como o armazém e as bicas onde buscavam água. Não tinham ajuda para criar os filhos, geralmente a filha mais velha ajudava a mãe a executar os serviços da casa. Para Maluf e Mattos (1998), era valor comum na sociedade brasileira o marido ser o provedor da casa, legando à esposa a responsabilidade das atividades domésticas. Era dever da esposa realizar essas atividades em prol da família e os maridos não deveriam ser incomodados em relação aos serviços relativos ao lar e aos problemas cotidianos familiares. A

---

<sup>43</sup> Marli. Entrevista realizada em Itabira, em 18/07/2007.



casa era o local onde o marido deveria restabelecer sua força após o trabalho, portanto não se deveria requisitar a participação dos homens no serviço doméstico.

Inicialmente somente os homens trabalhavam na empresa. A maioria dos serviços que deveriam ser executados requeria força física e eram atividades essencialmente masculinas. Não havia muitas opções de serviços para as mulheres. Uma itabirana afirma que em 1945 conseguiu se empregar na Estrada de Ferro Vitória-Minas, que era um departamento autônomo:

Entrei em 1945, minha primeira função foi datilógrafa, não era qualquer mulher que sabia datilografia. Entrei por meio de concurso. O departamento que trabalhei pertencia à estrada de ferro. Anos depois trabalhei no setor de recursos humanos da área hospitalar da Vale." (Depoimento oral)<sup>44</sup>.

Essa entrevistada ressalta que, naquele período as mulheres, pertencentes a classe média e a classe alta, geralmente não trabalhavam, a não ser como professoras. Poucas mulheres rompiam as normas sociais. Com o desenvolvimento das atividades da Companhia e a ampliação dos serviços bancários, de saúde e comerciais, as mulheres foram conquistando um lugar no mercado de trabalho.

Uma das migrantes, representante da classe alta da empresa e que residiu no bairro Pará, edificado para abrigar a mão-de-obra especializada e mais graduada da empresa, fala que seu cotidiano era marcado pela tarefa de criar filhos. Porém, devido a seu poder financeiro, obtinha ajuda de terceiros para cuidar da casa e tomar conta das crianças. Ela podia se dedicar a algumas atividades sociais assumidas pelo marido na empresa. Recebia alguns convidados do círculo profissional de seu marido, tocava piano e dispunha de um motorista para transportar os filhos nas atividades diárias e ajudá-la nas compras relativas ao lar. Seus vizinhos, geralmente mulheres dos engenheiros e administradores da Companhia, formavam seus círculos de amizade, convivia com poucos itabiranos.

As relações instituídas entre os trabalhadores da estatal não se basearam, em sua maioria, em laços familiares. Eles conviveram com pessoas que se tornaram próximas devido ao *status* profissional que ocupavam na empresa.

O indivíduo sente uma necessidade de unir sua experiência à do grupo ao qual pertence. Suas representações expressam uma construção social do grupo em que estava inserido. Embora algumas de suas recordações tenham sido vividas e presenciadas por outros,

---

<sup>44</sup> Fátima. Entrevista realizada em Itabira, em 12/04/2007.

ele as incorpora a seu saber. Seus valores sociais e culturais são coletivos, pois foram criados no interior de uma sociedade. Sua conduta de vida reflete o que absorveu das gerações que o antecederam. Para Habwachs (1990), a memória possui essa liberdade de fazer permanecer as marcas dos tempos significativos, principalmente se esses fazem parte das marcas de uma geração e de um passado coletivo.

Os narradores recriaram o que foi experimentado e usufruído em uma coletividade, registraram modelos de comportamentos e os hábitos incorporados que se perpetuaram em sua memória. Eles retratam seus pontos de vista a respeito da sociedade local e também as diferenças e similitudes existentes entre aqueles que se dirigiram para o espaço urbano de Itabira em busca de uma ocupação profissional na Companhia Vale do Rio Doce. A história desses nos fala sobre relacionamentos que se caracterizaram pela distância e intimidade, e suas trajetórias de vida. Por meio do trabalho da memória, tentam preservar o que não possui regresso. Como sujeitos históricos, registram as sucessivas mudanças que ocorreram em suas vidas e ao mesmo tempo reafirmam seus vínculos com o passado. A memória pessoal enfatiza determinados fatos experimentados na vida, expõe ideologias disseminadas em uma determinada época, mas também se silencia sobre acontecimentos que não deseja revelar, ou que inconscientemente se escondem nas operações da rememoração dos indivíduos.

### **3.3 – Relações sociais entre nativos e migrantes**

Os grupos sociais menos favorecidos do município viam na implantação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, a possibilidade de sobrevivência; além de representar "vida", o "progresso" chegava:

Antes da Vale os pobres tinham que sair se aventurando pelo mundo, porque aqui não tinha trabalho... e a gente sempre naquela precisão. Aqui ou a gente tinha sorte ou tinha que sair pelo mundo em busca de pão. Alguns anos depois de instalada a Vale deu vida à cidade e a sua população. (Depoimento oral)<sup>45</sup>.

As classes baixas eram levadas a se retirar da cidade pela falta de perspectiva econômica. Para muitos, permanecer em Itabira significava se sujeitar à miséria, à escassez de

---

<sup>45</sup> João. Entrevista realizada em Itabira, em 30/02/1991.

recursos. A chegada da estatal lhes proporcionaria emprego, possibilidades de permanência na região e crescimento profissional.

A classe dominante, ao contrário dos setores mais carentes da população, sentia-se dominada, invadida por forasteiros que lhe invadiam o espaço e extraíam suas riquezas do subsolo:

[...] os poucos milhares de habitantes tradicionais viram-se absorvidos pela multidão de funcionários, agregados, empreiteiros das mais diversas categorias, que o surto da mineração trouxe consigo. Passaram a ser minoria desprezada, sem voz ativa na comunidade, assistindo com melancolia ao despojamento das jazidas e da consciência tribal que dá unidade a um corpo comunitário. (ANDRADE, 1980).

A elite pleiteava uma estabilidade prolongada e sólida em seu poder. Os padrões tradicionais de convivência e as normas que os distinguiam de outros grupos tendiam a se fragilizar com o estabelecimento de novas camadas urbanas. A presença de uma empresa estatal, que emanava as decisões do poder federal, intimidava a elite local que via as decisões relativas ao município serem tomadas sem a "voz e a presença" dos seus representantes políticos. Os altos escalões da empresa punham em perigo seu *status* político e social e os operários, inferiores na hierarquia social e grupo mais representativo numericamente no processo de produção, ameaçavam seus códigos de conduta e o quadro social preexistente.

As duas visões aqui citadas não esgotam a veracidade do processo histórico e social que se iniciava em Itabira. Essas narrativas, como as demais que serão utilizadas no texto, representam as posições ocupadas pelas pessoas na sociedade. Elas se referem a suas histórias de vida, histórias que afloram por intermédio das suas reminiscências, do trabalho da memória. Para Bosi (1994), a memória é produzida nas entranhas de uma classe social e se compõe e se propaga por meio das imagens e visões de mundo, ela está carregada de representações ideológicas que representam a identidade de um grupo social. Embora a memória coletiva seja composta pela memória de seus integrantes, é o indivíduo quem recorda, é ele quem retém as lembranças.

Segundo depoimentos, os forasteiros, diferentemente dos nativos, não conheciam os códigos de condutas instituídos e nem as posições de poder estabelecidas e se portavam do modo que lhes parecia natural. As relações fundadas inicialmente entre nativos e forasteiros se caracterizaram pelo "estranhamento" entre os grupos distintos, embora todos partilhassem o espaço urbano e usufríssem os serviços oferecidos pelos órgãos públicos.

A chegada desses migrantes é percebida pelos nativos a partir do momento em que os caminhões transportando os operários percorriam as ruas da cidade:

Me lembro quando estava trabalhando na alfaiataria lá pelas 9 horas da manhã, passaram três caminhões pela cidade, que ninguém sabia de onde vinha. Era a Companhia Melhoramentos, empreiteira que tirava o minério na mão, punha no lombo de burro até descarregar no caminhão que levaria o minério até a estação Drummond. Chegou tanta gente que começou a movimentar a cidade. Todo mundo queria trabalhar na Vale. Na Zona rural de Ipoema e Carmo, ninguém queria plantar, mas trabalhar na Vale. (Depoimento oral)<sup>46</sup>.

Essas lembranças foram elaboradas no presente e se amparam nos resquícios do passado. A lembrança é "em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda dos dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores." (HALBWACHS, p.71). O pensamento e a memória dos depoentes se amparam no que foi vivido e percebido. É a história experimentada que conserva e reconstrói imagens percebidas no passado e concebidas no presente.

As imagens gravadas na memória dos nativos assinalam as primeiras impressões que os itabiranos passam a construir sobre os migrantes. Os forasteiros não possuíam vínculos familiares ou afetivos com a cidade e seus moradores. Invadiam a cidade por uma decisão do poder federal que começava a explorar as jazidas minerais. Eram migrantes, pessoas que, no primeiro momento, não possuíam valor para os moradores e, sim, para a empresa que os contratava. Suas referências individuais e pessoais ficam inicialmente relegadas a segundo plano.

Segundo Giddens (1991, p.84), "nas sociedades modernas não interagimos comumente com estranhos como 'pessoas todas' da mesma forma." A interação ocorre de forma constante com quem não conhecemos ou nunca vimos; essa interação entre indivíduos se realiza por contatos efêmeros. Pelos relatos dos narradores, nos primeiros anos, os nativos e os migrantes se relacionaram entre si de forma reservada e distante. Os antigos e novos habitantes preservavam e mantinham suas especificidades culturais e estabeleciam limites nas relações que começavam a se formatar. Como pessoas que exerciam uma função dentro da CVRD e das empresas prestadoras de serviço, os trabalhadores da mineração podiam ser substituídos; sua permanência poderia ser transitória, portanto não criaram laços afetivos que pudessem gerar um sentimento de união com os habitantes locais. As relações de vizinhança eram mais distantes e não se prendiam a uma tradição já estabelecida que se baseava na solidariedade

---

<sup>46</sup> Márcio. Entrevista realizada em Itabira, em 14/04/2007.

entre seus membros. Para Silva (2004), essas relações foram construídas por interesses econômicos e de classe profissional, segregando e mantendo à distância aqueles que se diferenciavam. "Não tinha muito entrosamento com os itabiranos. Eu não tinha nada contra eles. Acho que era costume. Eu convivia um pouco mais com meus vizinhos, pessoas que eram ligadas à Vale." (Depoimento oral)<sup>47</sup> O depoimento dessa entrevistada expressa as diferenças que passaram a ser estabelecidas pelas novos grupos urbanos. Esposa de um engenheiro que exercia um alto cargo, ela relata que seu círculo de amizade se restringiu, com poucas exceções, às pessoas que possuíam melhores cargos na empresa. A distância social separava as pessoas, o que as tornava mais reservadas, pois não se sentiam ligadas a outras que não se inseriam no seu contexto social, econômico e cultural. Os contatos físicos entre as pessoas no espaço urbano se estreitaram, entretanto, os contatos sociais se restringiam àqueles que pertenciam ao mesmo *status* social.

As redes de sociabilidade primárias paulatinamente sofreram transformações. Os hábitos e sentimentos comuns que demarcavam a identidade do itabirano cederam espaço para novas formas de contatos sociais que se caracterizavam por serem transitórias, casuais e menos estáveis. Para Simmel (1983a), a socialização é como um processo no qual o indivíduo socializado tem participação ativa, interfere nas condições em que ela acontece e modifica o mundo social. A socialização é algo em permanente construção, em que os protagonistas são, ao mesmo tempo, agentes e produtos da interação social. Não se trata apenas de uma imposição ou interiorização no indivíduo de esquemas culturais sempre preexistentes a ele próprio, mas de um movimento dinâmico de produção e de reprodução, de perpetuação e de transformação, no qual a adaptação de uma nova geração ao mundo social sempre o modifica um pouco.

A sociedade passou a ser redefinida por valores baseados na especialidade profissional dos indivíduos e pelos cargos que ocupavam nos órgãos públicos e privados. O migrante não estava preso à tradição e aos valores que prevaleciam na cidade em que se estabeleceu; é uma nova peça na comunidade sem ligações e laços afetivos de parentesco. Como afirma Simmel (1983b), o estrangeiro está próximo fisicamente, pois é portador de traços comuns no que se refere à existência e particularidades relativas ao homem. Mas o estrangeiro também está distante, já que seus traços culturais e suas referências simbólicas não são as mesmas da comunidade que passa a partilhar.

Schutz citado por Mariz (1988) já define o estranho como alguém que pretende ser recebido permanentemente pelo grupo do qual se aproxima. Por não fazer parte do novo

---

<sup>47</sup> Carolina. Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 25/07/2007.

grupo e não estar mais preso à cultura de sua origem, ele vive uma crise na qual se percebe como único. Precisa aprender a linguagem utilizada no novo meio para poder se adaptar e interpretar o mundo que se descortina. A compreensão da linguagem só ocorre quando ele internaliza e troca emoções; se isso não acontece suas relações sociais continuam sendo racionais e sem significado afetivo. Ele só confia em sua subjetividade, em seus conceitos, em suas próprias reflexões e em suas perspectivas individuais; esses constituem o significado de sua vida e de suas ações.

O migrante, que invadiu e se estabeleceu na cidade, também foi levado a interagir com uma nova cultura, sem ser totalmente assimilado por ela e sem perder totalmente sua identidade. Ele carregava traços de tradições e linguagens particulares marcadas pela sua história passada, comunitária e individual. Por ter convivido em determinados grupos, sentiu-se capaz de conhecê-lo e avaliá-lo:

Não havia uma boa relação entre nativos e migrantes. Eu acho que o itabirano separava muito o povo. Tanto que eles falavam: os garimpeiros. É garimpeiro é gentinha. Nós como forasteiros, éramos tidos como garimpeiros. Era bem separada existia uma distância. Eu acho que o que existia na realidade é que o pessoal era mais letrado. Uma cultura mais desenvolvida em termos sociais. E a sociedade naquela época discriminou. Quem era trabalhador ficava de longe. Minha família convivia com alguns itabiranos. Com isso a gente convivia dos dois lados e você escuta, você vê e analisa. Vê o que acontece de diferente em cada grupo, cada situação. (Depoimento oral)<sup>48</sup>.

Algumas pessoas conseguiram atravessar as linhas divisórias que separavam os dois mundos, mas nem sempre o esforço de ultrapassar a segregação estabelecida pelos nativos obtinha sucesso. Para Elias e Scotson (2000), dá-se o nome de preconceito à situação em que grupos dominantes e poderosos atribuem significados distorcidos a outros e, dessa forma, excluem o grupo que lhe é externo das oportunidades que estão a seu alcance. O fato de os operários braçais terem sido tratados como garimpeiros, como pertencentes a um *status* inferior, criou obstáculos para que esses conseguissem romper as trincheiras de seu isolamento.

No processo de produção da empresa, o migrante era um profissional e um indivíduo, dotado de conhecimento científico ou não em determinada área, que deveria ser capaz de reagir a situações diversas no trabalho e optar pela melhor ação. Ele procurava ser aceito pela sua capacidade e competência. Na sociedade itabirana, começava a construir uma nova fase na sua vida e na história em uma comunidade com a qual não possuía vínculos de afetividade.

---

<sup>48</sup> Celso. Entrevista realizada em Itabira, em 17/07/2007.

Como se sabe, a identidade não se constrói fora da diferença. (HALL; SILVA, 2000). É por meio da relação com o outro, que possui algo que nos falta, que nos representamos a nós mesmos e construímos nossa identidade. O migrante era um estranho, carregado de hábitos e valores anteriormente vivenciados em outra comunidade, que precisava identificar a estrutura social vigente para se entranhar em grupos que o reconhecessem pela sua diferença e que ao mesmo tempo lhe permitissem a possibilidade da convivência:

Alguns itabiranos mantinham a gente mais a distância. Esses que mantinham a gente a distância, a gente continuava distante deles. Aqueles que se chegava à gente a gente se chegava neles. Os que nos mantinham a distância era a gente mais elevada, mais estudada, mais rica. Tudo isso. Não conversavam principalmente esses. Não conversava mesmo. A gente ia aceitando com paciência. Aquele ditado: cada macaco no seu galho. A gente trata bem a quem nos trata bem, mas sabe dar um desprezo a quem nos trata mal. (Depoimento oral)<sup>49</sup>.

Essa narradora destaca a distância que foi estabelecida por membros da sociedade. A elite local conseguia muitas vezes "impor aos recém-chegados a crença de que eram inferiores ao grupo estabelecido, não apenas em termos de poder, mas também por natureza." (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.175). Essa depreciação a um novo grupo que se aloja tem o intuito de solidificar a superioridade e o poder do grupo tradicional.

Para o nativo, o forasteiro era também uma pessoa que, por trabalhar em uma indústria extrativa, retirava a riqueza de sua terra, riqueza que iria se diluir ao longo dos anos por decisão e forças econômicas que lhe eram exteriores. Em um artigo publicado no Jornal Cometa Itabirano, um antigo morador de Itabira pontua a resistência dos nativos aos funcionários da Companhia:

A sociedade é mais resistente, não querendo aceitar a admissão do pessoal de fora, que chegava para trabalhar na Vale, na sua ótica gente sem eira, nem beira, que não se pretendia vincular a terra e aceitar usos e costumes. Vinham para ganhar dinheiro. Refratários às mudanças sociais que estavam ocorrendo, projetava nos empregados da Vale sua resistência à exploração do minério que iria desfigurar sua cidade e dilapidar seu patrimônio maior - o Pico do Cauê. (Caux, 1981, p.5).

Apesar de os migrantes operários registrarem, por intermédio das entrevistas, o desdém do itabirano para com eles, os nativos também destacam, em seus depoimentos, que os grupos hierarquicamente superiores da Companhia não procuravam estabelecer contatos

---

<sup>49</sup> Marli. Entrevista realizada em Itabira, em 18/07/2007.

com os naturais da terra. Havia uma diferenciação dos moradores de Itabira em relação aos que vinham de fora; os itabiranos impunham distância, mas a atitude era recíproca. A mão-de-obra especializada da Vale era vista como "superior" por receber altos salários e se diferenciar em termos de conhecimento técnico:

A gente achava que eles eram superiores. Dava impressão que eles eram uma raça superior. O pessoal achava que eles estavam muito acima. O que acontecia é que o pessoal da Vale ganhava muito mais que os operários comuns. Então o comerciante não vai deixar de vender para quem ele sabe que paga bem. Então havia uma separação natural pela posição do dinheiro. (Depoimento oral)<sup>50</sup>.

A estratificação social se mostrava marcante. "Os dirigentes, engenheiros e chefes, os 'doutores' da CVRD relacionavam-se de maneira distante e se colocavam como superiores aos demais empregados da mineradora." (SILVA, 2004, p.65). Essa postura de distanciamento entre os novos e os antigos resultou em uma rivalidade que se configurou numa disputa entre o clube social dos itabiranos e o clube da Vale do Rio Doce.

O clube da estatal, intitulado Valeriodoce, recebia recursos financeiros da empresa para manter os jogadores de futebol e sede social para seus funcionários. Caux (1981), em um artigo que referencia o futebol itabirano na década de 50, publicado no Jornal Cometa Itabirano, afirma que "a empresa recruta jogadores de outros times, seduzindo-os com ofertas de empregos. Os jogadores eram admitidos e seus chefes de serviço faziam vistas grossas, permitindo que estes se ausentassem do serviço nas horas do treino." (CAUX, 1981, p.5).

Conforme depoimentos dos nativos, o clube de futebol da Vale, por ter os melhores jogadores, ganhava todas as disputas com o clube da cidade, denominado Atlético. Esse clube, que passou por dificuldades financeiras, contou com capital da Vale e da comunidade para construir sua sede social no centro da cidade. O Atlético dependia das taxas pagas pelos sócios para manter suas atividades, ao contrário do Valeriodoce, financiado pela empresa. Na visão dos itabiranos, o clube da CVRD dominava os esportes no município; entretanto o clube dos nativos levava vantagem nos eventos sociais:

As rivalidades eram terríveis. Mas na parte social a gente sempre derrotava o Valério. O Carnaval do Atlético fechava o Valério. Os associados tinham direito de trazer convidados sob sua responsabilidade. O Valério ganhava no esporte, em quase tudo. Não tinha despesa, era a Vale que pagava tudo. O Atlético vivia do dinheiro do associado. O Valério tinha tudo da Companhia. Os funcionários do

---

<sup>50</sup> Carlos. Entrevista realizada em Itabira, em 20/07/2007.



clube eram da Vale, então era mais fácil tocar. O nosso prazer era ver o Atlético ter movimento e o Valério não. (Depoimento oral)<sup>51</sup>.

Os narradores relatam que só os funcionários da empresa podiam freqüentar sua sede social e esportiva. Da mesma forma, os itabiranos, a princípio, criaram obstáculos para que os migrantes não usufríssem do seu clube privado. Freqüentador da antiga sede do Atlético, um migrante relata as rivalidades que existiam: quando tirava uma das nativas para dançar alguns itabiranos se sentiam ofendidos por uma pessoa de fora tomar liberdade com as moças da cidade. De acordo com Delgado (2006), a identidade se renova e está sujeita à percepção da diferença; por meio dela, reconhece-se e diferencia-se. Ela é construída pelo confronto, pois coloca o sujeito em associação aos grupos sociais em que se insere.

Nas festas comemorativas da Companhia como o 1º de maio, dia do trabalhador, os nativos e todos os funcionários da empresa eram convidados a participar do churrasco, dos jogos e da missa, independentemente do posto que ocupavam na empresa:

Nessas festas havia um bom relacionamento dos setores graduados com os trabalhadores, porque eles eram do governo. Eles deviam manter aquela boa ligação para demonstrar o interesse da empresa para com eles.. No churrasco do trabalhador eles freqüentavam junto com a gente. Mas essa festividade era sempre com os trabalhadores da Vale. Os da cidade não freqüentavam. (Depoimento oral)<sup>52</sup>.

Apesar de algumas comemorações anuais, que envolviam todos os funcionários, a própria estatal segregou e distanciou seus funcionários em alguns eventos sociais mantidos por ela. Em seus primeiros anos na cidade, ela criou três clubes sociais: um no bairro Pará - área central da cidade e espaço de residência de parte dos setores graduados - para receber o corpo social de maior poder executivo; outro no bairro Campestre - próximo às jazidas minerais - para os funcionários técnicos que residiam nos arredores. O Explosivo, distante da cidade, era freqüentado pelos operários menos qualificados.

O uso do tempo livre, na perspectiva de Magnani (2003), constitui-se uma oportunidade de estabelecer e reexercitar as formas de lealdade inseridas na rede de sociabilidade. Nos bares, nos clubes e nas igrejas, as pessoas se reconhecem e se sujeitam ao controle por parte do grupo que o freqüenta, já que usufruem o mesmo espaço e rede social. Nessas áreas de lazer e entretenimento em Itabira, os indivíduos procuravam relacionar-se exclusivamente com aqueles que provinham da mesma classe, criando barreiras para os outros

---

<sup>51</sup> Carlos. Entrevista realizada em Itabira, em 20/07/2007.

<sup>52</sup> Fátima. Entrevista realizada em Itabira, em 12/04/2007.

segmentos sociais. Uma nativa registra as diferenças que se faziam visíveis: "Sempre teve uma separação. A gente, por exemplo, toda a vida foi muito ligado ao Atlético, era o clube tradicional da cidade. A gente chegava lá e as mulheres de engenheiros e médicos ajuntavam as mesas todas e via a diferença, elas nunca se misturavam". (Depoimento oral)<sup>53</sup>.

A alta hierarquia da Vale excluía os nativos e os operários dos eventos sociais. Da mesma forma, os nativos também afastaram de sua convivência esses novos grupos que chegaram à cidade. Entretanto, com o passar dos anos, as diferenças foram se diluindo e as pessoas passaram a se entrosar e até mesmo a construir laços sociais mais duradouros como a união por meio do casamento entre nativos e migrantes ou pela inserção dos nativos nos quadros funcionais da Vale. De acordo com os relatos dos atores sociais que testemunharam esse processo, os nativos passaram a ser atraídos pelo mundo do "dominador", quando a empresa possibilitou o ingresso de seus filhos em cargos superiores na empresa. A classe média passou a incentivar seus descendentes a fazer cursos de graduação para serem médicos ou engenheiros da Vale.

A população e as redes sociais se expandiram. Os operários foram estigmatizados pelos nativos, da mesma forma que os naturais da terra foram parcialmente excluídos dos contatos sociais com a alta hierarquia da empresa.

As relações sociais que se estabeleceram entre nativos e migrantes não foi um acontecimento fortuito. Resulta de processos que ocorreram a longo prazo, devido à modernização do país que se fazia visível por meio do desenvolvimento industrial e urbano. Nesse contexto grupos de pessoas abandonavam sua terra natal em busca de novos rumos para suas vidas, se instalavam em outras localidades e se inseriam em comunidades já estabelecidas a gerações. Para Berman (1987, p.15), "ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas ao redor, mas que ao mesmo tempo ameaça destruir tudo que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos." A modernidade anula as fronteiras geográficas, raciais e ideológicas, mas coloca os indivíduos em constante desintegração e contradição. A modernidade rompe tradições e reconstrói redes culturais, identitárias e espaciais. A revolução do sistema de produção de exploração mineral pela Vale e o conseqüente aumento da população provocou uma desestruturação nas relações sociais existentes. De acordo com os depoimentos orais e documentos textuais, as classes sociais mais baixas dos nativos que aspiravam a uma mudança no seu modo de vida perceberam as transformações que se faziam presentes como um meio de escapar da miséria e de se beneficiar das novas perspectivas de

---

<sup>53</sup> Amélia. Entrevista realizada em Itabira, em 03/10/1991.

trabalho e benefícios trabalhistas. A elite local que se apegava à estabilidade de um mundo social e lamentava com nostalgia o fim de um passado que se caracterizava por suas relações fixas no qual seus valores se faziam proeminentes, aprendeu a aceitar e a se sujeitar à renovação nos quadros sociais. Os migrantes entrevistados que estavam abertos à possibilidade de novas experiências e aventuras buscaram se inserir na sociedade, criar novos relacionamentos e se fixar com suas famílias no município. O progresso se aliava à renovação. Homens e mulheres conheceram a mobilidade, a fluidez de um novo mundo que se abria e passaram a perceber que o futuro lhes direciona para a criação de novas relações com outros seres humanos.

## **4 – NATIVOS E MIGRANTES: A TENSÃO ENTRE O TRADICIONAL E O NOVO NAS PRÁTICAS CULTURAIS**

### **4.1 - Manifestações e valores culturais dos nativos no início do século XX**

Embora Itabira estivesse relativamente isolada dos grandes centros urbanos devido às dificuldades de transporte e de comunicação, a população obtinha notícias dos acontecimentos que ultrapassavam suas fronteiras geográficas por intermédio da imprensa. Para Oliveira (1992), no início do século XX a população local mantinha-se informada das notícias e dos eventos nacionais e regionais por meio dos jornais locais como o Correio de Itabira, A Itabira, Cidade de Itabira e O Tempo, e por intermédio dos relatos dos viajantes que circulavam pela cidade com a intenção de realizar negócios ou de visitar parentes e amigos. Os periódicos veiculavam informações sobre as pessoas que compunham a sociedade e sobre assuntos diversos que constituíam interesse dos indivíduos e grupos sociais. Park (1976), por exemplo, ao discutir sobre a propaganda e o controle social no cotidiano das cidades ressalta que o jornal significa "um grande meio de comunicação dentro da cidade, e é também, na base de informação fornecida por ele que se baseia a opinião pública." (1976, p.61).

Nas cidades pequenas, como Itabira, além dos jornais, pode-se afirmar que também existia um outro meio de comunicação que se caracteriza pela disseminação de informações pessoais entre seus membros o falatório, a mexerique ou a fofoca que expõem e julgam a vida das pessoas independentemente da veracidade das informações e que contribuíram para formar a opinião pública a respeito de membros da coletividade. Ao refletir sobre a interação social, Goffman (1999, p. 112) afirma que a mexerique "implica uma referência a pessoas ausentes, e a elementos de seu passado considerado ilustrativos das características que se aprova ou desaprova nelas". O relato da conduta das pessoas deve possuir clareza para que todos a entendam da mesma forma. Ela é limitada, já que os participantes desse ato possuem lealdades mínimas às pessoas citadas e ausentes. A interação entre as pessoas pode sofrer alterações e rupturas se as lealdades já existentes não forem respeitadas.

As notícias do Brasil e do exterior também chegavam à cidade por meio dos estudantes. De acordo com Andrade (2000), desde os fins do século XIX os filhos dos mais abastados da cidade partiam para estudar em instituições educacionais conceituadas no Brasil, que ministravam o ensino humanístico, corporificando tradições e distinções. Alguns

aperfeiçoavam seus estudos na Europa e quando retornavam, em festas, cumpriam o papel de divulgadores da cultura laica e liberal. Nesse período, uma geração de brasileiros se impunha não só pelo prestígio e autoridade, mas pelo conhecimento acadêmico e pela detenção de saberes científicos. Esses traziam notícias atualizadas sobre as artes plásticas, literatura, música e os últimos avanços científicos.

Segundo França (1983), era hábito entre as pessoas da elite de Itabira reunir-se no "Centro Itabirano", um local de solenidades e saraus literários e musicais, onde seus freqüentadores se esmeravam no vestuário impecável, com o intuito de partilhar e sorver a cultura erudita e européia. As escolas e as instituições culturais representavam um meio de os nativos se manterem atualizados no que se refere ao conhecimento científico e aos valores culturais que se propagavam no país e no mundo. Nos relatos dos nativos e nos documentos selecionados, é constante a referência aos centros de ensino e às manifestações culturais existentes na cidade como as bandas de música, o teatro e o cinema. Locais e entidades que se distinguiam pela transmissão do saber, valorização da arte e de propagação de estilo de vida.

Os filhos das classes abastadas que residiam na zona rural e urbana possuíam professores particulares ou se dirigiam às classes de mestres que ministravam o ensino primário particular nos liceus. Somente a partir de 1907, alguns itabiranos passaram a ter acesso ao ensino básico, quando o governo implantou na cidade o segundo Grupo Escolar do estado de Minas Gerais, denominado "Carvalho de Brito" em consideração ao Secretário do Interior do governo estadual, que intermediou as negociações para implantação dessa instituição. Posteriormente foi denominado Grupo Escolar Coronel José Batista com o intuito de homenagear o ex-presidente da Câmara Municipal de Itabira. A instituição de ensino é modeladora de valores. O sistema de educação instituído na escola primária "[...] é em si em maior ou menor grau, agente de urbanização, ao colocar professores portadores de cultura urbana em contato com a massa de crianças rurais e semi-rurais [...]." (LOPEZ, 1976, p.163).

Na década de 20, duas escolas se instalam na cidade para atender a população local e regional. O Ginásio Sul-americano tinha o objetivo de proporcionar aos alunos uma educação que os habilitasse para a matrícula nos cursos superiores.

O corpo docente, recrutado no que havia de melhor na cidade, não fugia à regra geral: o boticário para a cadeira de química; o médico para as ciências naturais, o bacharel para geografia e história; o engenheiro para a matemática e física, padres e ex-seminaristas para o latim e o português. Para as línguas, os estrangeiros radicados na cidade. (ALVIM, 1980, p.17).

Nessa instituição, voltada para o ensino masculino, foi criada a Linha de Tiro que fornecia aos alunos, após treinamento, a Carteira de Reservista. Os estudantes dessa instituição, ao completarem dezoito anos, não precisavam se deslocar da região para cumprir o serviço militar obrigatório no Exército. Eles eram treinados por um militar designado pelo governo e posteriormente recebiam a Carteira de Reservista.

O Colégio Nossa Senhora das Dores, dirigido por uma religiosa francesa, ministrava uma educação clássica e mantinha o curso primário, fundamental e normal. Era freqüentado por moças de famílias de classe média de Itabira e regiões vizinhas. Mantinha regime de externato, internato e semi-internato nesse caso as moças eram acompanhadas pelas irmãs até as portas de suas casas após o horário das aulas. A administração desse colégio fez com que se abrisse um túnel na Rua Santana, onde se localizava, para ligar o Colégio à Capela que se situava do outro lado da rua. A intenção era que as alunas se dirigissem para a edificação religiosa sem os olhares daqueles que passavam pela rua, ou seja, mantê-las isoladas do mundo externo e voltadas para os princípios morais veiculados pelo educandário.

Funcionava também a Escola Normal Oficial, onde, diferentemente dos dois colégios citados, se coeducavam moças e rapazes. Sua concepção de ensino permitia que mulheres e homens de diversas classes sociais se sentassem lado a lado na sala de aula. Era uma instituição gratuita que dava oportunidade de estudo aos setores carentes. Foi extinta em 1937 pelo governo estadual. Conforme depoimentos orais, seu fechamento liga-se ao interesse de alguns segmentos da elite regional em não permitir que as classes populares tivessem acesso a um ensino de qualidade. A educação formal e científica poderia propiciar a esses setores um meio de se prepararem para outras qualificações profissionais que não fossem os serviços domésticos e braçais.

Depois de fechado o Ginásio Sul-americano, entre 1945 e 50, até o início da década de 60, Itabira ficou por mais de 10 anos sem escola de segundo grau para os homens. As famílias abastadas passaram a encaminhar os rapazes para Belo Horizonte. Para os pobres não havia perspectiva de prosseguir no processo educacional.

Para Schapochnik (1998), a educação gerava uma expectativa de vida que poderia possibilitar a almejada ascensão social. A cultura da elite já valorizava a tradição bacharelesca, os símbolos da conclusão de um curso, o anel e o diploma representavam a consagração e o culto do talento individual. A educação básica seria um meio de evitar a marginalização e possibilitar a integração do indivíduo nos cursos superiores e na sociedade. O magistério possibilitava às mulheres não apenas um enobrecimento, mas também o poder

de libertarem-se da opressão da vida doméstica e partir para a conquista de um lugar na esfera pública.

Nas escolas particulares havia uma preocupação em ministrar o ensino musical a seus alunos. A música se fazia presente na cidade desde o século XVIII devido principalmente às Irmandades religiosas do Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Rosário e Ordem Terceira de São Francisco de Assis, interessadas em zelar pelo nível musical de suas festas. Além do ensino oficial de música propagado nas escolas e nas Irmandades, havia vários professores que ensinavam os acordes musicais a leigos. As bandas de música Euterpe Itabirana e Santa Cecília disputavam sua participação nos acontecimentos sociais e culturais que ocorriam na cidade e ocupavam um papel de destaque na comunidade. Formadas em sua maioria por membros dos setores populares fundiam-se na história da cidade por ser a expressão de uma tradição que se perdurava há mais de século, as bandas eram vistas como relíquias do passado. Embora fossem associações pequenas destacavam-se pelo nível musical de seus componentes e pela função cultural que exerciam nos eventos religiosos, políticos e sociais. Elas faziam serenatas pelas ruas da cidade nos fins de semana e participavam dos comícios políticos a convite. Faustino (1982)<sup>54</sup>, em uma entrevista concedida ao Jornal Cometa Itabirano de março de 1982, relata que os integrantes da Banda Euterpe utilizavam o Cemitério do Cruzeiro, no centro da cidade e próximo à Matriz, para fazer seus ensaios. As bandas promoviam serenatas para as almas, denominada "Encomendação das Almas":

Era sempre realizada na quaresma, na primeira sexta-feira. Começava nas proximidades do cemitério e saía pela cidade. Havia o costume em certos locais de colocar uma cruz onde havia morrido alguém, então íamos visitando esses locais. Havia até uma música definida para esta ocasião. Eram todas as quartas e sextas-feiras da quaresma. (FAUSTINO, 1982, p. 6-7).

Alguns músicos das bandas eram contratados para tocarem nas peças teatrais e na exibição dos filmes. A sede do teatro foi construída, na segunda metade do século XIX e esse era mantido com recursos da Câmara Municipal. Na fachada o teatro "ostentava um enorme globo azul, dominado por uma águia, que não sabíamos bem o que significava, mas era bela, feita ou restaurada, que foi pelo grande santeiro Alfredo Durval<sup>55</sup>." (ANDRADE, 1967,

<sup>54</sup> Faustino era clarinetista e posteriormente foi o maestro da Banda Euterpe Itabirana, uma das mais antigas da cidade.

<sup>55</sup> Nativo e escultor. Suas esculturas de Santos são vistas em algumas igrejas da cidade. Foi um dos responsáveis pela manutenção da pavimentação das ruas por pedras de minério.

p.584). As peças de teatro eram representadas por companhias profissionais que procediam de lugares distantes ou pelos grupos de amadores locais, que eram compostos, em sua maioria, por atores negros e mulatos. Eram homens humildes da sociedade que apresentavam temas folclóricos, autos de natal e temas locais como a devastação do Pico do Cauê. Nas peças encenadas pelos grupos locais evidenciava-se a intimidade dos atores com o público, que eram identificados por seus nomes e sua procedência familiar. A Igreja católica assumia a função moralizante de transmitir os valores que assegurassem a ordem na sociedade. Nas peças teatrais encenadas por companhias profissionais, os religiosos locais procuravam estabelecer critérios para a população, definindo o que era sagrado e profano:

As companhias de fora traziam roupas e mulheres formidáveis [...] Padre Olímpio, na prática de domingo, invectivava os desfalecimentos da carne e prevenia-nos da existência do inferno. Era homem para fechar o teatro por intimidação aos fiéis, caso se representassem peças com histórias de "gente amancebada", que o seu furor bíblico não perdoava. (ANDRADE, 1967, p. 584-585).

O cinema, inaugurado em 1911, exibia filmes mudos e a tela era molhada para que pudesse absorver a luz e refletir as imagens em preto e branco. A influência das famílias dominantes se fazia presente no horário da exibição dos filmes: "[...] as sessões começavam depois que as melhores famílias tinham chegado, e nenhuma queria chegar primeiro; as cadeiras eram reservadas durante o dia, ficando inclinadas até a vinda de seus ocupantes, lá pelas oito e meia da noite [...]" (ANDRADE, 1967, p.640). As fitas exibidas, aos sábados e domingos, atraíam parte da população devido aos preços cobrados, os telespectadores assistiam aos filmes acompanhados por uma orquestra que casava suas melodias com o enredo da fita. Os instrumentos da orquestra eram tocados por homens e algumas mulheres. A participação das mulheres na vida artística ocorria de maneira lenta, já que a estrutura patriarcal da sociedade reduzia seu papel social ao lar.

A partir da segunda revolução industrial no século XIX as artes foram submetidas às regras do mercado capitalista e à ideologia da indústria cultural baseada na idéia e na prática de produtos culturais fabricados em série. O cinema, pelos seus efeitos especiais cria realidades novas, torna presente o ausente, fantasia a realidade e conduz à reflexão e ao devaneio. A indústria cultural trabalha a partir de opiniões comuns, reafirmando o que já pensamos e estimulando o conformismo a valores culturais determinados. A cultura de massas revelava uma tendência de dirigir as obras de arte cada vez mais para as massas, e não somente a indivíduos isolados ou pequenos grupos. Benjamim (1994) pontua que o objetivo



do cinema é transmitir a idéia de culto à personalidade, exaltando a figura do campeão, do astro, do ditador<sup>56</sup>. Ele é uma arte técnica coletiva, que sempre precisa de muita gente, visto que sua própria natureza configura-se dessa forma. Por definição, o cinema encontra-se fora do antigo valor do culto da arte tradicional que é seu caráter único. Seu valor é de exposição, penetra na realidade, é uma arte destinada ao coletivo que alivia a tensão das massas. O cinema, uma obra de arte que se aproxima do humano e é difundida em inúmeras cópias circulantes, é a arte técnica por excelência. A técnica não é uma força produtiva em si mesma, mas um meio reprodutor de novas significações e novos sentidos. O que implica na perda da aura<sup>57</sup> estética da originalidade e autenticidade do objeto estético e por essa razão se presta à instrumentalidade e ao consumo democrático. O cinema provoca a paixão das pessoas pela magia das imagens em movimento e ao mesmo tempo faz com que alguns creiam no papel emancipatório das técnicas de reprodução.

As grandes potências industriais tentavam introduzir os hábitos e as práticas de consumo e padrões de diversão nas sociedades tradicionais buscando transformar seus valores e costumes seculares. A sociedade itabirana, como outras é histórica, e estava sujeita a vivenciar e a absorver as mudanças que ocorriam sucessivamente no mundo como as novas técnicas de reprodução da arte. O cinema, templo de culto da modernidade, significava uma representação da arte contemporânea que perpassava o mundo e que entrecruzava realidade e irreabilidade, sonho e magia. Embora os valores e as práticas sociais dos nativos estivessem sujeitos a acolher novas manifestações de lazer e entretenimento, as crenças que refletiam sua singularidade regional e sua tradição não eram relegadas. A sociedade continuava a cultivar os modos de vida criados e transmitidos pelos membros de gerações passadas, já que as sociedades humanas constroem no decorrer da história seus próprios códigos morais e sua própria verdade. Havia uma visão de mundo, códigos e juízos morais que eram compartilhados pelos integrantes da população e que reforçavam seus laços e sua coesão interna. Entre a população, um dos valores mais importantes a ser praticado era a glorificação religiosa a Deus. Por meio dos rituais religiosos se reforçavam os laços entre os humanos e as divindades. O sagrado dava sentido ao espaço, ao tempo e aos seres que nele nasciam, viviam e morriam. A crença e a vida religiosa poderiam proteger os seres humanos contra as forças da natureza, dar aos humanos um acesso à verdade sagrada do mundo e oferecer conforto aos aflitos, dando-lhes uma explicação para o mundo natural ou sobrenatural.

---

<sup>56</sup> Benjamin viveu na Alemanha no período em que predominava o Estado nazista. A propaganda difundida em filmes, era um dos meios modernos de influenciar as massas aos valores como a exaltação da figura do líder, o racismo, a xenofobia e o heroísmo nazista.

<sup>57</sup> Para Benjamin, a aura consiste na absoluta singularidade de transcendência de um objeto artístico.

Segundo Oliveira (1992), as comemorações religiosas se sobressaíam, atraíam pessoas da cidade, das fazendas e povoados da região. No Brasil nos dias santos e nas celebrações "o clero do interior não deixava de estar presente junto ao povo, tinham a função espiritual de levar os homens a abrir-se para o sobrenatural." (Moura, 1985, p.329). Nesses eventos as pessoas buscavam a salvação por meio da absolvição de seus pecados. O clero e os devotos organizavam as celebrações e os moradores se esmeravam na decoração da Igreja e das ruas, local das procissões. Para Durkheim (1989), a sociedade é a fonte da religião, é sua ação que conduz a vida religiosa. A religião age sobre a vida moral, já que as forças religiosas são forças humanas e morais. Os indivíduos buscam na religião a possibilidade de transcenderem a si mesmos. O fiel que acredita em Deus sente que uma força superior lhe ajuda a superar os empecilhos e a vencê-los. Ele se sente elevado e salvo do mal. A religião atinge as consciências e as disciplina.

De acordo com Faustino (1982), a maioria das festas promovidas na cidade possuía cunho religioso e se sucedia no ano inteiro. Em janeiro, a novena de São Sebastião e a Festa de Reis, na Semana Santa havia a procissão do Enterro, em que noite alta os penitentes carregavam tochas e velas, a procissão de Ramos, do Encontro e do Lava-pés. No mês de março se celebrava a festa de São José com rezas e procissões. Segundo Matta (1983, p.81) "nas procissões, todos se irmanavam com o santo, e por meio dessa relação (que assume a forma de uma ligação típica de proteção e mediação) ficam ligados a todos os outros fiéis que também seguem ou vêem o santo." Na procissão existe a questão do sacrifício do corpo. O corpo é usado para entrar em contato com o santo. Acompanhar a procissão implica no sacrifício do corpo, o crente abnega-se em prol da lealdade ao sagrado. No momento em que o santo é percebido pelo olhar dos fiéis esses transferem para ele, provisoriamente, sua lealdade de grupo ou classe social. Os devotos acreditam que os poderes dos santos podem curar males, nos momentos de maior ardor tem-se a impressão de que a imagem dos santos toma vida perante seus seguidores.

No mês de maio as coroações e, em junho o Sagrado Coração de Jesus, as fogueiras de Santo Antônio, São João e São Pedro. Na área rural da cidade, onde se localizava a Fábrica de Tecidos da Gabiroba, citada no primeiro capítulo foi erguida uma capela em devoção a Santo Antônio. Magalhães (2006) afirma que as autoridades públicas, pessoas humildes e prósperas afluíam para o núcleo operário para confraternizar e celebrar com os operários e os proprietários. Os tecelões e os proprietários da Fábrica de Tecidos da Pedreira também participavam do evento e, em retribuição, no dia de São Sebastião, padroeiro dessa fábrica,

todos eram convidados para participarem das celebrações. Pelos relatos dos nativos percebe-se que essas festas na área rural faziam parte do cotidiano anual dos cidadãos.

Em agosto realizava-se a Festa do Divino e, em outubro festejava-se Nossa Senhora do Rosário, padroeira da cidade, e a representação do Congado. A Festa do Congado que se vinculou ao culto de Nossa Senhora do Rosário originou-se em Ouro Preto. Para França (1983), essa festa possui suas raízes no escravo Chico Rei, líder da tribo africana trazido para Vila Rica, em princípios de século XVII, que ao se libertar e a outros de sua tribo formou um pequeno Estado do Congo, dentro do território de Minas Gerais. O Congado, associado ao culto de Nossa Senhora do Rosário, "é a representação simbólica da história tribal, com a coroação dos reis congos, a representação das lutas entre os negros e o escravizador branco, dentre outros detalhes expressivos." (FRANÇA, 1983, p.14). No Brasil escravista, essa festa era consentida pelos senhores de escravos. A festa servia como uma forma de controle social, uma forma de amenizar a tensão cotidiana entre senhores e escravos. Sob outro prisma, o ritual de coroação seria uma forma encontrada pelos descendentes dos africanos de manter viva suas tradições, ainda que adaptado à realidade do Brasil colônia. Para Catelli Junior (1999), as festas religiosas ligadas à cultura negra, embora possam significar uma inversão da realidade cotidiana e um protesto à ordem estabelecida, permitem que aja maior coesão entre seus habitantes, retomando e construindo sua identidade.

De acordo com Andrade<sup>58</sup> (1997), a cidade vibrava com esses eventos. As mulheres renovavam seu guarda roupa, para as idosas essas festas eram um meio de reafirmar sua fé e propiciar-lhes maior participação nos sacramentos religiosos. Para as jovens além de uma celebração religiosa era uma oportunidade para encontrar os namorados e participar do *footing* no paredão. Os moradores das fazendas da região se hospedavam na casa de parentes e amigos e cargueiros de produtos agrícolas chegavam à cidade para abastecer a população que se dirigia para esses eventos. Comparecer às festas religiosas era também uma forma de lazer que se destacava na escala de valores da elite e por ser uma manifestação de intimidade comunitária temporária.

As missas de domingo eram celebradas e cantadas em latim e contavam com participação significativa da população local. Além dessas festas, chegavam missões religiosas à cidade (Figura 11). Pregadores veementes ameaçavam todo mundo com as penas do inferno, falando no juízo final:

---

<sup>58</sup> Andrade, Maria Rosa Martins da Costa. Um sobrado na história de Itabira. Itabira: PMI/Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade. Livro que aborda os hábitos e os personagens da antiga sociedade itabirana.

[...] Chegam os missionários estrangeiros  
 corados  
 rudes  
 inteligíveis.  
 Festa na cidade, medo em mim:  
 Entenderão meus pecados?  
 Os pecadores não fazem fila  
 O mar de pecados  
 Envolve três confessionários  
 Em suor arrependido.  
 (ANDRADE, 1998, p.34)



**FIGURA 11.** Missionários em Itabira – MG  
 Fonte: Acervo Museu de Ferro – Itabira-MG

Para Andrade (1967), quando esses se retiravam da cidade, os moradores se sentiam aliviados, sem o receio da negação da absolvição. Os padres locais retornavam a orientar os fiéis em uma pregação religiosa mais mansa.

Essas festas e cultos religiosos foram retratados pelos fotógrafos residentes na cidade, que registravam por meio de suas câmaras os acontecimentos sociais e culturais de Itabira. Nas fotos, uma imagem simbólica que se constitui uma prova material e traduz uma "concepção de mundo", observa-se a presença significativa da população, os trajetos das procissões e os símbolos religiosos eram carregados por fiéis. Como afirma Borges (2005), a fotografia começou a ser utilizada no Brasil em meados de oitocentos; porém, só mais tarde sua divulgação foi intensificada, com o surgimento dos ateliês de fotógrafos nos grandes centros urbanos. Em Itabira, conforme registros fotográficos, textuais e depoimentos orais,

Brás Martins da Costa<sup>59</sup>, foi o pioneiro no registro das imagens fotográficas de paisagens, de famílias, acontecimentos públicos e religiosos. Por meio de anúncios em jornais locais, divulgava seu endereço profissional e os preços de seus serviços realizados nas residências e em seu estúdio. Suas fotografias que se constituem documentos nos informam sobre a cultura material de um determinado tempo histórico, do imaginário cultural e dos lugares sociais que os retratados ocupavam na comunidade. Era costume entre as famílias que elas se reunissem e posassem com seus empregados para as câmaras, com o intuito de perenizar sua presença no mundo e ressaltar a memória individual e coletiva.

Brescia (1998), fotógrafo na cidade na década de 30, relatou em entrevista ao Jornal Cometa Itabirano, em setembro de 1998, que ele era uma testemunha por meio das lentes de sua máquina fotográfica dos principais eventos ocorridos na cidade. Tirava fotos para documentos, casamentos e festas, principalmente aos domingos. Fazia muitas visitas a domicílio e também cartões postais da cidade: "percorria locais da cidade procurando o melhor ângulo, quando fazia um novo cartão todos vinham comprar." (BRESCIA, 1998, p.6).

As imagens da cidade representadas nos cartões postais remetem à escolha de um determinado lugar, ou monumento que o idealizador deseja perenizar na memória e servem de guias para visitantes que desejam se dirigir para o local idealizado e retratado. Eles se tornam documentos, por meio da imagem visual e da comunicação constituída no texto daquele que o envia, informam e revelam as representações dos lugares públicos e das paisagens. Para Shapochnick:

Refigurados nos postais, as imagens da cidade proporcionam uma percepção afetiva e estética dos monumentos e paisagens, denotando o processo de interiorização e familiaridade com o local [...] os cartões postais nos oferecem um 'mapa com a geografia de nossas lembranças. O ato de revisitá-los é uma oportunidade para surpreender as centelhas do passado que evocam o cotidiano e as emoções. (SHAPOCHNICK, 1998, p. 426-4270).

Os fotógrafos da cidade também registravam os funerais. Nas fotografias de Brás Martins da Costa, existem registros dos velórios de crianças e adultos, provavelmente integrantes das classes abastadas. A foto se torna testemunho das formas de manifestação do imaginário popular. Borges (2005, p.63) afirma que ao "retratar um ente querido que acaba de morrer, a imagem fotográfica faz reviver, em linguagem e estética seculares, algo que se assemelha ao estatuto das imagens: a magia". A foto funciona como uma substituição da

---

<sup>59</sup> Itabirano, tabelião, editor do jornal Correio Itabirano, notabilizou-se pelo seu trabalho fotográfico.

pessoa falecida, a imagem ao ser vista pode incitar lembranças e talvez aplacar a dor da ausência. Alvim (1980) relata que as crianças em seus funerais eram vestidas com uma túnica azul, com asas de prata e uma coroa de jasmim, como se fossem anjos. O caixão enfeitado de flores seguia aberto, carregado por outras crianças nas ladeiras da cidade.

A passagem da vida para a morte era celebrada por variados rituais fúnebres. Os ritos amenizam a perda e também estabelecem condutas aos membros da coletividade a que pertencem. Os enterros, segundo relatos orais e fontes biográficas da cidade representavam um acontecimento que paralisava as ruas e o comércio central em uma atitude de respeito para com os familiares e o falecido. A morte dos representantes da classe alta era anunciada pelos sinos das igrejas e o cortejo fúnebre seguia pelas ruas principais acompanhado por uma banda de música. A sociedade impunha regras morais e restritivas às viúvas que geralmente ficavam de luto pelo resto da vida e eram privadas de divertimento por vários meses. Andrade (1998), por meio de sua poesia, faz uma crítica à sociedade que impunha severas restrições às viúvas, condenando-as a uma solidão que poderia se tornar infinita:

As tias viúvas vestem pesadas armaduras  
De morte e gorgurão. Desde o pescoço  
À inviolada ponta dos borteguins, elas proclamam  
Rompimento com o século. E nada mais existe  
Senão a noite dos maridos estampada  
Em cada gesto de soberba solidão.  
Assim as queremos para sempre novamente  
Virgens, reintegradas na pureza original  
(ANDRADE, 1998, p. 149-150).

Na morte dos indivíduos abastados, os agregados, os amigos e os familiares se faziam presentes entretanto, nos enterros dos pobres e das pessoas indesejadas pela sociedade, como as prostitutas, a população se mostrava indiferente. Segundo a narrativa de duas entrevistadas, para esses serem enterrados, necessitava-se da benevolência de pessoas "caridosas" da comunidade para carregar o caixão, preparar o corpo e arcar com as despesas. A sociedade, embora em sua maioria praticante da doutrina católica, que prega a caridade como virtude, se mostrava intolerante para com aqueles que possuíam outros códigos de conduta e se diferiam por sua situação social e financeira.

Nos enterros de crianças descendentes das classes populares, mortas devido à subnutrição ou à gastroenterite, eram visíveis a marca da má alimentação:

Os olhos perdidos nos fundos das órbitas; braços e pernas em caniço, os olhos furando a pele ressequida. Não tinham esses anjinhos cor de rosa, o viço e a graça dos anjos da Renascença, vistos nas paredes das igrejas ou reproduzidos nas estampas coloridas. Lembravam mais figuras de Portinari, flagelados pela miséria. (ALVIM, 1980, p.26).

No Brasil as péssimas condições sanitárias nas habitações e a ausência de uma boa alimentação contribuíam para a proliferação de doenças. Na gravidez, as mulheres se viam privadas de alimentos essenciais para o desenvolvimento do feto. Por estarem fragilizadas pelas gestações sucessivas, sucumbiam muitas vezes por não terem tido tempo de se recuperar da espoliação orgânica provocada pela gravidez anterior. Para Alvarenga (1981), geralmente os partos eram realizados em casa por parteiras e o médico só era chamado em caso de complicações. Esse médico afirma que a medicina clínica era muito atrasada não só em Itabira, mas em todo o Brasil. Existiam poucos medicamentos de ação específica e a cura do doente dependia mais de suas defesas orgânicas do que da ação do corpo clínico. Grande parte dos laboratórios e dos medicamentos, que provinham da flora brasileira, eram nacionais. Segundo os depoimentos orais, movidos por crenças populares muitos utilizavam a prática da benzedura e dos curandeiros para deter determinados males. Em suas casas as imagens dos santos partilhavam de seus espaços privativos, geralmente em altares domésticos, para protegê-los das doenças e das dificuldades enfrentadas na vida.

Embora a memória coletiva dê suporte à memória de um grupo, é o indivíduo que recorda e que carrega as lembranças dos fatos e acontecimentos que só para ele constituem significado. Os indivíduos são as testemunhas das recordações e os grupos com quem compartilham as experiências comuns dão consistência ao que é narrado. Os grupos, além de confrontarem as lembranças pessoais de outros, imprimem as percepções dos demais membros. "Somos apenas testemunhas de nossas recordações, os outros com quem convivemos são aqueles que, nos nossos apelos, confirmam nossa percepção." (BOSI, 1994, p. 53). O homem nunca está só, as lembranças são partilhadas por e entre eles. A memória é uma fonte que constitui uma representação daquilo que foi experimentado pelo homem em uma determinada dimensão social e que constitui referências da identidade coletiva.

#### **4.2 - Política Municipal: interferências da União no poder local**

Na década de 40, a ditadura Vargas regia os destinos do país, dos estados e dos municípios. De acordo com Skidmore (1996), os estados perderam sua autonomia, as Assembleias estaduais e as Câmaras Municipais foram fechadas e os governadores foram substituídos por interventores. Em Minas Gerais, Benedito Valadares, eleito governador do estado pela Assembleia do Estado de Minas em 1935, um simpatizante do governo Vargas, continua no poder como interventor. Em Itabira cidade que já se destacava no cenário nacional e mundial como um território que possuía uma inigualável riqueza mineral, o prefeito renuncia em 1937 e entrega seu cargo ao interventor do estado. Um novo prefeito é nomeado para o município e esse, seguindo os desígnios da União, anula e impede qualquer oposição ao governo federal e estadual. A cidade, que possuía seus destinos traçados pelos políticos em nível regional e municipal, passa a sofrer interferências emanadas diretamente do poder federal.

Em 1942, ano de instalação da CVRD no município, o interventor Benedito Valadares, por meio do decreto lei de 13 de junho de 1942, muda o nome de Itabira para Presidente Vargas. Esse ato foi realizado sem a prévia autorização do governo federal. Nesse decreto, o interventor de Minas afirmava que o povo mineiro desejava prestar ao chefe da nação uma homenagem e que o povo de Itabira desejava a mudança de nome. Essa ação, de acordo com os relatos de indignação de alguns itabiranos, teria sido um ato de bajulação do representante político de Minas para com o presidente do país e significou um desrespeito a um nome que representava uma tradição centenária.

Conforme dados contidos em arquivo particular de um antigo morador de Itabira, foram dirigidos telegramas de itabiranos, de várias autoridades de Minas e de cidadãos de alguns estados brasileiros ao interventor, congratulando-o pela homenagem que prestava ao presidente do país. Nesse período era difícil fazer qualquer protesto oficial ao governo. A imprensa só podia publicar o que era divulgado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP - e a população itabirana, bem como os políticos locais opositores ao regime eram frágeis para contestar o poder federal. Uma parcela significativa dos itabiranos procurou resistir de outra forma a esse ato de Benedito Valadares. Os moradores continuaram a utilizar a antiga denominação em suas conversas diárias e em suas correspondências pessoais. Em um artigo publicado no Jornal o Cometa Itabirano, de outubro de 1984, o poeta Carlos



Drummond de Andrade destacava a importância histórica da denominação Itabira e expressava seu repúdio a esse acontecimento ocorrido no passado:

Itabira do Matto Dentro. É longo, é áspero e sombrio, mas como soa bem aos ouvidos mineiros, e sobretudo aos ouvidos itabiranos. Esse nome existe, na chorografia mineira há mais de duzentos anos [...] Esse ato aparecia como uma benemerência, um dom uma munificência do Sr. Getúlio Vargas ao Brasil e muito especialmente a Itabira, que havia longo tempo esperava fosse resolvido o problema de suas jazidas inaproveitadas. Cumpria pois agradecer a mercê, e para tanto o Sr. Benedito Valadares não achou nada melhor do que expedir um decreto [...] Uma cidade fora riscada do mapa, e não em consequência de bombas aéreas, mas por via de um miúdo e insensato decreto estadual que recusava [...] o direito de conservar uma tradição que lhe era cara e se confundia com a sua própria fisionomia física. (ANDRADE, 1984, p.11).

A campanha dos itabiranos pela valorização cultural e restituição do nome só seria alcançada em 1945, período em que ocorria a redemocratização do país. Por cinco anos a população teve de se sujeitar oficialmente à mudança do nome histórico. Foi necessário que a ditadura fosse derrubada para que se restabelecesse a antiga denominação. Segundo Oliveira (1992), o Secretário de Estado Alfredo Castilho persuadiu o novo interventor Alcides Lins a restabelecer o antigo nome. Em 5 de março de 1947, o município de Presidente Vargas, por decreto lei estadual nº 2.430, voltou a se chamar Itabira.

Esse ato político e ditatorial que ficou registrado na história expressou não só a dominação política que o governo federal iria estabelecer na cidade após a implantação da Vale. Os itabiranos começaram a sentir os reflexos da dimensão do poder central sobre a vida social e cultural da cidade. O nome da cidade Itabira, de origem tupi, que se traduz por "pedra reluzente", "pedra pontuda" era uma tradição que se perpetuava desde o tempo do povoamento. Drummond, citando o escritor Cornélio Pena (1947, p.11) afirma que o nome Itabira remete a "um modo de ser individual e coletivo, chamado itabirismo; e há sobretudo uma gente discreta, hospitaleira, pobre e digna, que não se vende aos poderosos do dia, e que conhecemos como itabiranos." A identidade de um determinado grupo surge por oposição a outros, ela não se afirma isoladamente. Representa um contraste, quando um grupo se afirma explicitando sua singularidade e sua tradição e o faz com o intuito de diferenciação em relação a outros. Para Delgado (2006, p.71), "a identidade traduz um sentimento e uma convicção de pertencimento e vinculação a uma experiência de vida comum. As identidades são construídas pela afirmação de diferenças e pelo reconhecimento das similitudes." A luta que se estabelece pra definir uma identidade autêntica é um meio de fixar as fronteiras de uma política que visa se impor como legítima.

Em algumas das entrevistas realizadas, foi salientado que a classe dominante reagia a dominação da União sobre o município ao não permitir que seus descendentes se empregassem na estatal. Para eles sujeitar-se a ocupar um posto de trabalho na empresa era uma forma de humilhação e de submissão política era preferível o desemprego a trabalhar em uma empresa que descaracterizava a sociedade, a economia e a cultura local. A veracidade da história do passado em muitos momentos é oprimida. A história oficial narra e interpreta os acontecimentos sob o prisma daqueles que dominam que por sua vez, anulam a tradição daqueles que foram subjugados. Havia uma aversão desses setores àqueles que se submeteram ao trabalho na mineradora. Elias e Scotson (2000) fala que o orgulho grupal e individual pertence à natureza humana. Ele possui a finalidade de destacar as vantagens de um grupo e as falhas de outros. Ele pode se tornar um meio de preservar uma posição há muito adquirida na sociedade. O monopólio do poder pelas famílias antigas era uma condição de eles preservaram sua singularidade na região.

No período em que os migrantes entrevistados chegaram à cidade, o Estado difundia uma ideologia que idealizava o trabalhador. Segundo Ortiz (2003), a partir da década de 30, o governo federal procurou transformar e criar um novo conceito para a população nacional. O brasileiro, que era percebido como um indivíduo indolente, passa a ser visto e identificado como trabalhador. O Estado difundia uma nova ideologia, ressaltando o trabalho como valor essencial da sociedade brasileira. Essa nova mentalidade, construída pelo governo, foi uma forma de adequar a mentalidade da população à construção de um Brasil moderno. Os brasileiros, dominados pela nova ideologia tendiam a reproduzir a ideologia da classe dominante. A nova ordem política, instaurada no país sob os auspícios de Vargas, baseou-se em alianças regionais e em uma nova reconfiguração do papel do Estado.

Os meios de comunicação em muito contribuíram para a manutenção do regime. A sociedade brasileira vivia sob o autoritarismo do governo que se orientava pela repressão e doutrinação. Para Carvalho (2005), as autoridades federais procuraram se aproveitar das técnicas de propaganda e dos meios de comunicação, principalmente do rádio. Por meio de discursos do Departamento de Imprensa e Propaganda e do noticiário Voz do Brasil, programa diário, Vargas buscava criar o consenso por meio de apelos afetivos e morais. A mídia serviu como um meio de modelagem dos modos de vida e valores da população brasileira em favor da União.

Nas narrativas dos operários da Companhia, nativos e migrantes, é perceptível a reprodução da ideologia disseminada pela estatal. No momento em que, eles relatam suas relações de trabalho e os locais construídos pela empresa para alojá-los, percebe-se o valor

que, atribuem à responsabilidade social da instituição para com os operários. A Companhia foi uma "mãe" que se responsabilizou pelo bem-estar dos trabalhadores e dos seus familiares. Ela procurou criar condições propícias de trabalho e não lhes negou os benefícios sociais, instituídos pela legislação trabalhista do país que controlava e canalizava as reivindicações dos operários.

A industrialização passou a ser vista como sinônimo de progresso e de desenvolvimento social. Carvalho (2005) afirma que o conflito entre patrão e empresário deveria ser anulado. Deveria prevalecer a cooperação supervisionada pelo Estado. A forma de expressar essa cooperação deveria ser efetivada por meio de atividades cívicas e econômicas. Os atritos ideológicos deveriam ser banidos, não havia lugar para defesa de interesses particulares. A construção de uma nova era no Brasil dependia conjuntamente de empresários e funcionários. O Estado reconhecia os trabalhadores como sujeitos do processo histórico, o que contribuiu para o fortalecimento de sua dignidade como cidadão. O discurso do governo resgatava crenças e valores e fortalecia a imagem do trabalhador brasileiro. O operário de certa forma realizava o bem comum.

Sob a hegemonia do Estado, instaurou-se a legislação que intercambiava as relações de interesses entre operários e empresários. Entre os direitos recém-adquiridos incluíam-se: jornada de trabalho de 8 horas, estabilidade no emprego, férias remuneradas e regulamentação do trabalho de mulheres e crianças. Essas medidas representavam um avanço político no que se refere à questão social, mas ao mesmo tempo implicavam em um maior controle da vida política dos trabalhadores. O governo disciplinava o movimento sindical, todos os sindicatos por categoria profissional deveriam ser reconhecidos e autorizados pelo Ministério do Trabalho, criado em 1931.

Esse sistema corporativista resultou na conquista, controle e disciplina do operariado. Para Ianni (1975), a inexperiência política dos trabalhadores se explica pela composição rural do proletariado industrial. As migrações internas que ocorreram do campo para as cidades e centros industriais, a partir de 1945, aumentaram significativamente o número de trabalhadores sem tradição política. A sua formação cultural era marcada pelos valores do mundo rural, no qual predominavam práticas comunitárias de comando e obediência. "Em particular o universo social e cultural do trabalhador agrícola está limitado pelo misticismo, a violência e o conformismo como soluções tradicionais. Esse horizonte cultural modifica-se na cidade, na indústria, mas de modo lento, parcial e contraditório." (IANNI, 1975, p.57). As palavras dos entrevistados reproduzem a ideologia paternalista e corporativa utilizada pelo estado Vargas para conter e doutrinar a classe trabalhadora. A empresa mascarava a

realidade da dominação, pela ilusão dada ao trabalhador de que a sua prática era uma virtude que seria recompensada. Os baixos salários se justificavam pela situação econômica desfavorável do país. A melhoria das condições de vida dos trabalhadores se daria efetivamente no futuro, quando o progresso econômico da nação se consolidasse.

As lembranças particulares e grupais acabaram por se verem lesadas, pois a memória disseminada pelos dominadores "roubou" a transparência do que foi narrado. Nos depoimentos dos migrantes, percebe-se a valorização da empresa que lhes proporcionou benefícios sociais e materiais para que pudessem viver em uma localidade que não fazia parte de sua história de vida. Porém eles não revelam suas preferências políticas e nem fazem críticas à estrutura habitacional a que se sujeitaram. Esse silêncio dos operários deve ser questionado. Pelos registros documentais encontrados e pelos testemunhos dos nativos, a Vale definia para seus trabalhadores os candidatos que deveriam ser votados nos pleitos eleitorais. Com a implantação da ditadura Vargas, as Prefeituras Municipais, como já citado, ficaram subordinadas às decisões que emanavam do governo federal. Vários prefeitos que não possuíam vínculos com a cidade, foram nomeados pelo governo federal.

Sob o domínio do Estado ditatorial, a Companhia começou a se impor na vida política local. Para Skidmore (1996), a democracia restaurada em 1945 foi controlada pelo mesmo aparelho político e pelos mesmos atores que estiveram no poder durante a ditadura. Com o fim do Estado Novo, surgiram os partidos políticos. O PSD (Partido Social Democrático), "partido de dentro" que recebeu forte apoio político de Vargas era dominado pelas figuras mais importantes do Estado Novo e passou a dominar a política nacional; o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) organizado pelos aliados de Vargas e a UDN (União Democrática Nacional) que foi formado por aqueles que não aderiram aos desígnios Vargasistas e que defendiam outros ideais.

Em Itabira, o PSD interferia e comandava o cenário político local com o apoio dos dirigentes da Companhia. A CVRD com seu poder econômico indicava os candidatos do PSD que deveriam ser eleitos para os cargos políticos municipais, estaduais e federais. Os trabalhadores eram levados por caminhões aos comícios para apoiarem os candidatos patrocinados pela estatal. A presença desses no espaço público provocava receio em alguns habitantes da cidade:

Me impressionou a primeira eleição que a Vale financiou. Na porta do cinema, local da manifestação política, descia dos ônibus e dos caminhões os operários que vinham para participar dos comícios. Vinham orientados pela Vale. Lá em casa ficamos de luz apagada para não chamar atenção. Eles gritavam, gritavam muito, eu

tinha um pouco de medo. O governo federal era uma força na cidade. Lá em casa nós éramos contra a ditadura. (Depoimento oral)<sup>60</sup>.

Havia os currais eleitorais e os representantes da empresa seguiam os eleitores até a urna. Ela transportava cabos eleitorais e mantinha jagunços na cidade para impor seus desígnios. Todo ano de eleição os opositores eram derrotados. Alvarenga (2005), em uma entrevista ao Jornal Cometa Itabirano, de março de 2005, ressalta as interferências da empresa na política:

A Vale com todo seu poder econômico, com todos os seus recursos, fazia política contra nós que não tínhamos nada. A eleição de Dr. José de Grisolia foi sustentada pela Companhia, ele filiou-se a Vale e candidatou-se. Nós lançamos candidato sem recursos. A Vale tinha transporte, dinheiro, jagunço, jagunçada tremenda. O Luís Camilo, chefe da UDN, era um itabirano de valor e eles mandaram prendê-lo. A Companhia tinha currais e prendia simplesmente por ser seu adversário. (ALVARENGA, 2005, p. 24).

O prefeito José de Grisolia, candidato do PSD, teve sua campanha política sustentada pela Vale. Segundo os artigos de jornais e os relatos orais, a UDN não tinha recursos para combater nas eleições municipais os candidatos do PSD, que contavam com o apoio da empresa estatal. Os opositoristas eram perseguidos e não conseguiam eleger um número considerável de vereadores para reverter a estrutura de dominação do Estado sobre o município.

Eleito, José de Grisolia comemorou, em 1948, os cem anos de emancipação política da cidade. Políticos federais e mineiros, como o governador Milton Campos, autoridades municipais e o presidente da CVRD participam das solenidades oficiais, do banquete e do baile oferecido pela comunidade e pelo órgão público municipal. As fotos dessa comemoração registram a exposição de trabalhos manuais realizados pelas mulheres itabiranas e a visita da comitiva do governador a lugares centenários da cidade. (Figura 12).

---

<sup>60</sup> Mariana. Entrevista realizada em Itabira, em 17/05/2007.



**FIGURA 12.** Comemoração do centenário de Itabira-MG: comitiva do governador do estado inaugurando placa comemorativa  
Fonte: Acervo Museu de Ferro – Itabira-MG

Os nativos buscavam mostrar aos representantes políticos as manifestações culturais e a arquitetura urbana que prevalecia na cidade e que representava um estilo secular de viver. Em seu discurso, o prefeito destaca os valores tradicionais que se faziam presentes na cidade e as virtudes do representante de Minas Gerais, que muito contribuía para o desenvolvimento do estado. O governador, em seu discurso oficial, transcrito no *Jornal Estado de Minas*, de outubro de 1948, afirma para a população local que a exploração das riquezas minerais pela empresa estatal traria benefícios não só para o município, mas para todo o Brasil: "Itabira tem razões para se orgulhar de seu passado ao mesmo tempo em que tem razões para confiar no futuro, a matéria prima que sai do Pico do Cauê há de forjar a riqueza do Estado." (ESTADO DE MINAS, 1948, p.8).

Nessa festa, reforçava-se a importância da exploração mineral na cidade para o desenvolvimento do país. A presença e a ação da mineradora se justificavam, pois, a partir dela a riqueza mineral poderia dar sua contribuição presente e futura não só para a nação, mas também para o município. A exportação do minério de ferro garantiria o controle nacional de matéria-prima para a indústria pesada, traria recursos financeiros e a possibilidade da melhoria das condições sociais de vida da população da região. Sua presença se traduzia em esperança e benefício para o povo.

A Vale significava empregos, desenvolvimento econômico e social principalmente para as classes baixas, porém também representava a dominação e o fim da autonomia política

dos representantes locais. O domínio político da empresa federal sobre o município só começou a se reverter em 1958, quando Daniel de Grisolia, apoiado pela UDN, derrotou Luís Brandão, candidato apoiado pela Vale, que dominava a política municipal. De acordo com os dados contidos no jornal Diário de Itabira, de setembro de 2005, Daniel - filho do ex-prefeito José de Grisolia - e ex-vereador do município pelo PSD rompeu com seu partido por esse não apoiar a sua candidatura para prefeito. Ele e seus partidários conseguiram o apoio da UDN e formaram a Frente Popular Itabirana. Nas eleições municipais, Luís Brandão, chefe político local apoiado pela Vale, foi derrotado por uma diferença de 1069 votos. Um dos partidários da UDN descreve o processo eleitoral na cidade, ressaltando que a captação dos eleitores, era uma fórmula comum utilizada pelos partidos que se digladiavam na cidade:

A gente saía trabalhando, antigamente tinha as marmitas. Os eleitores já traziam as marmitas, as cédulas com os nomes dos candidatos. A gente ficava circulando com os eleitores. Havia umas seis sessões onde se votava. Era o único dia que os eleitores da roça andavam de carro. Eles chegavam, a gente os levava para o curral e dava café e comida. Quando acabava de votar eles iam de caminhão para a roça. Apesar das disputas nunca teve crime por causa da política. Havia uma disputa acirrada, mas nunca chegou à violência. (Depoimento oral)<sup>61</sup>.

Alguns entrevistados ressaltam que a UDN só ganhou a política por ter apoiado Daniel de Grisolia (Figura 13):



**FIGURA 13.** Posse do prefeito de Itabira-MG, Daniel de Grisolia  
Fonte: Acervo do Museu de Ferro – Itabira-MG

<sup>61</sup> Carlos. Entrevista realizada em Itabira, em 20/07/2007.

Ele era um candidato invencível, uma pessoa extrovertida que sabia se comunicar com o povo. Buscava o contato direto com as massas, utilizando uma linguagem simples e popular. Abusava de propaganda pessoal e da simpatia para obter votos e prestígio político. Esse político foi prefeito de Itabira por duas vezes: 1959 a 1962 e de 1967 a 1970. Seus mandatos no executivo se destacaram pela realização de grandes obras públicas, pela sua irreverência e pelos desentendimentos com a Câmara Municipal por desprezar preceitos legais. Não respeitava as decisões do legislativo, ou seja, de uma instituição democrática. Para alguns, o que o tornava um líder político era o seu poder carismático. Segundo Weber (1977, p.711), a dominação carismática é aquela que se baseia na "entrega extracotidiana à santidade, heroísmo ou exemplaridade de uma pessoa e às regras por ela criadas ou reveladas". O líder carismático se coloca em oposição consciente a alguns aspectos estabelecidos na sociedade em que atua. Os meios para se alcançar o poder podem se originar desde o emprego da violência até a propaganda, o sufrágio universal e o uso da palavra. Daniel de Grisolia buscou um contato direto com as massas urbanas e rurais, estabelecendo um vínculo emocional com esses para poder se eleger e governar. Embora polêmico, o governo desse itabirano representou o fim do domínio político do PSD na cidade. O povo de Itabira, cansado da dominação política que proporcionava monopólio de empregos, favores exclusivos a pequenos grupos e perseguições políticas, votava, após anos de submissão, a favor de um candidato que se apresentava como um opositor ao governo federal que se fazia representar pela CVRD.

Se, no passado, grupos de itabiranos buscaram combater e acabar com a onipresença política e desmandos da empresa estatal no município esse valor de certa forma se reverteu. Trinta e sete anos após a implantação da empresa em Itabira, o Bispo, já falecido, D. Mário Teixeira Gurgel, em uma entrevista concedida ao Jornal Cometa Itabirano, de novembro de 1979, avaliou as mudanças de valores estabelecidas na cidade:

Itabira é uma cidade marcada pela presença da grande indústria, que por si mesma traz como conseqüência a presença também de um número muito grande de empreiteiras e com isso muita imigração. [...] Conseqüentemente, o que menos Itabira tem é itabirano. E os itabiranos não têm também como último ideal ser prefeito de Itabira não, mas ser superintendente da CVRD. De modo que a Companhia se tornou mais importante que a cidade. Isso faz com que fique marcada por um desinteresse coletivo pela cidade. [...] Uma Companhia como a CVRD, instalando-se aqui, pela sua própria natureza torna-se mais importante que a cidade. [...] Cidade sem personalidade. (GURGEL, 1979, p.9).



Após anos de domínio político, a empresa passou a não interferir diretamente nas eleições municipais e nomeações de políticos, excetuando o período em que prevaleceu a ditadura militar no país. Entretanto, indiretamente, os projetos aprovados pela Prefeitura e Câmara Municipal, relativos ao município, sofriam interferências do Superintendente da CVRD. A submissão dos políticos e da própria população se tornaria presente e visível. A elite itabirana que nos primeiros anos da empresa tentou em determinados momentos reverter o domínio que se instaurava, desaprendeu a reivindicar. Ela passou a acreditar que a Vale, com todo seu poder econômico, cuidaria de todos os problemas da cidade. A cultura paternalista desenvolvida pela empresa, no correr das décadas fez com que a população paulatinamente acreditasse que os problemas da cidade seriam resolvidos pela empresa. Porém nem todas as expectativas e necessidades seriam resolvidas por ela. Os habitantes da cidade e os políticos locais teriam que novamente aprender a caminhar

#### **4.3 - Divergências e similitudes nos hábitos culturais de nativos e migrantes.**

Ao serem indagados sobre os eventos culturais e artísticos de Itabira, os nativos afirmaram que eles eram constantes e a cidade era vista como um centro cultural e educacional da região. Com o correr do tempo, essas atividades culturais foram se diluindo. O teatro, que vivia seus últimos dias de glória no Brasil, cedeu seu espaço, nas primeiras décadas do século XX, para o cinema e, posteriormente, o prédio foi demolido para dar lugar a uma agência de correio. Alguns de seus centros de ensino fecharam as portas por decisão política e administrativa e, segundo os entrevistados, restaram aos antigos moradores apenas determinadas lembranças dos eventos que davam vida ao município e o distinguiam das demais cidades da região.

Para Pinto (1998a), a memória é a representação do passado no presente e torna possível o continuum, as revelações ainda existentes de um passado fugidio. Dálessio (1998) destaca que o trabalho da memória responde a um anseio dos indivíduos de encontrar as identidades ameaçadas. A necessidade de se voltar para as lembranças ocorre em um momento de tensão entre tradicionalismo e modernidade. As rupturas que ocorrem no tempo e no espaço desestruturam modos de vida coletivos e criam vácuos, que são compensados e preenchidos pela memória. Para os nativos, seus depoimentos constituem uma tentativa de combater o esquecimento, representam uma forma de buscar conforto e proteção contra o

desaparecimento dos seus referenciais que se tornam instáveis e transitórios no tempo. Segundo Huyssen (2000, p.72), "sem a memória, sem a leitura dos restos do passado, não pode haver o reconhecimento da diferença, nem a tolerância das ricas complexidades e instabilidades de identidades pessoais e culturais, políticas e nacionais."

Após a chegada da Vale, algumas práticas culturais perduraram e outras foram acrescidas pelos migrantes que dividiam o mesmo espaço urbano. O cinema, que representava uma atividade de lazer, após poucas décadas de funcionamento, foi fechado por falta de interessados em mantê-lo e pelas dívidas acumuladas. Na década de 50, a direção do Clube Atlético almejando reativar o antigo "Cine Itabira" inicia as negociações para obter novos filmes que seriam exibidos. Esse Clube recebeu ajuda financeira da Vale para completar o capital que de necessitava para construir sua sede. Em troca, havia se comprometido com a empresa em construir um salão de espetáculos e um cinema. As negociações para obter o fornecimento dos filmes são dificultadas devido a débitos anteriores. De acordo com uma matéria veiculada no Jornal Hora H, de setembro de 1991, pela convenção existente entre as agências fornecedoras, era considerada devedora a localidade e não o proprietário do cinema que não forneceu o pagamento. Como resultado, a cidade de Itabira não poderia exibir filmes em seu perímetro urbano, a não ser que efetivasse o débito anterior. Pelos dados da matéria do Jornal Hora H, ao ser solucionado o impasse, o Clube adquiriu um aparelho sonoro e um novo aparelho de projeção:

O clube adquiriu o segundo melhor aparelho de projeção instalado no país o Simplex XL. O primeiro acabara de ser instalado no Cine Lido, na avenida São João em São Paulo. A tela, em sentido panorâmico, com 16 m de comprimento e o som puro exigiam que as poltronas fossem de assentos e recostos acolchoados para que não houvesse interferência no som. ( OS 60 anos..., 1991, p.3).

Os filmes mudos já não podem mais ser exibidos, as películas desse gênero não atendiam às exigências do público no que se refere à sua conservação e à atualidade do tema. Segundo Sevckenko (1998), com a primeira Guerra Mundial, a indústria cinematográfica européia entrou em crise e os países latino-americanos se viram privados da disponibilidade de ofertas. A partir da década de 30, as grandes corporações da indústria hollywoodiana passaram a dominar o mercado mundial de filmes falados, exercendo um grande efeito de sedução na mudança de comportamento e dos padrões de gosto e consumo das populações. O cinema não persuade, ele seduz. Após a Segunda Guerra Mundial, além de propagar novos modelos de comportamento por meio de seus filmes, o cinema divulgava novos materiais e

objetos de consumo diário. No Brasil, ir ao cinema semanalmente, se esmerando na vestimenta, tornou-se uma maneira de afirmar a condição de moderno e manter o *status* social.

De acordo com os relatos dos migrantes que chegaram a Itabira nas décadas de 40 e 50, não lhes era comum freqüentar o cinema. Raramente se deslocavam de suas moradias para assistir a esses eventos culturais:

Fui uma vez quando era solteira. Foi quando meu tio veio com uma prima passear. Resolveu levar ela ao cinema e eu fui com ele. Meu pai e minha mãe nunca foram, portanto nunca nos levaram. Meu marido também não gostava, foi criado na roça, nem leitura ele tinha. Não tinha hábito de freqüentar. (Depoimento oral)<sup>62</sup>.

Para essa narradora, por ter vivido parte de sua vida na zona rural, o cinema se constituía uma novidade. Para outra depoente, que provinha do meio urbano, o cinema em Itabira não se comparava ao existente em sua terra natal:

Custei a conhecer. A gente não era de ficar freqüentando o cinema, tinha a casa e os filhos para cuidar. E meu marido por trabalhar de turno, não podia me acompanhar. Fui conhecer, quando teve uma festa da Vale, aí eu conheci. Não era coisa chique. Na minha terra tinha bons cinemas. Lá eu costumava freqüentar (Depoimento oral)<sup>63</sup>.

As comemorações religiosas que se faziam presentes no decorrer do ano já eram uma prática de que eles, os católicos, tinham o hábito de participar. Eles destacam a importância da religião na vida cotidiana da população itabirana e as pregações religiosas dos padres locais que determinavam e difundiam valores comportamentais a serem seguidos pelos habitantes da cidade:

Cada cidade tem seu jeito de viver. Os padres pregavam diferente nas missas e nas procissões. Cada cidade tem seu jeito de viver. O Padre Zé Lopão gostava de tudo arrumado, era exigente demais. Não era com o tamanho de qualquer manga de blusa que podia entrar na igreja. Gritava com as mulheres por causa das roupas que usavam. Ele era exigente, dizia que as pessoas tinham que andar do jeito que ele queria. Ficava na porta da igreja olhando as roupas das pessoas. A religiosidade aqui

---

<sup>62</sup> Salete. Entrevista realizada em Itabira, em 18/07/2007.

<sup>63</sup> Marli. Entrevista realizada em Itabira, em 18/07/2007.

era forte mesmo, eu achei tudo aquilo muito esquisito. Cada cidade com seu costume, seu sistema. (Depoimento oral)<sup>64</sup>.

Cheguei a ser Congregado Mariano. Depois vi que não fazia meu feitio. Separava os congregados demais. Itabira tinha uma predisposição muito forte e um entusiasmo muito grande em termos religiosos. As pessoas tinham um grande respeito pelos padres. Impunha condutas sociais dava medo. (Depoimento oral)<sup>65</sup>.

Para Bosi (1994), aqueles que narram sua experiência, sua história pessoal revelam suas visões sobre as crenças, os valores coletivos e os acontecimentos que presenciaram. Os relatos de suas trajetórias de vida registram a presença de outros sujeitos históricos, que como eles viveram e elaboraram suas práticas cotidianas na cidade. Os grupos sociais com quem os nativos e os migrantes conviveram são as testemunhas que confirmam ou negam os processos sociais que eles narram e lhe são significativos. O que é rememorado se alimenta dos desejos inconscientes inscritos no nosso presente.

Somente um dos entrevistados relata que não participava das celebrações religiosas por seguir a doutrina ortodoxa grega e pontua algumas diferenças entre as igrejas:

Eu não sou praticante. A católica e a ortodoxa são duas religiões muito próximas. A diferença é entre o comandante da igreja. Um é padre e o outro é patriarca. As igrejas são muito enfeitadas com muitos ícones. Tem muito mais santo que na católica. Há divergências em alguns detalhes: padre não pode casar, o ortodoxo casa... Minha religião tem muita compatibilidade entre os povos. (Depoimento oral)<sup>66</sup>.

Os depoimentos desses migrantes revelam a consciência de pertencimento ou não pertencimento aos valores e práticas existentes na sociedade itabirana. O trabalho de memória, pela sua reconstituição temporal, constitui-se “como fundamento de processos identitários, referindo-se a culturas, comportamentos e hábitos coletivos, uma vez que o relembrar individual relaciona-se à inserção social e também histórica de cada depoente.” (DELGADO, 2006, p. 46).

As práticas sociais são carregadas de significados, reguladas por conceitos, valores e normas comuns a todos. Os valores culturais existentes em uma dada sociedade definem o que é aceitável e o que é inaceitável, os limites entre a semelhança e a diferença entre o sagrado e o profano. Se as festas religiosas representavam uma das manifestações do sagrado na cidade,

<sup>64</sup> Marli. Entrevista realizada em Itabira, em 18/07/2007.

<sup>65</sup> Celso. Entrevista realizada em Itabira, em 17/07/2007.

<sup>66</sup> Sérgio. Entrevista realizada em Itabira, em 11/05/2007.

a presença do profano era representada pelo carnaval. Segundo Durkheim (1989), os mundos sagrado e profano são instituídos na sociedade como opostos e rivais. São as forças religiosas que designam o sagrado e as relações que se deve ter ou não com as coisas profanas. Elas instituem normas e impedimentos rituais para distanciar as pessoas do profano. As regulações conduzem as práticas sociais humanas e tornam as ações sociais previsíveis e regulares

No carnaval, uma representação do profano, nega-se o trabalho em nome da festa. Como afirma Matta:

As mascaradas e os ritos de transição, como o carnaval, implicam um fazer-se contrário. O carnaval, paradoxalmente para a ordem que o criou, exige o excesso antes de estabelecer a restrição. Ele ineludivelmente reafirma a visão popular (e tradicional) segundo a qual não há abundância sem carência, riqueza sem pobreza, segunda-feira sem domingo, pecado sem santidade, masculino sem feminino, vida sem morte, divindade sem humanidade. A lógica do carnaval é a de por pelo avesso, subvertendo a lógica do mundo diário. (MATTÁ,1996, p.98-99 ).

No carnaval os participantes se entregam a grupos que lhes podem ser estranhos e perdem a referência de sua identidade para que possam se incorporar à multidão. As fantasias e máscaras são símbolos da despersonalização, as demandas e convenções sociais diluem nessa prática cultural. A consciência pessoal é temporariamente dissolvida no ritmo carnavalesco.

Para os depoentes nativos, o carnaval era uma tradição na cidade. As pessoas se engajavam em blocos carnavalescos e enfeitavam os carros alegóricos que eram acompanhados pelas bandas de música. De acordo com Alvim (1980), as comemorações do carnaval terminavam com o enterro do rei Momo, com as homenagens fúnebres e uma cruz de cinza na terra lavava todos os pecados. Tudo que havia sido cometido em abundância na festa carnavalesca era interdito na quaresma, era tempo de pagar os excessos cometidos.

Os migrantes também registram a comemoração do carnaval nas ruas dos bairros operários. Entretanto, essa comemoração se diferia da realizada nas ruas centrais. A festa era promovida e freqüentada pelos trabalhadores com o apoio da Vale, que patrocinava as bandas musicais. As fantasias eram simples e percorriam todas as ruas do bairro, de forma que os moradores que ficavam em casa podiam ver os grupos carnavalescos passarem pelas portas de suas casas.

Tanto a identidade como a diferença reproduzem as formas de fazer distinções e hierarquias no contexto da sociedade. Elas representam relações de poder e possuem parâmetros para inserir e não admitir outras formas de vida comunitária. São as relações

culturais e sociais que definem as identidades específicas. Entretanto, as identidades culturais não são inflexíveis, são reconhecimentos sempre em andamento que se deixam influenciar pela idéia da diferença. Para Hall (2000, p.112), "as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir embora sabendo sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma falta, a partir do lugar do outro, [...]." Representar significa instituir que essa é a identidade. A identidade, por estar sempre em processo de elaboração e ser instável, antagônica, tem que ser eternamente criada e recriada.

A utilização de uma linguagem diferenciada representou uma oposição a uma possível dominação cultural que poderia se estabelecer na cidade com a presença dos migrantes, principalmente estrangeiros. Quando os ingleses se estabeleceram em Itabira, no início do século XX, existia dificuldade de comunicação entre esses e os nativos devido ao idioma. Setores da elite dominavam o francês, mas o inglês não era um idioma fluente. Segundo Mayrink (2002), os jovens itabiranos criaram uma linguagem própria denominada "guinagem do camaco", ou seja, "linguagem do macaco", para não se fazerem entender pelos estrangeiros. A língua foi uma forma de resistência cultural e marcação de uma identidade que se estabelecia pela diferença. Esse novo vocabulário consistia em trocar as consoantes de lugar, trocava-se a primeira letra da segunda sílaba com a da primeira. Iniciava-se uma reação da sociedade local à infiltração de palavras estrangeiras na comunidade.

No momento em que a estatal se instalou no município e o número de estrangeiros se fez novamente presente com a vinda de engenheiros e técnicos norte-americanos, novos obstáculos de comunicação surgiram entre essa mão-de-obra especializada, os peões e o restante da população. Conforme relatos dos entrevistados, nos locais de trabalho da Companhia a diferença do idioma se fazia marcante. Os peões e os técnicos estrangeiros tinham dificuldades de comunicação. A língua passou a marcar as posições de comando dentro da empresa. Os operários locais criaram sua própria linguagem para se diferir da mão-de-obra especializada. Uma variação do camaco passou a ser utilizada para tornar impossível a compreensão por parte dos técnicos. Os que dominavam a linguagem se comunicavam sem permitir que outros entendessem seus comentários relativos ao trabalho ou a seus chefes na empresa.

A utilização da linguagem do macaco pelos operários nativos representou uma forma de reação de uma cultura local à presença de um outro idioma difundido pelos altos cargos hierárquicos da CVRD. A linguagem, ao viabilizar a relação distinta entre pessoas de uma mesma origem econômica e social, permitia que os operários nativos se percebessem como indivíduos distintos que pertenciam a uma cultura que resultava de uma organização social e

de um partilhar de vida em comum. Ela contribuía para a identificação das características particulares do usuário da língua. A língua é um dos aspectos centrais de construção de uma identidade. Como afirma Ortiz (2003), toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença. Toda identidade é uma construção simbólica que elimina as dúvidas sobre a veracidade ou a falsidade do que é produzido. Não existe uma identidade verdadeira, mas sim uma multiplicidade de identidades, elaboradas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos.

Apesar de serem distinguidos pela população local, os norte-americanos que ocupavam cargos superiores na Vale, difundiram novos hábitos alimentares e trouxeram aparelhos eletrodomésticos que impressionaram os moradores. Fernando Gonçalves, que residiu e constituiu família em Itabira, deu seu depoimento a Mayrink (2002) a respeito desses novos costumes:

Com os americanos foi que aprendi a comer bacon com ovos, conheci equipamentos eletrodomésticos que, até hoje, ainda não vi no Brasil, os gringos traziam tudo. Aquelas torradeiras de jogar o pão para cima. As máquinas de lavar roupa, lavavam roupa mesmo, depois se encaixavam naquele formato delas e viravam lava-louças. O Mr. Warney tinha uma lâmpada esverdeada no quarto dele que ligava, dava aquela luz verde, e o pernilongo que passava naquela luz caía morto. As cafeteiras elétricas fazendo cada café naqueles potes de vidro [...]. (MAYRINK, 2002, p.12 ).

Esses novos recursos técnicos, por suas características, desorientavam, intimidavam e perturbavam os operários e as famílias locais. Essa revolução na vida privada prometia uma alteração dos ritmos de vida cotidiana. Os símbolos da modernidade na cidade também se fizeram presentes por meio desses eletrodomésticos que propiciariam um novo modo de fazer e viver. A indústria de bens de consumo fazia com que os objetos de consumo se tornassem um objeto de desejo:

O objeto do desejo se torna inseparável do desejo do objeto e um pode suprir simbolicamente a ausência do outro. O ato de consumo se torna assim, ele próprio, carregado de uma energia sensual, ao mesmo tempo feitichista e voyerista, marcado pelo gozo de desfilar entre os artigos, ver bem de perto e tocar os objetos, eventualmente possuí-los e exibi-los a outros olhos cobiçosos. (SEVCENKO, 1998, p. 603).

O avanço na indústria de bens de consumo não foi um fator isolado. Em nível mundial, múltiplas descobertas científicas iriam se fazer presentes e revolucionar o estilo e o modo de vida da humanidade. Segundo Sevcenko (1998), no curso dos desdobramentos da

Revolução Científico-Tecnológica iniciada no século XIX na Europa, aperfeiçoaram-se entre outras as áreas de microbiologia, bacteriologia e da bioquímica. As mudanças que ocorreram nessas áreas tiveram efeitos favoráveis na farmacologia, medicina, profilaxia e higiene, contribuindo para o controle das moléstias e da natalidade, favorecendo o prolongamento da vida. Na década de 40, após a Segunda Guerra Mundial, foram lançados novos medicamentos que passaram a contribuir para a cura de diversas doenças. De acordo com Alvarenga (1981), foram lançados a sulfa e seus derivados e os antibióticos, como a penicilina que revolucionou a medicina por sua eficácia. Doenças consideradas incuráveis como a lepra, a tuberculose, a sífilis, a febre tifóide e o tifo passaram a ser combatidas. Outras, com o emprego de novas vacinas, eram evitadas, como a paralisia infantil, o sarampo, a febre amarela e a difteria. Essas transformações em curso no setor de saúde chegaram a Itabira e beneficiaram seus habitantes. Um dos migrantes relata que a descoberta de um antibiótico, elaborado à base da penicilina salvou sua vida nos primeiros anos de residência em Itabira:

Teve uma época que eu dei um azar danado, eu adoeci. Era apendicite supurada. No domingo, falei com o meu amigo, que eu dividia o quarto no hotel, que eu não ia almoçar, pois eu não estava passando bem. Ele ficou preocupado e chamou o médico. Após a consulta ele falou é apendicite, era fabuloso de diagnóstico. Ligou para o hospital e pediu para preparar a cirurgia [...] O médico falou para a família da minha noiva para se prepara para o pior, o meu caso era grave. Ele testou uma nova medicação, o antibiótico terramicina em mim. Este medicamento me salvou. Fiquei dois meses no hospital me recuperando. Perdi 20 quilos. Recuperei aos poucos. (Depoimento oral)<sup>67</sup>.

Um dos médicos da cidade ressalta a importação das novas medicações e reafirma o poder de cura dessas:

A primeira pessoa que sobreviveu a custa da penicilina foi uma itabirana que chegou no hospital com infecção abdominal. A medicação vinha dos EUA, dava de 4 em 4 horas. Ela se salvou por causa dessa medicação. A medicação vinha por intermédio do Hospital Nossa Senhora das Dores. (Depoimento oral)<sup>68</sup>.

Além da utilização e difusão de novos remédios no processo de cura de diversos males, os médicos locais contribuíram para a mudança da mentalidade da população no que se refere à profilaxia e aos cuidados que as mulheres grávidas deveriam ter no período de gestação. Segundo depoimentos e matéria de jornal, um número significativo de mulheres

---

<sup>67</sup> Sérgio. Entrevista realizada em Itabira, em 11/05/2007.

<sup>68</sup> Celso. Entrevista realizada em Itabira, em 17/07/2007.



abandonou o parto realizado em domicílio e aceitou o parto hospitalar assistido por médicos. Uma das migrantes entrevistadas fala sobre a importância que a assistência médica teve no nascimento de um dos seus filhos:

Dos meus filhos 9 nasceram com parteira. Era gente da cidade mesmo, gente muito conhecida. Quando foi o 9º filho eu passei muito mal, deu uma hemorragia muito forte depois do parto. Então teve que chamar o médico. Ele que me salvou dessa situação. Quando foi o 10º eu falei: agora vou para o hospital, não vou ter mais em casa. Era muito erro da gente. Era aquela bobagem, antes o hospital era coisa de última hora. (Depoimento oral)<sup>69</sup>.

Como já abordado no primeiro capítulo, a empresa estatal ampliou o serviço hospitalar na cidade para atender à demanda de seus trabalhadores e de familiares. Marli ressalta esse benefício:

Todos os meus filhos nasceram aqui. Já tinha o hospital da Vale. As enfermeiras eram muito boas, nos davam muito carinho no atendimento. No início era só um médico que nos atendia. Só o Dr. Fernando. Era um médico e tanto, maravilhoso. Depois foram entrando outros no hospital da Companhia. (Depoimento oral)<sup>70</sup>.

De acordo com os relatos morriam muitos filhos de operários em decorrência de impaludismo, sarampo, diarreia, desnutrição e desidratação. O tratamento de água da cidade, pela Prefeitura e Vale do Rio Doce, a assistência médica, a difusão de novas medicações e a profilaxia e a mudança de hábitos alimentares contribuíram para que o número de óbitos infantis e epidemias diminuíssem.

A evolução tecnológica e científica envolvia as pessoas em um processo de transformação de hábitos cotidianos e nos modos de percepção de vida. Novos equipamentos e produtos entraram para o cotidiano, inovações que perturbaram e alteraram o ritmo habitual de vida das pessoas. Na cidade de Itabira, essas transformações científico-tecnológicas, que revolucionavam o modo de agir e de pensar, se aliaram ao processo de instalação e desenvolvimento da CVRD, empresa comprometida com a plataforma de modernização que ocorria no país. Criada em decorrência da crescente demanda por matéria-prima para a indústria siderúrgica, a empresa estimulou a oferta de trabalho e o conseqüente crescimento da população. O advento de uma nova organização econômica desencadeou um processo de migração, o que alterou a fisionomia urbana, os quadros hierárquicos e os valores sociais

---

<sup>69</sup> Salete. Entrevista realizada em Itabira, em 18/07/2007.

<sup>70</sup> Marli. Entrevista realizada em Itabira, em 18/07/2007.

vigentes na cidade. A sociedade tradicional que se caracterizava por relações familiares e solidariedade social viu-se atingida pelo estabelecimento de novos grupos sociais que carregavam valores e hábitos assimilados em outros núcleos urbanos e rurais. Se alguns costumes locais permaneciam estagnados no tempo paulatinamente esses iriam se diluir com o processo de modernização que ocorria no país e com a presença dos migrantes.

Os nativos, apesar de acreditarem que o estabelecimento de uma empresa estatal poderia lhes proporcionar progresso e desenvolvimento econômico, se viram compelidos a aceitar a nova estrutura de poder que estava sendo estabelecida. Além de se sujeitarem às decisões da empresa que alterava o espaço urbano centenário, tiveram que conviver com novos grupos sociais que carregavam outros vínculos identitários. Os nativos percebiam-se uns aos outros como pertencentes a um mesmo grupo e se incluíam mutuamente dentro de fronteiras grupais. Os migrantes se diferiam, eram portadores de outras tradições, ou seja, eram vistos como um grupo de intrusos. Havia uma diferença entre eles, os antigos tinham um passado comum, marcado por lembranças e uma coesão interna, os forasteiros não possuíam essa familiaridade e consciência grupal. Presos a uma tradição social e cultural que enaltecia e reforçava suas particularidades perante outros grupos urbanos, os nativos estranharam e julgaram os grupos sociais que se estabeleciam na cidade. Os moradores antigos, ao narrarem as mudanças ocorridas em suas vidas, buscaram destacar suas singularidades e ao mesmo tempo criticaram a procedência dos migrantes e o comportamento desses na sociedade:

Chegava gente de fora que nem de que lado social era. Veio o baixo só o nível baixo que não sabia se comportar nos eventos e nem sabia falar corretamente. Gente de classe não vinha, ninguém queria a Vale. Vinham ficavam um mês e iam embora. [...] Pe Zé Lopão bravo e exigente não aceitava festas. Criticava mesmo o pessoal da Vale, que era prá frente. Vinham de BH, do Rio de Janeiro e de outros locais com aqueles costumes e ele não gostava. (Depoimento oral)<sup>71</sup>.

No âmbito itabirano, as festas sociais e religiosas eram muito aconchegantes na vida da gente. Prevalcia um ambiente familiar na cidade antes da vinda dos trabalhadores da Vale, era tudo muito família. As pessoas se vestiam com elegância, eram unidas. Com a chegada dos trabalhadores a cidade começou a mudar. (Depoimento oral)<sup>72</sup>.

O resgate do passado vivido por esses narradores significa auto-reconhecimento em meio às novas organizações sociais e culturais que estiveram em curso. As pessoas buscam constantemente seus laços identitários, que se referem à sua inserção na vida de uma

---

<sup>71</sup> Fátima. Entrevista realizada em Itabira, em 12/04/2007.

<sup>72</sup> Rogério. Entrevista realizada em Itabira, em 23/02/1991.

determinada coletividade. A leitura dos vestígios do passado faz com que os indivíduos legitimem sua identidade, por meio de sua incorporação e atuação na vida de um grupo social. O indivíduo é um ser histórico e a sua memória se apresenta como a essência da identidade, ao permitir que se identifiquem os comportamentos e as mentalidades coletivas que predominavam em certos períodos. Bobbio (1997, p.31) afirma que "se o mundo do futuro se abre para nossa imaginação, mas não nos pertence mais, o mundo do passado é aquele no qual, recorrendo as nossas lembranças, buscamos refúgio dentro de nós mesmos, debruçar-nos sobre nós mesmos e nele reconstruir nossa identidade."

"A construção das identidades é também uma dinâmica através da qual a identificação das similitudes e a afirmação das diferenças situam o ser humano em relação aos grupos que o cercam." (DELGADO, 2006, p.51). Da mesma forma que os nativos expressaram seu "estranhamento" aos códigos de conduta dos trabalhadores da Vale, os migrantes também se surpreenderam com os costumes vigentes em Itabira. Os hábitos arraigados dos nativos e seus códigos de comportamentos que se vinculavam a um passado comum divergiam de suas histórias de vida e de seus costumes:

Eu acho que o que existia na realidade é que o pessoal era mais letrado. Uma cultura mais desenvolvida em termos sociais. E a sociedade naquela época discriminou os que vinham de fora.. Um costume, em qualquer festa todo mundo ia de terno e gravata, ia à missa, a casamento e batizado de terno. Era um outro comportamento, eu não estava acostumado. (Depoimento oral)<sup>73</sup>.

Eu estranhei. Nunca tinha estado em uma cidade do interior. Naquela época faltava muita coisa em Itabira. Minha mãe às vezes mandava um balaio cheio de verdura. O povo aqui conhecia era a couve, o chuchu. Brócolis, couve flor, beterraba não tinha, não era um hábito alimentar. Depois que a Vale criou uma chácara é que se passou a plantar esses produtos. (Depoimento oral)<sup>74</sup>.

O modo de tratar a gente eu achei bem diferente da minha terra. Os morros eram enormes. O modo de conversar era diferente da minha terra. Quando chegou a Semana Santa os nativos me diziam: D. Nega você não vai fazer doce? E eu respondi: Doce de que? E eles responderam: De abóbora, de batata e de farinha de amendoim. A gente faz tudo isso para a 6ª feira da paixão. Na minha terra não tinha nada disso e eu não fiz. Achei diferente o mês de maio. A coroação, os cantos, tudo era diferente. Na minha terra também tinha muita igreja mas eram mais bonitas. Quando chegou a Semana Santa eu fui assistir. Tudo diferente da minha terra. Até as imagens. Os Santos de minha terra que perfeição. (Depoimento oral)<sup>75</sup>.

---

<sup>73</sup> Celso. Entrevista realizada em Itabira, em 17/07/2007.

<sup>74</sup> Carolina. Entrevista realizada em Itabira, em 25/07/2007.

<sup>75</sup> Marli. Entrevista realizada em Itabira, em 18/07/2007.

Nesses relatos os migrantes fazem alusão à ausência de lugares, costumes e crenças que lhes eram comuns e que experimentaram em outra região. Elas descrevem sua terra natal e a comparam com Itabira. Segundo D`alessio (1998), a identidade seria um auto reconhecimento associada à idéia de proteção. Quando o indivíduo se reconhece em espaços que lhe são familiares e que o situam ele se preserva da sensação de solidão, de desamparo, construindo seu próprio abrigo. Quando buscamos, pela memória, o espaço que nos orientava nos deparamos com lugares e bens materiais que parecem imutáveis. O espaço revivido alude a uma experiência que nos imprime identidade. Se o espaço se torna fluido e não mais proporciona estabilidade desorganiza-se a referência, vacila a percepção da identidade.

Não eram somente os valores dos nativos que divergiam daqueles migrantes. Por parte dos forasteiros se percebe que existiam formas diferenciadas de se relacionar com a população local, principalmente com o gênero feminino:

Eu era aceito por parte do público feminino. Gostava de dançar e tirava as moças para dançar. Alguns achavam que estrangeiro não podia ter essa liberdade que estava tendo com as mulheres. Alguns me diziam: A forma que você está dançando é muito imoral. Moça que dava mão para namorado era escandalosa. Se fosse noiva também não podia. Eu desde criança tinha costume de beijar, abraçar menina. Me acostumei, chegava aqui e não podia. (Depoimento oral)<sup>76</sup>.

Havia recato e respeito em relação às mulheres. Naquela época não tinha namoro aberto. Não se pegava nas mãos das mulheres. Ficávamos olhando elas passarem. Havia um certo receio, vergonha, acanhamento de chegarmos perto delas. Respeitava-se o costume, era diferente. (Depoimento oral)<sup>77</sup>.

Uma das migrantes confirma essas diferenças de comportamentos entre os forasteiros ao narrar a experiência de seu marido no trabalho. Não se podia confiar nas pessoas no trabalho, porque o temperamento divergia:

Meu marido trabalhava com turma e eu sei o que ele passou com muita gente que veio para aqui. Muitas vezes ele teve de desarmar dentro do serviço, para um não matar o outro. Era muita violência. Naquela época não era normal. Ele mesmo contava, ele mesmo andava armado, não tinha um homem que não ia para o serviço com arma.. Quando não era uma garrucha, um revolver era uma faca.. Isso era normal.(Depoimento oral)<sup>78</sup>.

---

<sup>76</sup> Sérgio. Entrevista realizada em Itabira, em 11/05/2007.

<sup>77</sup> Celso. Entrevista realizada em Itabira, em 17/07/2007.

<sup>78</sup> Salete. Entrevista realizada em Itabira, em 18/07/2007.

A vinda de migrantes de várias áreas do país e o conseqüente crescimento da população paulatinamente deixou suas marcas nos hábitos locais. O Embaixador Antônio Camilo, natural de Itabira em uma entrevista ao jornal Cometa Itabirano, de março de 1980, registra suas impressões a respeito da população e das mudanças dos costumes locais:

Eu acho que existia o que podemos chamar de sensibilidade itabirana... era o homem daqui, o "homem da terra", o homem solidário nas dificuldades... Hoje desapareceu completamente. [...] Eu me lembro de Itabira com seus 6 a 7 mil habitantes ... e subitamente percebi que os 7 mil habitantes (muitos já morreram) de Itabira que eu tinha conhecido, tinham sido substituídos por uma leva de adventícios que constituiriam a grande maioria da cidade. No meu tempo, toda a gente se saudava, nós nos saudávamos todos; -Olá, como vai? Hoje, não. Ninguém mais se conhece, ninguém mais se saúda. Hoje, ninguém mais se conhece. Há uma camada de gente que não é daqui e que se tornou a população da cidade. (OLIVEIRA, 1980, p. 7).

Carlos Drummond de Andrade em crônica intitulada "Camilo e o Queijo de Minas" destaca que, em Itabira, após a entrada da Vale e de seus operários "ocorre a transformação urbanística de uma pequenina e fixa cidade em um centro de exploração de minério, com dezenas de milhares de forasteiros, introdutores de hábitos novos e descaracterizantes do estilo secular de viver." (ANDRADE, 1982, p.8).

Os itabiranos fizeram uma relação do passado com o presente que vivenciaram e revelaram mudanças na estrutura da sociedade local que se tornaram perceptíveis. Salete, uma das migrantes entrevistadas, concorda com as impressões dos nativos acerca do crescimento populacional:

Os antigos faziam muito pouco dos operários. Foi uma invasão, eu reconheço que foi uma invasão mesmo da cidade. Veio gente de toda parte e os itabiranos ficaram muito coagidos com aquele povo. Era como se nós fossemos garimpeiros, parece que eles tinham medo do pessoal que acampou na Vale. Tinha baiano, sergipano, muitos mineiros de outras cidades. (Depoimento oral)<sup>79</sup>.

A representação do passado, considerado sagrado, encarna a representação de um grupo social e de um cotidiano há muito vivido e experimentado. Para Halbwachs (1990), a memória coletiva deve estar necessariamente vinculada a um grupo social determinado. É o grupo que celebra sua revivificação, e o mecanismo de conservação do grupo está associado à preservação da memória. A dispersão dos atores tem conseqüências e culmina no

<sup>79</sup> Salete. Entrevista realizada em Itabira, em 18/07/2007.

esquecimento das expressões culturais. A memória coletiva só pode existir como vivência, como prática que se manifesta no cotidiano das pessoas. As representações só adquirem significado quando encarnadas no cotidiano dos atores sociais.

Para uma das nativas entrevistadas, a Vale, quando se desenvolveu, teria cooptado os filhos dos nativos para nela trabalharem e a cidade perdeu seus futuros gestores. Alguns itabiranos passaram a investir nos estudos superiores de seus filhos para retornarem à cidade e trabalharem na Companhia:

Na classe média da cidade quando seus filhos começam a estudar seu grande sonho é ser médico e engenheiro da Vale. O que aconteceu que essa classe média que teria um projeto político para Itabira, passa a ser empregada da Vale e muda de atitude em relação à cidade. Por ser dominada e absolvida não pode pensar em um projeto político, porque senão cai em contradição. (Depoimento oral)<sup>80</sup>.

Uma nativa e um migrante descrevem suas percepções a respeito das possibilidades que passaram a se abrir na cidade para os trabalhadores provenientes de outros lugares. O migrante afirma que a cidade propiciava oportunidades àqueles que procediam de outras localidades devido à sua capacidade:

Aqui em Itabira parece uma tradição, quando chega um estrangeiro mais qualificado ele tende a progredir. As empresas o ajudam a progredir, ele tem competência e capacidade para o trabalho técnico. A tendência é o forasteiro sempre melhorar, pois tem potencial alto. (Depoimento oral)<sup>81</sup>.

Uma nativa destaca que foram criadas oportunidades para os forasteiros, porém os nativos passaram a ser relegados:

Eu digo sempre Itabira talvez não seja uma boa mãe, mas é uma ótima madrasta. Gente de fora é muito bem acolhido, mas as próprias pessoas daqui não têm oportunidades. Elas são bem recebidas pelos itabiranos, empresas e a própria prefeitura. Os de fora têm mais oportunidades do que os nativos. Itabira: ótima madrasta, mas péssima mãe. (Depoimento oral)<sup>82</sup>.

Muitos dos nativos se ressentem do não envolvimento dos migrantes com os problemas sociais da cidade. Para eles pelo fato de os migrantes terem uma visão que a cidade

---

<sup>80</sup> Fátima. Entrevista realizada em Itabira, em 12/04/2007.

<sup>81</sup> Sérgio. Entrevista realizada em Itabira, em 11/05/2007.

<sup>82</sup> Fátima. Entrevista realizada em Itabira, em 12/04/2007.

não lhes pertencia acabavam por se excluir dos problemas sociais referentes ao município. A cidade deles seria a mina quando essa se esgotasse eles se dirigiriam para outro lugar.

Alguns migrantes refutam essa visão dos itabiranos. Para muitos, Itabira tornou-se seu centro de referência. Para Salete, a cidade abriu perspectivas de vida para sua família: "Nunca pensei em sair de Itabira. Eu amo Itabira. Eu nem me lembro que sou de outra terra. Itabira foi o lugar que minha família teve condições de viver". (Depoimento oral)<sup>83</sup>. Celso se sente ligado à cidade por sua amizade e por ter nela constituído família: "Apesar de não ser de Itabira, eu gosto demais dela. Me sinto itabirano. Tenho muita amizade. Não consigo ficar muito tempo longe da terra". (Depoimento oral)<sup>84</sup>. Na perspectiva de Marli, o tempo diluiu o "estranhamento", eles passaram a assimilar os valores existentes na nova terra sem, contudo, relegar seu aprendizado anterior: "Com o tempo a gente foi aprendendo, foi convivendo com eles, a gente foi se misturando no meio deles e ficou igual a eles." (Depoimento oral)<sup>85</sup>

Identidade se constitui de referência. Quando um indivíduo adere a um código de conduta, ele se abriga e desenvolve um sentimento de pertencimento e ligação a uma experiência de vida comum. A identidade, além de referir-se a um universo de símbolos e emblemas culturais, "[...] remete a um elenco de variáveis em permanente construção, para um indivíduo ou ator coletivo, pode haver identidades múltiplas uma vez que sua inserção humana é diversificada." (DELGADO, 2006, p.47).

Itabira era considerada uma cidade pacata do interior, com poucas possibilidades de renda para a classe baixa que buscava em outras regiões uma possibilidade de sobrevivência. A cidade, que também se distinguia por uma vida cultural relativamente intensa e com uma elite imbuída de valores burgueses e uma cultura bacharelesca, se vê transformada em uma cidade operária.

Em 1965, a Ordem Religiosa Católica designou Itabira como sede do bispado da região. O primeiro bispo, D. Marcus de Noronha, testemunha essa mudança na identidade cultural do município ao ter tido como missão conduzir espiritualmente uma diocese operária: "Levei a sério o fato de ser o primeiro bispo de Itabira, pois teria uma mulher operária. A diocese de Itabira é operária, e eu precisava deixar de ser um vigário burguês, já que eu seria bispo de operários." (NORONHA, 1980, p.7).

A identidade, ao dar sentido a objetos e pessoas necessita que se estabeleçam critérios de identificação que se distinguem por ser distintos e complementares. Por um lado, ela indica

---

<sup>83</sup> Salete. Entrevista realizada em Itabira, em 18/07/2007.

<sup>84</sup> Celso. Entrevista realizada em Itabira, em 17/07/2007

<sup>85</sup> Marli. Entrevista realizada em Itabira, em 18/07/2007.

alguma coisa ou qualquer um, e caracteriza sua singularidade. Se a identidade for entendida como similitude, ela faz com que o indivíduo ou o grupo tenha um sentimento de pertencimento, de partilhar algo em comum. Entretanto a identidade também supõe um processo de diferenciação, nos identificamos contra alguma coisa. Pelo pertencimento ou pela diferenciação, a identidade aproxima-se daquilo que lhe é comum como daquilo que ela relega. Para aqueles que tomam consciência de sua identidade, é essencial o reconhecimento mútuo como também a constatação da diferença perante o outro. A identidade se exprime por meio de práticas simbólicas e discursivas, é uma construção social e histórica do "eu" e do outro. Ela não se mantém inerte em sua forma, está constantemente sendo negociada nas relações de poder, de troca e de confronto, portanto se altera no tempo e no espaço.

Discutir os registros de memória de uma população que constituiu sua vida ou parte dela no espaço urbano da cidade de Itabira é buscar reter e valorizar o passado. Se não se faz possível viver um tempo histórico passado, procura-se conhecê-lo por meio das lembranças dos sujeitos que vivenciaram os tempos de outrora. Valorizar a memória dos agentes históricos é valorizar suas especificidades e também os sentimentos humanos e valores culturais que lhes são inerentes.

A memória registra processos identitários que demarcam condutas, comportamentos e hábitos individuais que por sua vez são influenciados pelas normas e mentalidades coletivas que se fazem presentes em um determinado tempo histórico. Resgatar a memória dos nativos e dos migrantes que interagiram em um espaço urbano é uma forma de identificar as transformações e permanências que ocorreram na sociedade itabirana, e também uma forma de distinguir as variadas manifestações culturais dos habitantes, como os hábitos cotidianos e os atos comemorativos. É necessário relativizar ou questionar os dados obtidos por intermédio das recordações, pois os indivíduos, ao fazerem parte de uma coletividade, estão sujeitos a transmitirem ideologias disseminadas pelos grupos dominantes, fazerem julgamentos e estigmatizarem os grupos que lhes são diferentes, bem como possuem óticas diferenciadas sobre a realidade vivida. A identidade de um indivíduo ou de um grupo é percebida pela comparação, pela percepção da diferença perante o outro e pela afirmação e identificação da semelhança com aqueles que se instituem como iguais, que lhes transmite um sentimento de pertencimento. O sujeito histórico reconhece sua identidade por meio de sua adaptação à vida cotidiana coletiva.

A memória, que referencia identidade, carrega tensões, rupturas e transmite sistemas simbólicos que são construídos culturalmente pelos grupos sociais. Entretanto, a memória



coletiva é instável em sua forma e está sempre sujeita a reelaboração, já que o esquecimento dos indivíduos minimiza a solidez e a constituição da rememoração.

A memória evidencia a identidade, exprime o que somos, pontua a similitude e a diferença, denota a existência de múltiplas culturas e faz a revelação do que se faz ausente, o que está isolado no passado. A identidade e a memória possuem uma relação mútua, o trabalho da memória permite a constatação de vínculos identitários, já que colabora para a interiorização de símbolos e vivências pessoais e grupais. Por meio da memória, o indivíduo se coloca como um sujeito que se identifica ou não com hábitos, lugares e valores de grupos e instituições. O espaço que é partilhado e segregado é revivido pelo trabalho da memória, que reconstrói identidades que se instituem por meio da diferença e pontos de vista distintos de sujeitos que narram o que foi experimentado nas redes da sociabilidade humana. A identidade dada a indivíduos e grupos sociais, em determinados espaços, é construída por simbologias, experiências e atributos culturais que os diferenciam de outros, e que constantemente se reconstróem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado sobre a cidade de Itabira no contexto da implantação da CVRD, permitiu identificar e discutir os sentidos atribuídos ao espaço, às relações sociais e às práticas culturais que os indivíduos e os grupos sociais, representados pelos nativos e os migrantes, estabeleceram no espaço urbano que os cercava.

A intensificação da atividade de exploração mineral por uma empresa nacional gerou um paradoxo: propiciou riquezas e novas perspectivas econômicas para a cidade e seus moradores e paulatinamente transformou o espaço urbano e as redes sociais então existentes. O poder local, após a instalação da CVRD, perdeu sua autonomia perante as decisões que emanavam do governo federal. Com o crescimento populacional, provocado pela oferta de trabalho na empresa estatal, o órgão público viu-se impelido a aceitar e a participar do processo de reestruturação urbana determinado pela Vale.

Sucessivas transformações paisagísticas e urbanas passariam a se efetivar na cidade. A ferrovia que transportaria o minério de ferro para Vitória alcançou a estação da cidade. Mais que um meio de transporte ela significou a evasão cotidiana da riqueza mineral contida nas montanhas que circundavam a cidade. A poluição dos mananciais d'água fez com que a empresa e os órgãos públicos tomassem medidas de profilaxia para evitar a proliferação de doenças. O hospital público local sofreu uma sobrecarga de serviços e ampliou suas instalações para atender os funcionários da empresa, até o momento em que a CVRD construiu outra instituição hospitalar. O comércio viu-se levado a atender grupos maiores e diversificados e os serviços bancários se ampliaram com o incremento da economia. Novas vias públicas e bairros surgiram e o poder público foi induzido a criar novos serviços de infraestrutura na malha urbana para atender a novos grupos sociais que se estabeleciam no espaço. Lotes públicos e particulares foram permutados, negociados e desapropriados pela Companhia para abrigar suas instalações industriais e os bairros que abrigariam seus funcionários.

O espaço urbano existente não havia sido definido por um projeto urbanístico anteriormente elaborado, foram os indivíduos e os grupos sociais que, com suas mãos e pés, traçaram os contornos da cidade e edificaram seus monumentos, atribuindo-lhes valores políticos, culturais, econômicos e sociais. Não havia uma intenção pré-estabelecida de seus moradores e órgãos oficiais em organizar o espaço público sob uma ótica racionalista. Entretanto, ao se instalar na cidade, a Companhia tentou determinar os usos e a disposição dos

espaços. Para alojar os trabalhadores que se inseriam em seus quadros funcionais, a empresa começou a planejar e a executar a construção de novos bairros sob a perspectiva da racionalidade urbana e capitalista. O espaço residencial edificado por essa empresa marginalizou e distribuiu hierarquicamente o seu quadro de funcionários. A Companhia delimitou a área urbana que passou a ser configurada pela moradia dos nativos e as residências da mão-de-obra da Vale. Paulatinamente, começou a se estruturar um perfil urbano no qual se distinguiam: os bairros de moradia dos nativos, os bairros nos quais residiam os setores graduados da empresa e os bairros dos operários.

Os funcionários da empresa deveriam se sujeitar a um processo de segregação espacial. A CVRD prescrevia condutas e determinava os caminhos, as habitações e as funções desses para seus usuários. Edificações na área de saúde, alimentos, lazer e educação foram construídas pela empresa para atender exclusivamente às necessidades básicas de seus funcionários e suas famílias.

Apesar de as instituições públicas e de a empresa reorganizarem, imporem redes de disciplina e determinarem os usos do espaço, que seria partilhado por antigos e novos habitantes, foram os moradores que criaram seus percursos e as condutas a serem seguidas. Os indivíduos buscaram, assim escapar dessas malhas repressivas. Os migrantes que se estabeleceram em um novo *habitat* inscreveram suas próprias representações cotidianas no seu espaço doméstico e público. Além de almejar um posto de trabalho propunham-se a tecer novas formas de vida no espaço em que se inseriam.

Os nativos, apesar de reconhecerem as novas edificações que se erigiam na cidade, continuaram a tecer seus trajetos rotineiros e a freqüentar os monumentos públicos e religiosos que há muito se instituíram na cidade. Esses partilhavam de um sentimento de pertencimento a uma comunidade que lhes era familiar e que se caracterizava por contatos regulares entre seus membros. Espaços simbólicos se descaracterizaram ou foram destruídos, mas os significados dados pelos nativos ao arranjo material que os cercava e que fora organizado pelas gerações passadas continuaram a ter valor e expressividade em sua memória.

O contato entre os nativos e os migrantes, que se apresentavam como exóticos uns aos outros, fez com que os grupos sociais que partilhavam o espaço urbano estabelecessem as reais fronteiras de pertencimento e utilização de determinados lugares. O sentimento de identidade grupal e funcional fazia com que os grupos sociais se identificassem entre si e cerrassem fileiras contra aqueles que não faziam parte dele. Ao reconhecerem as suas diferenças, os grupos sociais que partilharam o mesmo espaço estabeleceram distinções e critérios de valores para inserir e excluir outras formas de vida que se diferenciavam.

Pouco a pouco, as redes sociais que existiam e o sentido de vida grupal baseado em laços familiares abriram caminho para novas relações sociais. O poder das famílias dominantes locais se baseava na tradição, nas ações econômicas e culturais praticadas no passado. Os forasteiros traziam outros hábitos e não se prendiam a valores e a uma tradição já estabelecida na coletividade. Os itabiranos, ao perceberem que seu espaço estava sendo invadido por indivíduos que carregavam outra bagagem cultural, estigmatizaram aqueles que se diferenciavam e reforçaram suas características grupais perante aqueles que pretendiam se estabelecer na cidade. Os operários e os setores graduados da empresa, portadores de outros símbolos, marcavam seu território no bairro que residiam, no seu trabalho e nas áreas de lazer construídas pela empresa. Esses também criaram barreiras entre si. As regras e normas comportamentais partilhadas de forma diferenciada pelos nativos, corpo técnico especializado e operários reforçavam o sentimento de pertencimento a um específico *status* social e econômico que os distinguia dos demais.

Os depoimentos orais, as fontes literárias, jornalísticas e as imagens transmitiram representações sociais e ideológicas dos grupos sociais que viveram em um determinado espaço e tempo. Permitiram que se recriassem situações e que significados fossem atribuídos aos usos do espaço urbano e às relações sociais instituídas entre os nativos e os migrantes. As fontes utilizadas permitiram constatar que a presença do migrante, portador de outros códigos simbólicos, contribuiu para que a organização sócio-cultural pré-existente cedesse espaço para novas formas de agrupamento social e práticas culturais.

A cultura humana é simbólica, é resultado da capacidade criativa do homem de desenvolver uma vida comum em determinado espaço e tempo. Por ser um processo dinâmico, desenvolve mecanismos de conservação e ao mesmo tempo permite novas apreensões do mundo, portanto os juízos de valor se recriam. Grupos sociais e indivíduos reelaboram, compartilham e transmitem a experiência vivida e aprendida.

A sociedade itabirana, que tendia à ritualização, amparada na tradição, viu-se, paulatinamente, levada a modificar seu modo de vida com a presença significativa de forasteiros em seu espaço. Porém, as alterações do modo de vida da população itabirana, não se devem, apenas à instalação da CVRD. Avanços científicos e tecnológicos, que ocorriam no mundo e no país, também alteravam as práticas sociais e culturais, o ritmo de vida e os valores subjacentes na sociedade. Tradicionalismo e modernidade conviviam lado a lado. As rupturas que ocorrem no tempo e no espaço desestruturam um modo de perceber e agir no mundo.

Inicialmente, nativos e migrantes não compreenderam e, portanto, não aceitaram as complexidades das identidades pessoais e culturais e criaram formas de resistência, se opuseram e mostraram suas diferenças. Os nativos, em seu trabalho de memória, destacaram sua especificidade perante o outro: vida, história e lembranças comuns que se traduziam em reconhecimento e união coletiva. Eram impregnados de religiosidade, sem, contudo, negar o conhecimento científico laico. Eles se identificaram e julgaram os migrantes: como invasores, dos quais não possuíam referências pessoais e que não se ligavam a um passado habitual. Os migrantes, da mesma forma que os nativos, recorreram às lembranças passadas e expuseram seu pertencimento a outro lugar e a outro grupo social. Por terem se deslocado de seus locais de origem e não identificarem o que lhes era usual, acabaram por estabelecer relações entre suas práticas culturais e a dos itabiranos. Ambos compararam e julgaram, expuseram suas representações, determinaram as fronteiras e sua identidade, percebida pela constatação da diferença.

A identidade é formada e reproduzida constantemente. A autenticidade de uma cultura só pode ser conhecida ao ser relacionada com os significados de outras que se diferem, pois a cultura de um povo possui interdependência com outra. Novos atores sociais, ao partilharem o espaço urbano, inscreveram seus perfis nas práticas culturais e acrescentaram novas percepções de mundo. Os migrantes não destruíram os valores existentes; por possuírem outras necessidades materiais e outros hábitos culturais, atribuíram algo ao que já era sabido e experimentado. Aqueles que se estabeleceram na cidade desenvolveram aos poucos um sentimento de pertencimento à coletividade e ao espaço. Os itabiranos, embora não tenham perdido suas referências culturais, assimilaram novos costumes e também legaram outros aos forasteiros. Os significados culturais e sociais de identidades que se diferenciavam permitiram que se recriasse a identidade coletiva.

A família, o sistema educacional e os preceitos religiosos, ao estabelecerem formas de conduta, continuavam a atingir as consciências dos indivíduos e dos grupos sociais e a discipliná-los. A dispersão dos nativos, por falecimento, amnésia ou mudança de espaço, concorreu para que expressões culturais fossem esquecidas e silenciadas. No passado, os nativos procuravam se casar entre si, resultando no perpetuamento de laços e de valores culturais. Após anos de convivência, essas fronteiras foram diluídas e os nativos e os migrantes se uniram por laços religiosos e legais, o que resultou numa aliança de princípios sociais e culturais. Membros da classe dominante, que inicialmente resistiam a um emprego na Vale, passaram a projetar ações futuras e a incentivar os filhos a se graduarem e se efetivarem como funcionários da empresa. A oferta de novos serviços, acompanhando a

mudança de mentalidade da sociedade contemporânea, permitiu que um maior número de mulheres se retirassem do espaço doméstico e se lançassem ao mercado de trabalho. O forasteiro, que chegou em Itabira, nas décadas iniciais da implantação da Vale e que se estabeleceu no espaço, desenvolveu um sentimento de pertencimento e passou a se identificar como itabirano. No momento em que os indivíduos e grupos sociais aderiram a códigos, novos e antigos, de condutas e práticas culturais consideradas comuns na coletividade, eles se percebem como portadores e transmissores de uma identidade a gerações que os sucederão.

Devido à presença marcante da CVRD, Itabira passou a ser definida como uma cidade operária. O trabalho praticado por um número expressivo da população em uma monoindústria projetou a imagem de uma cidade onde as pessoas são operárias. Em sentido restrito, o operário é um trabalhador ou artífice que, mediante salário, exerce uma função manual ou mecânica na grande indústria. Essa qualificação restringe o significativo universo de uma sociedade. Instituir que o itabirano é um trabalhador que exerce um ofício mecânico é limitar o ser humano e o grupo social a uma característica única. Na cidade, existem os que lidam com máquinas e exercem trabalhos manuais, mas principalmente nela vivem indivíduos que elaboram planos e idéias, que constroem suas representações sociais e culturais no transcorrer do tempo e que constantemente instituem signos ao espaço percebido e usufruído. A identidade não se resume a forças produtivas e materiais. São os membros da coletividade, ao definirem o que os difere de outros, que instituem a sua identidade.

## REFERÊNCIAS

ACERVO do Museu de Ferro de Itabira. **Comemorações do centenário de emancipação política de Itabira**. 1948. (1ft com fotos).

ACERVO do Museu de Ferro de Itabira. **Missionários em Itabira**.1936. (1ft com fotos).

ACERVO do Museu de Ferro de Itabira. **Posse do Prefeito Daniel de Grisolia**. 1959. (1ft com fotos).

ACERVO do Museu de Ferro de Itabira. **Procissão: Semana Santa**. 1950. (1ft com fotos).

ACERVO do Museu de Ferro de Itabira. **Vista altar-mór da Igreja do Rosário**. 1999. (1ft com fotos).

ALVARENGA, Mauro de. Dr. Mauro. Entrevista concedida a Lúcio Sampaio. **Cometa Itabirano**, Itabira, ano XII, n. 12, p. 19-26, mar. 2005.

ALVARENGA, Mauro de. Reminiscências da medicina em Itabira, **Folha de Itabira**, Itabira, 9 out. 1981, p. 17.

ALVIM, Clóvis. **Escritos bissextos**. Belo Horizonte: Vega, 1980. 163 p.

ANDRADE, Carlito. Carlito. Entrevista concedida a Carlos Cruz. **Cometa Itabirano**, Itabira, ano V, n. 50, p. 3-5, jan. 1984.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Camilo e o queijo de Minas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, Caderno B, 23 set. 1982, p.8.

ANDRADE, Carlos Drummond. Canção de Itabira. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Caderno B, 24 mar. 1980, p.34

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Obras completas**. Rio de Janeiro: José Aguilar Ed., 1967.1599 p.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Boitempo I** 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 1998. 190 p.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Boitempo II**. 4 ed. Rio de Janeiro. Record, 1999. 248 p.

ANDRADE, Luciana Teixeira. **A Belo Horizonte dos modernistas**: representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: PUC Minas: C/Arte, 2004. 208 p. (Coleção Política e Sociedade).

ANDRADE, Maria Rosa Martins da Costa. **Um sobrado na história de Itabira**. Itabira: PMI/Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade, 1997. 60 p.

ANDRADE, Mariza Guerra. A academia dos colegiais. In: ANDRADE, Mariza Guerra. **A educação exilada**: Colégio do Caraça. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 69-108.

ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano** - o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.1. p.191-229.

ASSIS, Joana D´arc. Mandam vir da europa. **O Trem**, Itabira, nov. 2006, p.13.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994. 253 p.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 15-35; 85-117.

BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BORGES, Maria Elisa Linhares. **História e fotografia**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 128 p.

BOSI, Ecléa. A substância social da memória. In: **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003. p.13-57

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484 p.

BRESCIA, Miguel. A fotografia de Brescia. Entrevista concedida a Altamir Barros. **Cometa Itabirano**. Itabira, anoXIX, n. 232, p. 5-7, set. 1998.

BRESCIA, Miguel; SAMPAIO, Renato. **A fotografia na parede**. Itabira: Prefeitura Municipal de Itabira, 1979, 42 p. (Acompanha 52 gravuras).

BRITO, Euzébio Carvalho de. Centenário de Itabira. **Jornal do Comércio**, Rio de Janeiro, out. 1948, p.4.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRA. **Ata da reunião realizada em 11 de outubro de 1874 para criação de uma Fábrica de Tecidos**. 1984. (Acervo particular Afonso Camilo de Oliveira).

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.p. 401-417.

CARVALHO, Maria Rosa Procópio de. A linha de tiro e o Batistinha. **O Trem**, Itabira, nov. 2006, p. 10.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 236 p.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. In: CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. 3 ed. v.2 São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.78-92.



CASTRO, Cláudio Márcio Letro de. **Trajetórias de deslocamentos**: experiências e narrativas de moradores da "Rua do Buraco" no espaço urbano de Ipatinga. 2006. 263f. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CATELLI JUNIOR, Roberto. Um olhar sobre as festas populares brasileiras. In: DEL Priori, Mary *et al.* **500 anos de Brasil**: histórias e reflexões. São Paulo: Scipione, 1999. p. 51-62.

CERTEAU, Michel de. Caminhadas pela cidade. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p.169-191.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Apresentação: os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p.17-33.

COELHO, Vulmar. História de Itabira. **Correio da manhã**, Belo Horizonte, jun. 1941, p.2.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. **Companhia Vale do Rio Doce**: 40 anos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. 253 p.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. **Companhia Vale do Rio Doce**: 50 anos de história. Rio de Janeiro: Rieex, 1992. 300 p.

COSTA, Heloisa. **Vale do Aço**: da produção da cidade moderna sob a grande indústria à produção do meio ambiente. 1995. 317 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

COSTA, Humberto S. M.; Rosa, Marcelo F. **Reminiscências**. 1990. 12 gravuras. 14 p.

CRUZ, Domingo Gonzales. **No meio do caminho tinha Itabira**: a presença de Itabira na obra de Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro: Achiamé Calunga, 1980. 116 p.

CUNHA, Agostinho Ildefonso da. Cinema exclusivamente para associados. **O Itabira**, Itabira, 8 fev. 1935, p.1-3.

CUNHA, Agostinho Ildefonso da. Um pedaço do coração magnânimo de Itabira. **O Itabira**, Itabira, 1 fev. 1938, p. 2-4.

CUNHA, Agostinho Ildefonso da. Explicação necessária. **O Itabira**, Itabira, 4 jan. 1936, p.1-4.

D´ALESSIO, Márcia Mansur. **Intervenções da memória na historiografia**: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. Projeto História. São Paulo, 17, nov. 1998. p.269-280.

DE CAUX, Guido. Divagações em torno do futebol de Itabira. **Cometa Itabirano**, Itabira, out. 1981, p.5, ano II, n. 29.

DE CAUX, Guido. Os bares de Itabira. **O Trem**, Itabira, nov. 2006, p.12.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 136 p.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG, Proed, 1961.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. 2 ed. São Paulo: Paulus, 1989. 536 p.

ESCHWEGE, W.L.Von. **Pluto Brasileenses**. v.2. São Paulo: CEN, 1948. (Coleção Brasileira).

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 224 p.

FAUSTINO, Silvério. Silvério da banda. Entrevista concedida a Carlos Cruz. **Cometa Itabirano**, Itabira, ano III, n.11, p. 6-7, mar. 1982.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. 2.ed. São Paulo: Difel, 1979. 359 p.

FERNADES, João. Carta ao prefeito. **Jornal de Itabira**, Itabira, 20 nov. 1931, p.1.

FERREIRA, Diva. **Memórias: Itabira - Minas Gerais**. Belo Horizonte: O Lutador, 1999. 85p.

FRANÇA, Jussara. **Itabira: um perfil de sua história**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1983. 147 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Itabira e a política de recursos minerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1981. 238 p.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991. 177 p.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

GOFFMAN, Erving. Recursos seguros. In: WINKIN, Yves (Org.) **Os momentos e seus homens**. Lisboa: Relógio D'água, 1999, p. 110-117.

GUERRA, Santos de Souza; MOTA, Myriam Becho. **A identidade do espaço rural itabirano: percursos novos em caminhos antigos**. Itabira: FUNCESI, 2007.201 p.

GUIMARÃES, Alisson Pereira. **Itabira, a cidade e o minério**. 1961. 181f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GURGEL, Mario. D. Mário Gurgel. Entrevista concedida a Lúcio Sampaio. **Cometa Itabirano**, Itabira, ano I, n. I, p.6-9, nov. 1979.

GRISOLIA, Jardim Daniel de. O mito da política itabirana. **Momento de Itabira**, Itabira, fev. 1998, p.3.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p.103-131.

HARVEY, David. **A condição pós moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 8.ed. São Paulo: Loyola, 1999. 131 p.

HISTÓRIAS e estórias. **Jornal da Vale**, Itabira, 26 set. 1979, p.4.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Trabalho e aventura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 14 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1981. p.12-36.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000. 116 p.

IANNI, Octávio. Getulismo e política de massas. In: IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p.53-62.

INCERTI, Terezinha Fajardo. História de Itabira: uma proposta para o ensino fundamental. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas de Itabira**, Itabira, n.9, p.9, out de 1990.

INCERTI, Terezinha Fajardo. **Casa Itabirana**. Itabira: [s.n], 1998. 4 p. Catálogo de Exposição, 11 maio -21 jun. 1998. Museu de Itabira.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos demográficos e econômicos, 1930, 1940, 1950, 1960**.

LAGE, Elce Martins. **Recepção ao pracinha brasileiro**. 1945. 1 ft.(foto)

LAGE, Oscar da Costa. Itabira aprecia o cinema. **Jornal de Itabira**, Itabira, 26 fev. 1933, p.3.

LAGE, Oscar da Costa. Novo horário de trabalho. **Jornal de Itabira**, 20 mar. 1933, p.4.

LAGE, Oscar da Costa. The Itabira Iron Ore Company. **Jornal de Itabira**, Itabira, 1 dez. 1934, p.3.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. (Coleção antropologia social). 116 p.

LEFEVBRE, Henry. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 171 p.

LEFEVBRE, Henry. **O direito à cidade**. 2.ed. São Paulo: Centauro, 2001. 145 p. Tradução de Rubens Eduardo Frias.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996a. p.535-549.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1996b. p.423-477.

LEITE, Rogério Proença. Contra usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.17, n.49, p.115-172, jun. 2002.

LEITE, Rogério Proença. Margens do dissenso: espaço, poder e enobrecimento urbano. In: FRÚGOLI JUNIOR, Heitor; ANDRADE, Luciana Teixeira. (Org.) **A cidade e seus agentes: práticas e representações**. Belo Horizonte; EDUSP, 2006. p. 23- 44.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Nacional, 1976. 211 p.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. **Mundos do capital e do trabalho: a construção da paisagem fabril itabirana (1874-1930)**. 2006.141 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A rua e a evolução da sociabilidade. **Revista Digital de Antropologia Urbana**, ano 1, v.1, n. 0, out de 2003. Disponível em <[www.aguaforte.com/antropologia/indice.htm](http://www.aguaforte.com/antropologia/indice.htm)> Acesso em 17 jan. 2007.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.17, n.49, p. 11- 26, jun. 2003.

MAGNANI, Carlos Guilherme. **A rua e a evolução da sociabilidade**. Disponível em <[www.aguaforte.com/antropologia/indice.htm](http://www.aguaforte.com/antropologia/indice.htm)> Acesso em 17 jan. 2007.

MALUF, Marina; MATTOS, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO (Org). **História da vida privada no Brasil**. v.3, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.367-421.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (Org). **História da vida privada no Brasil**. v.3, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.131-214.

MARIZ, Cecília L. **O estrangeiro e o homem moderno**. Caderno de Estudos Sociais, Recife, v.4, p.85-94, 1988.

MARTINS, Marcelo Pinheiro. **Atlas de Itabira**, Itabira: Prefeitura Municipal de Itabira, 2006, 162 p.

MATTA, Roberto da. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MATTA, Roberto. da. **Carnavais malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. 350 p.

MATTA, Roberto da. O sentido do carnaval. In: MATTA, Roberto da. **Torre de Babel: ensaios, crônicas, críticas, interpretações e fantasias**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.p.98-99.

MAYRINK, Geraldo. **História da Vale**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2002. 183 p.

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de. **Os desafios teóricos da história e da literatura.** Disponível em <[www.anpuhuepg.br/historia-hoje/vol1n2/historialiterat.htm](http://www.anpuhuepg.br/historia-hoje/vol1n2/historialiterat.htm)> Acesso em 10 set. 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **De ferro e flexíveis:** marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 458 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Os homens de ferro:** estudo sobre os trabalhadores da Vale do Rio Doce em Itabira. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986. 244 p.

MOURA, Sérgio Lobo de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. (Dir). **O Brasil Republicano: sociedade e instituições** (1889- 1930). v.9, São Paulo: Difel, 1985, p.321- 342.

NASCIMENTO, Mara Regina; TORRESMINI, Elizabeth Wendhausen Rochadel (Orgs). **Modernidade e urbanização no Brasil.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. 170 p.

NORONHA, Marcos. D. Marcus Noronha. Entrevista concedida a Lúcio Sampaio. **Cometa Itabirano**, Itabira, ano II, n. 26, p. 5-8, dez. 1980.

O ANIVERSÁRIO de emancipação política de Itabira. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 12 out. 1948, p.8-9.

OLIVEIRA, Antonio Camilo de. Embaixador Antônio Camilo. Entrevista concedida a Carlos Cruz. **Cometa Itabirano**, Itabira, ano I, n. 4, p. 6-8, mar. 1980.

OLIVEIRA, Cecília Maria Viana Camilo de. **Itabira:** desenvolvimento e dependência. Itabira: PMI/Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade, 1992. 70 p.

OLIVEIRA NETTO, Luís Camilo de. Povoamento das Gerais e de Itabira. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 11 out. 1933, p.3.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

OS 60 anos do Clube Atlético Itabirano. **Hora H**, Itabira, 30 set. 1991, p.1-3.

PAIVA, Eduardo França. **História e imagens.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 119 p.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano.** 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p.26-67.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha - nova história. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Debates.** Jan. 2006. Disponível em <[nuevomundo.revues.org/index1560.html](http://nuevomundo.revues.org/index1560.html)> Acesso em 10 set. 2007.

PIMENTA, Dermeval José. **A Vale do Rio Doce e a sua história.** Belo Horizonte: Vega, 1981. 167 p.

PIMENTA, Dermeval José. O minério de ferro na economia do Estado de Minas Gerais. **Boletim Geográfico.** n. 127, p.404-409, jun/ago, 1955.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-empresa**: presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. 166 p.

PINTO, Júlio Pimentel. **Os muitos tempos da memória**. Projeto História. São Paulo. 17, nov. 1998a. p. 203-280.

PINTO, Júlio Pimentel. **Uma memória do mundo**. :ficção, memória e história em Jorge Luís Borges. São Paulo: Estação Liberdade, 1998b. 84 p.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização**: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias. Belo Horizonte, 2006. Disponível e <http://www.pucminas.br/biblioteca/> Acesso em 15 fev de 2008.

PROCÓPIO, Arp. Itabira em face da CVRD: submissão, confronto ou participação. **Cometa Itabirano**, ano II, n. 28, Itabira, fev. 1981, p.13-14.

PROCÓPIO, Arp. 14 de Junho de 1943. **Cometa Itabirano**, ano V, n. 56, Itabira, jul. 1984, p.9.

REIS, Amarílio Damasceno. Itabira de Outrora, **Cometa Itabirano**, ano II, n. 35, Itabira, set. 1981, p. 7-10.

ROUANET. Sérgio Paulo. Mal-estar na modernidade. In: ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.96-119.

SAINT-HILAIRE. Auguste. Itabira do Matto Dentro: jornada de Itabira a Vila do Príncipe. In: SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 121-150.

SAMPAIO, Lucio. 1927: Itabira e Matto Dentro abrem a boca. **Cometa Itabirano**, Itabira, out. 1998, p.9., ano VI, n. 84

SANTOS, Milton. A força do lugar. In: SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p.250-273.

SCHAPOCHNIK, Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: SEVCENKO, Nicolau (Org). **História da vida privada no Brasil**. v.3, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 423-512.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnicas, ritmos e ritos do Rio. In:SEVCENKO, Nicolau. (Org). **História da vida privada no Brasil**. v.3, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 513- 619.

SILVA, Fernando. Daniel de Grisolia: a história de um mito. **Regional**, Itabira, out. 2003, p. 3-4.

SILVA, Maria das Graças Souza e. **A terceira Itabira**: os espaços político, econômico social e a questão ambiental. São Paulo: Hucitec, 2004. 254 p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p.73-101.

SIMMEL, Georg. A aventura. In: SOUZA, Jessé de; OELZE, Berthod (Orgs). **Simmel e a modernidade**. Brasília: UNB, 1998. p.171-187.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: Velho, Otávio Guilherme (Org). **O fenômeno urbano**. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p.10-25.

SIMMEL, Georg. A determinação quantitativa dos grupos sociais. In: MORAES FILHO, Evaristo. (Org). **Georg Simmel**. São Paulo: Ática, 1983a. p.90 -106.

SIMMEL, Georg. EL pobre. In: SIMMEL, Georg. **Sociología: estudio sobre las formas de socialización**. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1939, p.57-94.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org). **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983b, p.182-188.

SOUZA, Maria do Rosário Guimarães de. **Da paciência à resistência: conflitos entre atores sociais, espaço urbano e espaço de mineração**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2006. 174 p.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getulio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 512 p.

TORRES, João Camilo de Oliveira. Mensagem a Itabira. **Folha de Minas**, Belo Horizonte, out. 1948, p. 4.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1990. 247 p.

VENTURA, Jairo. Cento e cinquenta e cinco anos de emancipação e muitas controvérsias. **Diário de Itabira**, Itabira, out. 2003, p. 3-5.

WEBER, MAX. Sociología de la dominacion. In: WEBER, Max. **Economía y sociedad**. 3 ed. México: Fondo de Cultura, 1977.p. 706-716.

WIRTH, John. Minas e a nação: um estudo de poder e dependência regional. In: FAUSTO, Boris (Dir), **O Brasil republicano**. 4.ed. São Paulo: Difel, 1985. p.76-99. v.3

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: Velho, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p.90-113.

## **APÊNDICE A - Roteiro de Entrevistas**

### **1 - Dados pessoais:**

Nome do entrevistado:

Naturalidade:

Nascimento:

Estado Civil:

Religião:

Escolaridade:

Profissão/Ocupação Atual:

Local de Moradia:

### **2 - Trajetória dos migrantes:**

De onde veio?/Qual era sua ocupação?

Motivação para migração.

Veio sozinho ou com a família?

Como veio (transporte) e quando?

Com que idade se transferiu para Itabira?

Quais foram suas primeiras impressões da cidade?

Como me descreveria os nativos e os outros migrantes que vieram trabalhar na Vale?

O que fez de início para trabalhar e se alojar?

E a CVRD, como era? Descreva seu trabalho na empresa.

A empresa o ajudou a se estabelecer?

E a cidade? Como era o cotidiano?Os bairros e a infra-estrutura?

Por que ficou na cidade até os dias atuais?

### **3 - Percepções da cidade no período anterior a Vale (nativos):**

Como era a vida na cidade? O que existia?

O que as pessoas gostavam de fazer?

O que era mais marcante em termos de atividades?

Como era o cotidiano nos bairros e na cidade? Havia serviços básicos no seu bairro?

Quais eram as atividades que se faziam no centro da cidade?

Como era o comércio itabirano?



Os diversos grupos sociais conviviam cotidianamente? Se havia diferença, como ela se manifestava?

Pessoas da periferia freqüentavam as áreas centrais e as áreas de lazer e entretenimento?

Era comum a participação da comunidade nos eventos culturais? Especifique.

#### **4 - Vida em família (nativos e migrantes):**

Como era sua vida em família?

Você se casou? Quando?

Com quem (nativo ou migrante)? Teve filhos? Quantos?

Algum de seus filhos trabalha ou trabalhou na Vale?

Como era a vida em família em Itabira? Quais eram os valores e os hábitos cotidianos?

#### **5 - Trabalho (nativos e migrantes):**

Como foi sua história de trabalho?

O que você fez para sobreviver? E seus familiares?

Como era o trabalho?

Descreva sua relação com a empresa e seus colegas de trabalho.

Seus familiares trabalharam ou trabalham na Vale?

#### **6 - Lazer e cultura (nativos e migrantes):**

Tinha uma vida boêmia e cultural na cidade? Especifique.

Como era?Tinha muitos casos interessantes?

Com era esses ambientes?

Quem freqüentava esses espaços (bares, teatro, cinema, festas)?

A empresa permitia que seus funcionários freqüentassem os bares e as festas? Por quê?

Tinha confusão (brigas, bebedeiras) nesses lugares?

A empresa criou espaços de entretenimento? Fazia festas?Quais?

Todos da cidade podiam utilizar as áreas construídas pela empresa? Por quê?

Os clubes que existiam na cidade podiam ser freqüentados por todos os moradores? Por quê?

#### **7 - Bairros (migrantes):**

Como foi a construção dos novos bairros da CVRD?

O que eles ofereciam em termos de infra-estrutura, comércio?

Nativos habitavam nesses bairros?

Os antigos habitantes continuaram a residir nesses espaços?

Como era a relação entre os moradores?

Havia diferença entre os moradores dos bairros? Se sim, como elas se expressavam?

Vocês conviviam com os moradores de outros bairros construídos pela empresa?

A Vale ajudava na manutenção das casas? Como?

#### **8 - Mudanças (nativos):**

A cidade mudou ao longo dos anos? Quais foram as principais mudanças?

Como os moradores viam e regiam a essas mudanças?

A implantação da CVRD interferiu em sua vida? Como?

Importância da Vale para a cidade?

O que os nativos ganharam e perderam com a implantação da Vale?

A cidade melhorou ou piorou com a empresa?

A Prefeitura e a CVRD se faziam presentes nas melhorias urbanas? Atuavam como?

Havia um serviço de transporte na cidade? Como faziam para se locomover?

#### **9 - Política (nativos e migrantes)**

A CVRD interferia na política local? Como?

Como era a política na cidade? Partidos, líderes?

Como forasteiro você participava da política local?

Os funcionários da empresa se faziam presentes nos eventos políticos?

#### **10 - Relações entre os nativos e os migrantes:**

Nativos e migrantes se relacionavam? Descreva as relações.

Como os nativos receberam os migrantes?

Os migrantes procuraram se relacionar com os nativos?

Era comum freqüentarem os mesmos espaços públicos e sociais?

Como eram as relações entre operários e mão-de-obra especializada da Companhia?

#### **11 - Representações (nativos e migrantes):**

Como as pessoas “viam” Itabira? O que se falava dela?

Existe algum lugar na cidade que lhe marcou? Algum espaço simbólico? Por quê?

Itabira foi importante para sua história de vida?

O que distingue o nativo do migrante?

Havia algo na sua cidade de origem que a diferenciava de Itabira?

O que é ser itabirano?

**12 - Memória Individual e Coletiva (nativos e migrantes):**

Você possui o hábito de se lembrar dos acontecimentos da sua vida e da comunidade?

Como foi para você se lembrar desses acontecimentos da sua vida e da comunidade?

Você gostaria de acrescentar alguma informação ao que já foi descrito?

## ANEXO A - Dados dos Entrevistados

### Itabiranos

Nome: Mariana

Data de nascimento: dezembro de 1922

Origem: Itabira/MG

Profissão: Professora aposentada

Dados pessoais:

Criada em uma fazenda, nas proximidades de Itabira, até os nove anos de idade. Por morar em uma fazenda, realizava seus estudos com professores particulares. Em 1932, o pai comprou uma casa na cidade e transferiu-se com a família, apesar de ir à fazenda diariamente para gerenciar a criação de gado. Ela e suas quatro irmãs foram estudantes no Colégio Nossa Senhora das Dores e os seus quatro irmãos estudaram no Ginásio Sul-Americano, em Itabira. Em 1960, foi para Belo Horizonte realizar um curso de aperfeiçoamento para professores, com ênfase em metodologia de ensino. Nunca trabalhou na Companhia. No município se destacou pelo ensino de crianças com dificuldade de aprendizagem e de leitura.

Nome: Carlos

Data de Nascimento: julho de 1921

Origem: Santa Maria de Itabira/MG

Profissão: Médico (aposentado)

Data da Entrevista: 20/07/2007

Dados Pessoais:

Veio com sua família para Itabira com oito meses de vida. Estudou na cidade até se deslocar para Belo Horizonte para fazer graduação em Medicina. Trabalhou um período fora da cidade e em 1948 retornou para Itabira. Trabalhou no Hospital da CVRD. Casou-se em 1947, com uma itabirana. Sua família participou de vários eventos políticos na cidade, fazia oposição aos prefeitos eleitos com o apoio da Vale.

Nome: Amélia

Data de nascimento: junho de 1925

Origem: Itabira/MG

Profissão: Professora

Data da entrevista: 03/10/91

Dados pessoais:

Residiu toda sua vida em Itabira. Trabalhou como professora até se casar com um itabirano, que trabalhava na Vale. Residiu no bairro Pará, em casa construída pela CVRD. Teve 10 filhos de sua união. Alguns integrantes de sua família exerceram cargos políticos na cidade.

Nome: João

Data de nascimento: agosto de 1915

Origem: Itabira/MG

Profissão: encarregado de turma da CVRD

Data da entrevista: 30/02/91.

Dados pessoais:

Residiu toda a sua vida em Itabira. Trabalhou na área rural e posteriormente na Companhia inglesa. Em 1942, emprega-se na Vale como trabalhador braçal. Casou-se com uma itabirana, com quem teve sete filhos. Residiu no bairro operário Campestre, onde permaneceu até sua morte em 1999. Quatro dos seus filhos trabalharam na Vale e atualmente estão aposentados

Nome: Márcio

Data de nascimento: março de 1915

Origem: Itabira/MG

Profissão: Profissional liberal (aposentado)

Data de entrevista: 14/04/07

Dados pessoais:

Foi criado em Itabira pelos seus avôs e sua mãe. Ainda criança ajudava sua avó a vender salgados e doces nas ruas e vendas da cidade. Fez o curso primário e tornou-se aprendiz de alfaiate aos quinze anos, posteriormente abriu seu próprio negócio. Não possuiu vínculos profissionais com a Companhia. Em 1946, casou-se com uma itabirana com quem teve dois filhos.

Nome: Rogério

Data de nascimento: outubro de 1919

Origem: Itabira/MG

Profissão: Profissional liberal

Data da entrevista:23/02/91

Dados pessoais:

Natural de Itabira iniciou seus estudos na cidade e se transferiu para Belo Horizonte para fazer o 2º grau. Formou-se em Alfenas, em odontologia, e retornou à cidade em 1943, para exercer a profissão. Casou-se com uma itabirana com quem teve três filhos. Exerceu cargo político. Faleceu em 2004.

Nome: Fátima

Data de nascimento: janeiro de 1921

Origem: Itabira/MG

Profissão: Professora primária (aposentada)

Administradora-auxiliar do Hospital Carlos Chagas (aposentada)

Data da entrevista: 12/04/07

Dados pessoais:

Criada em Itabira com seus pais e três irmãs. Aos dezenove anos se tornou professora primária. Em 1945, passou a trabalhar como datilógrafa do departamento pessoal da Vale. Posteriormente se tornou administradora do Hospital Carlos Chagas, pertencente à Companhia. Casou-se em 1946, com um itabirano, funcionário da Vale. De sua união nasceram cinco filhos. Viúva reside na casa, comprada por ela e seu marido no bairro Pará, que foi construída pela Vale para abrigar sua mão-de-obra técnica. Aposentou-se em 1975 na empresa. Um filho e uma filha trabalham na Vale.

## **Migrantes**

Nome: Carolina

Data de Nascimento: maio de 1920

Origem: Belo Horizonte

Profissão: do lar

Data da Entrevista: 25/07/2007

Dados pessoais:

Filha de um médico residente em Belo Horizonte, transferiu-se para Itabira em 1942. Casou-se aos 22 anos com um engenheiro civil. Nunca trabalhou, é viúva e mãe de sete filhos.

Morou 15 anos em Itabira, se retirou da cidade quando seu marido buscou emprego em outras empresas. Atualmente reside em Belo Horizonte.

Nome: Celso

Data de nascimento: dezembro de 1928

Origem: Rio Piracicaba/ MG

Profissão: Técnico em Mecânica

Data da entrevista: 17/07/07

Dados pessoais:

Com seis anos de idade saiu de Rio Piracicaba acompanhando seu pai, que trabalhava em armazéns. Seu pai, em 1940 tornou-se funcionário braçal de uma empreiteira, que realizou a construção da ferrovia Vitória-Minas. Foi testemunha da construção do trecho que ligava Dummond a Itabira. Em 1942, chegou a Itabira com sua família: seus pais e seus cinco irmãos. Trabalhou desde jovem para ajudar nas despesas da casa. Com 17 anos tornou-se funcionário da Vale. Casou-se em 1947, com uma belo-horizontina com quem teve quatro filhos. Reside desde a década de 60 no Bairro Campestre, em uma casa comprada da Companhia. Dois de seus filhos trabalham na Vale. Aposentou-se na CVRD.

Nome: Marli

Data de nascimento: setembro de 1929

Origem: Itabirito/MG

Profissão: do lar

Data da entrevista: 18/07/07

Dados pessoais:

Vivia na cidade de Itabirito e trabalhava numa fábrica de tecidos como fiadeira. Em 1951, casou com um funcionário da Vale e mudou-se para Itabira. Seu marido carregava os vagões dos trens que transportavam o minério de ferro para o porto de Vitória. Inicialmente morou no bairro Pará, centro da cidade, em casa alugada. Após quatro meses se transferiu para um acampamento da Companhia, em torno da estação ferroviária. Na década de 60, mudou-se para uma casa da Vale, no bairro Campestre. Teve nove filhos e não exercia atividades profissionais fora do lar. É viúva e três de seus filhos trabalharam na Vale. Continua a residir em Itabira na casa em que criou seus filhos e que foi comprada da Vale.

Nome: Salete

Data de nascimento: março de 1932

Origem: Ilhéus do Prata/MG

Profissão: do lar

Data da entrevista: 18/07/07

Dados pessoais:

Criada na fazenda do avô até os 13 anos de idade. Em 1945, chegou a Itabira com seus pais e quatro irmãos fugindo da miséria em que viviam no campo. Seu pai se empregou na Vale como ronda. Morou no acampamento de uma empreiteira, próximo à mineração, até se casar aos 16 anos com um encarregado de turma da Vale. Após se casar se transferiu para uma casa no bairro Campestre. Teve 11 filhos e nunca trabalhou fora de casa, com exceção do período que trabalhava na plantação da família. Dois de seus filhos trabalham na Vale. Viúva reside na casa, no bairro Campestre, em que criou a maioria de seus filhos.

Nome: Sérgio

Data de nascimento: janeiro de 1930

Origem: Leste europeu

Profissão: Técnico em Metalurgia da C.V.R.D. (aposentado)

Data da entrevista: 11/05/07

Dados pessoais:

Estrangeiro chegou ao Brasil em 1949, como um refugiado de guerra. Devido a sua qualificação profissional conseguiu emprego em uma indústria em Belo Horizonte. Em 1950 transferiu-se para Itabira para trabalhar em uma oficina particular. Posteriormente conseguiu um emprego na Vale, local que exerceu sua profissão até sua aposentadoria. Casou-se com uma itabirana, em 1953, com a qual teve seis filhos. Residia no centro da cidade até a década de 60, quando comprou uma casa da Companhia no bairro Campestre. Conseguiu a cidadania brasileira, no final da década de 50. Dois filhos trabalham na Vale.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)